

UNIVERSIDADE FEDERALE DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIENCIAS ECONOMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

CLEIMARY FATIMA ZOTTI

MEIOS DE VIDA ALTERNATIVOS A CULTURA DO TABACO NOS MUNICÍPIOS DE
CAPANEMA E PLANALTO - PR

Porto Alegre

2010

CLEIMARY FATIMA ZOTTI

MEIOS DE VIDA ALTERNATIVOS A CULTURA DO TABACO NOS MUNICÍPIOS DE
CAPANEMA E PLANALTO - PR

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação
em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências
Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do
Sul como requisito parcial para a obtenção do título de
Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Ivaldo Gehlen

Série PGDR – Dissertação nº 121

Porto Alegre

2010

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Responsável: Biblioteca Gládis Wiebelling do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas
da UFRGS

Z89m Zotti, Cleimary Fatima

Meios de vida alternativos a cultura do tabaco nos municípios de Capanema e
Planalto - PR / Cleimary Fatima Zotti . – Porto Alegre, 2010.

128 f. : il.

Orientador: Ivaldo Gehlen.

(Série PGDR – Dissertação, n. 121).

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação
em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2010.

1. Produção agrícola : Tabaco. 2. Sistema de produção : Produção agrícola :
Capanema (PR). 3. Sistema de produção : Produção agrícola : Planalto (PR). 4.
Agricultores : Sustentabilidade. I. Gehlen, Ivaldo. II. Universidade Federal do Rio
Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Rural. III. Título.

CDU 631.153.7

CLEIMARY FATIMA ZOTTI

MEIOS DE VIDA ALTERNATIVOS A CULTURA DO TABACO NOS MUNICÍPIOS DE
CAPANEMA E PLANALTO - PR

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 27 maio de 2010.

Prof. Dr.IVALDO GEHLEN - Orientador

PGDR/UFRGS

Prof. Dr. LOVOIS DE ANDRADE MIGUEL

PGDR/UFRGS

Prof. Dr. LEONARDO XAVIER DA SILVA

PGDR/UFRGS

Prof. Dr. LETÍCIA MARIA SCHAMBBACH

Departamento de Sociologia/UFRGS

Aos agricultores familiares que superaram as dificuldades buscando alternativas para recriar seus meios de vida, se manter no meio rural e permitir que esse estudo se concretizasse.

AGRADECIMENTOS

Especialmente a Deus pelo desafio e oportunidade de concretização de mais esse ciclo. Também pela proteção, pela experiência não só acadêmica/profissional, mas de vida, e pela possibilidade de nessa fase, dividir com a Emeli (Irmã de coração) não apenas as despesas e o quarto 218 da Residência Universitária Santa Tereza de Jesus, mas também por dividir as dificuldades, as alegrias, as frustrações, os exercícios (físicos, didáticos e espirituais), e por todo aprendizado nessa caminhada.

Sou muito grata também a todos meus familiares que contribuíram não só financeira, como moral, espiritual e psicologicamente, nesses curtos longos dois anos e três meses. Em especial a minha mãe Jacinta (*In memoriam*), ao meu pai Clemor, meu irmão Cleomar e minha prima Rosangela, pela convivência, carinho e apoio.

Agradeço também aos colegas e em especial amigos para a vida toda que tive oportunidade de conhecer durante o mestrado: Lenivaldo, pela experiência de vida, aporte teórico e momentos de descontração. E a Márcia, por toda graça, simpatia, simplicidade, amor, dedicação, firmeza, chimarrões e pipocas em muitas tardes na redenção. Faço votos de que o caminho de todos seja guiado por Deus e que possamos um dia nos reencontrar, sendo, mais do que tendo, e amando incondicionalmente.

Não poderia deixar de agradecer a todos os professores e trabalhadores do PGDR, pela oportunidade de fazer parte do programa e pelo apoio e conhecimentos repassados. Em especial, agradeço a Eliane Sanguiné pelo carinho com o qual sempre atendeu meus anseios e ao professor Ivaldo Gehlen, pela orientação, muitas vezes acalorada, que proporcionaram importantes momentos de reflexão e aprendizado. Mas em especial, agradeço ao Ivaldo, pelo exemplo de perseverança, firmeza e força por superar momentos difíceis decorridos do acidente e mesmo assim, seguir com a orientação, possibilitando que o aprendizado transcendesse a construção da presente dissertação.

Aos agricultores, fumicultores e ex-fumicultores entrevistados, também sou grata, pela atenção recebida, pelas informações e opiniões manifestadas e pela doação em auxiliar com o estudo, mesmo sem receber nada em troca.

À CAPES pela bolsa concedida e pela oportunidade de dedicação exclusiva para a conclusão da dissertação e crescimento intelectual.

*No bom caminho vermelho,
desde a mulher búfalo branco,
o ritual do cachimbo sagrado, entre irmãos é praticado
e relacionamentos vêm curando.*

*Por ele nossa prece e gratidão
sobe aos céus e é posta em mãos
do único SUPREMO AMOR, do universo CRIADOR,
para que haja paz entre irmãos.*

RESUMO

Este estudo buscou elucidar os fatores que influenciam na opção dos agricultores familiares de Capanema e Planalto (PR) em produzir e/ou deixarem de produzir tabaco e a implicação destas escolhas, em seus meios de vida. Chama a atenção o fato de o Brasil ser atualmente o maior exportador e o segundo maior produtor de tabaco do mundo sendo a região sul do país, a responsável por concentrar aproximadamente 95% da produção nacional, permitindo a manutenção de muitas famílias que possuem pequenas áreas de terra ou que não possuem terras próprias no meio rural. Capanema e Planalto localizam-se na região sudoeste do Paraná, que se destaca por cultivar espécies de fumo de galpão, que exige manejo, colheita, secagem e classificação diferenciadas do fumo de estufa. Essas particularidades podem proporcionar ao fumicultor a possibilidade da não especialização, buscando alternativas que o auxiliem a se manter no campo e até mesmo, substituir o cultivo do tabaco por outra atividade com o passar dos anos. Nessa perspectiva, optou-se por entrevistar fumicultores e ex-fumicultores - que por motivos variados tenham encontrado alternativas ao cultivo do tabaco, por conta própria ou com auxílio de organizações governamentais e não-governamentais, - buscando compreender de maneira geral como o tabaco está inserido nas propriedades da região e quais estratégias vêm sendo realizadas pelas famílias que optam pelo não cultivo do tabaco. Para tanto, realizou-se um estudo comparativo com auxílio de métodos de caráter qualitativo e quantitativo via aplicação de um formulário e a realização de entrevista pré-estruturada com quarenta e duas famílias. Os resultados encontrados revelam que em média, os ex-fumicultores apresentam leve superioridade nos índices de sustentabilidade e diversificação, a maioria tendo realizado mudanças favoráveis em seus meios de vida. Verificou-se também que os ex-fumicultores deixam de cultivar o tabaco por fatores que vão além da renda familiar. Dentre esses fatores, destaca-se o uso excessivo de agrotóxicos, a necessidade de mão-de-obra e a renda com o tabaco, que geralmente é inferior à expectativa do fumicultor.

Palavras-chave: Fumo de galpão. Alternativas ao tabaco. Meios de vida.

ABSTRACT

This study aimed to elucidate the factors which influence family farmers from Capanema and Planalto (PR) to start and stop producing tobacco and the implication of these choices in their livelihoods. It attracts our attention to the fact that Brazil is the largest tobacco exporter and the second largest tobacco producer in the world, and the South region, which concentrates approximately ninety-five percent of the national production, making it possible to supply a lot of farmers who own small land areas or even those who do not actually own their piece of land. Capanema and Planalto are located in the Southeast region of the state of Paraná which stands out for growing barn tobacco, which requires management, harvesting, drying and a different classification from greenhouse tobacco. These particularities may be in favor of the tobacco growers to allow the non specialization, searching for alternatives that help them keep in the country and even change from tobacco producing to another activity over the years. In this perspective, it was chosen to interview active and former tobacco growers who, for many reasons, have found other alternatives to tobacco growing, by themselves or with the help of governmental organizations and NGOs, trying to understand in general how it is inserted in the properties of the region and which strategies are being used by families who choose not to grow tobacco. For this, a comparative study was held with the help of methods of quantitative and qualitative characters via an application form and the accomplishment of a pre-structured interview with forty-two families. The obtained results reveal that in average, the former tobacco growers show slight superiority in sustainability and diversification indexes, most of them having made favorable changes in their livelihoods. It was also checked that the former tobacco growers stop growing tobacco for factors that go beyond family income. Among these factors, the overusing of pesticides is highlighted, the need of manpower and the income with tobacco, which is generally less than expected by the farmer. But the production strategies found by former tobacco growers to replace tobacco in the farms vary between chicken and pork creation in integration system, construction of agro-industries and sale of homemade products directly to the consumer, apart from agricultural and nonagricultural work performed outside the production units.

Keywords: Former tobacco. Alternatives to tobacco. Livelihoods.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Produção de tabaco nos municípios do Paraná em 2008, (em toneladas).	28
Figura 2 - Estrutura fundiária dos municípios de Capanema e Planalto	29
Figura 3 - Produção de tabaco (em t) nos municípios de Capanema e Planalto entre 1981/82 e 2007/08	33
Figura 4 - Principais atividades realizadas nos municípios de Capanema e Planalto, conforme o número de estabelecimentos e a principal atividade econômica agrícola.	35
Figura 5 - Porcentagens relativas ao número de estabelecimentos agropecuários produtores de tabaco, segundo grupos de áreas total.	36
Figura 6 - Imagens da diferença na secagem do fumo de galpão e de estufa.....	50
Figura 7 - Ilustração da classificação e enfardamento do tabaco – Vale do Rio Pardo, RS.....	51
Figura 8 - Média das propriedades em estudo, pelo tamanho das áreas próprias em hectares.	57
Figura 9 - Média de uso da área própria dos fumicultores e ex-fumicultores	58
Figura 10 - Alguns fumicultores entrevistados	66
Figura 11 - Alguns ex-fumicultores entrevistados	71
Figura 12 - Atividades que compõem a renda total dos fumicultores e ex-fumicultores e seus respectivos pesos.	82
Figura 13 - Família ex-fumicultora diversificada, com a produção e comercialização de leite, de produtos da transformação caseira e de frangos caipiras.....	92
Figura 14 - Diagrama de confecção do índice de sustentabilidade dos fumicultores e ex-fumicultores.....	96
Figura 15 - Índice de sustentabilidade dos ex-fumicultores e fumicultores	97
Quadro 1 - Classificação das famílias pesquisadas segundo índice de diversificação	90

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Rendimento médio da produção de tabaco no Brasil, na região sul, no estado do Paraná, na região sudoeste do estado e nos municípios de Capanema e Planalto em kg/ha	27
Tabela 2 - Dados da fumicultura no Brasil e meso-regiões em 2008, com destaque para os estados do sul e os municípios pesquisados.	46
Tabela 3 - Faixa etária dos chefes das unidades de produção, cônjuges e filhos (as).	54
Tabela 4 - Nível de escolaridade dos chefes das unidades de produção, cônjuges e filhos (as)....	55
Tabela 5 - Diferenças fundiárias segundo os diferentes grupos entrevistados	60
Tabela 6 - Área média e área total das áreas próprias, área total e SAU, dos fumicultores e ex-fumicultores pesquisados.....	61
Tabela 7 - Resultados médios de alguns indicadores econômicos, comparando os fumicultores e ex-fumicultores entrevistados.	78
Tabela 8 - Participação média das receitas e despesas totais envolvidas nas atividades agrícolas de Fumicultores e ex-fumicultores do município de Capanema e Planalto-PR.....	81
Tabela 9 - Composição média das rendas agrícola e não agrícolas dos fumicultores e ex-fumicultores entrevistados.....	83

LISTA DE SIGLAS

AFUBRA - Associação dos Fumicultores do Brasil

ASSESOAR - Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural

COP2 – Segunda Conferência das Partes

CQCT - Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco

DERAL- Departamento de Economia Rural

DFID - British Department for International Development

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

GETSOP – Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná

IAPAR – Instituto Agrônômico do Paraná

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCA – Instituto Nacional do Câncer

OMS - Organização Mundial da Saúde

PNSN - Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição

SEAB – Secretaria de Agricultura e do Abastecimento do Paraná

Sindifumo – Sindicato da Indústria do Tabaco

UICN - União Internacional para a Conservação da Natureza e dos seus recursos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 PROBLEMÁTICA DO ESTUDO	14
1.2 METODOLOGIA.....	17
2 O DESENVOLVIMENTO RURAL, OS MEIOS DE VIDA E O UNIVERSO DO ESTUDO	22
2.1 O SUDOESTE DO PARANÁ.....	26
2.2 O MUNICÍPIO DE CAPANEMA	30
2.3 O MUNICÍPIO DE PLANALTO.....	31
2.4 CAPANEMA E PLANALTO: DAS DIFERENÇAS ÀS SEMELHANÇAS.....	32
3 RESIGNIFICAÇÃO E IMPACTOS SANITÁRIO, ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO TABACO.....	38
3.1 A RE-SIGNIFICAÇÃO DO TABACO	39
3.2 A SAÚDE.....	40
3.3 O ECONÔMICO	44
3.4 O SOCIAL.....	47
3.5 O AMBIENTAL.....	48
4 A REALIDADE VIVENCIADA PELOS FUMICULTORES E EX- FUMICULTORES DOS MUNICÍPIOS DE CAPANEMA E PLANALTO ...	52
4.1 CARACTERÍSTICAS DOS AGRICULTORES	53
4.2 A TERRA E SEUS USOS.....	56
4.3 VIVÊNCIAS E OPINIÕES DOS FUMICULTORES	62
4.4 VIVÊNCIAS E OPINIÕES DOS EX-FUMICULTORES.....	67
4.5 PARADOXOS SOBRE O CULTIVO DO TABACO: PRÓS E CONTRAS.....	72
5 ÊXITO DOS MEIOS DE VIDA ALTERNATIVOS A PRODUÇÃO DO TABACO.....	76
5.1 COMPOSIÇÃO DA RENDA DOS ENTREVISTADOS.....	80
5.2 A DIVERSIFICAÇÃO E A SUSTENTABILIDADE DOS MEIOS DE VIDA.....	87

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS	102
APENDICE A – Instrumento de coleta de dados	107
APENDICE B – Parâmetros e pontuação utilizada para a composição dos capitais.....	118
APENDICE C – Identificação das famílias entrevistadas	122
APÊNDICE D - Cronograma de atividades inerentes ao cultivo do fumo de galpão.....	127
ANEXO A - Volume de tabaco produzido na Região Sul (toneladas)	128

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo busca elucidar os fatores e motivações que levam alguns agricultores a realizarem o cultivo do tabaco, enquanto outros optam por substituir essa cultura e encontrar alternativas de rendas diversas, que permitem a permanência no meio rural, e, muitas vezes até melhorar a sua qualidade de vida. Neste sentido, foi realizado um estudo nos municípios de Capanema e Planalto (PR), localizados na região sudoeste do estado, que é caracterizada pela produção do fumo seco em galpões. Esse sistema diferencia-se do fumo seco em estufas, pela distinção de espécies de tabaco utilizadas, pela forma de colheita e pelo tipo de secagem. Suspeita-se que essas particularidades podem favorecer o fumicultor na possibilidade de não especialização¹, buscando alternativas que o auxiliem a se manter no campo e até mesmo, substituir o cultivo do tabaco por outra atividade com o passar dos anos.

Buscar-se-á demonstrar nessa dissertação, com a realização de um estudo comparativo entre atuais fumicultores e ex-fumicultores, as diferenças e semelhanças existente entre esses dois tipos, no que se referem aos aspectos sociais, econômicos e ambientais das respectivas unidades de produção² (UP). Também procurarse-á evidenciar as opiniões dos agricultores com relação ao cultivo do tabaco, destacando as diversas estratégias de renda encontradas pelos ex-fumicultores para se manterem no meio rural, através das quais, em alguns casos, foi possível melhorar sua qualidade de vida.

1.1 PROBLEMÁTICA DO ESTUDO

Sabe-se que são inúmeros os efeitos nocivos causados pelo consumo do tabaco. Estimativas revelam que cerca de cinco milhões de mortes ocorrem todos os anos por doenças causadas pelo tabagismo, significando em média, um óbito a cada seis segundos. Perante esse alarmante cenário e a preocupação com a progressiva expansão do consumo de tabaco,

¹ A especialização que será referida ao longo do texto diz respeito ao número e ao respectivo peso econômico das atividades que compõem a renda total das propriedades estudadas, não sendo portanto utilizada no sentido de qualificação da mão de obra.

² Conforme o IBGE, Unidade de Produção é todo terreno de área contínua, independente do tamanho, formado de uma ou mais parcelas, subordinado a um único produtor, onde se processa exploração agropecuária.

principalmente nos países em desenvolvimento, têm sido realizados esforços mundiais no sentido de diminuir o consumo de tabaco e por conseqüência a sua produção. Dentre as várias medidas que prevêm a diminuição do consumo, destaca-se o primeiro tratado internacional de saúde pública, realizado em maio de 2003 com a participação de 190 países membros da Organização Mundial da Saúde (OMS). Tal convenção foi ratificada pelo Brasil em 2005 e conta hoje com a participação de outros países, além dos 190.

Denominado de Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT) esse tratado prevê em nível mundial unir esforços para a adoção de um conjunto de medidas para deter a expansão global do consumo de tabaco e por decorrência, de suas conseqüências deletérias. De acordo com o artigo três da CQCT o tratado tem como principal objetivo: “proteger as gerações presentes e futuras das devastadoras conseqüências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas gerada pelo consumo e pela exposição à fumaça do tabaco.”³

Da mesma forma, há também a preocupação com relação à dinâmica do cultivo do tabaco e por compreender que este representa um entrave ao desenvolvimento sustentável, o Banco Mundial, já em 1991, modificou sua política, passando a proibir a utilização de seus recursos para financiamento desta produção. A partir de então, passou a estimular os países a investirem esforços no controle do seu consumo como parte de estratégias para o combate à pobreza e, conseqüentemente promoção do desenvolvimento.

O estudo que será apresentado foca-se na base dessa cadeia, ou seja, nas famílias que produzem e nas famílias que deixaram de produzir tabaco, para posterior consumo pelos fumantes. De acordo com a revista *Rede Câncer* (RETRATO..., 2008) o número de fumantes corresponde a um terço da população adulta mundial. A base dessa cadeia é formada por famílias que vivem em situação de risco, num cotidiano de contato com agrotóxicos, numa atividade que exige praticamente um ano de trabalho e dedicação (conforme anexo 01) e uma remuneração que nem sempre é favorável. Por outro lado, essa mesma atividade pode conferir a possibilidade de remuneração mais atrativa do que de outras culturas possíveis em pequenas áreas, por oferecer financiamento, acompanhamento técnico e mercado para venda da produção, possibilitando assim, além de maior comodidade com as relações de mercado, a aquisição de bens materiais, áreas de terra, equipamentos e insumos para custear outras culturas, aquecendo dessa forma a economia local.

³ No Brasil, a ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, aconteceu em outubro de 2005 e a partir dela, cinco ministérios brasileiros se comprometeram em viabilizar um Programa de Apoio à Diversificação nas áreas de cultivo de tabaco. O texto da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco se encontra em World Health Organization (2002).

Ampliando o foco, sob o ponto de vista produtivo, chama a atenção o fato de o Brasil ser atualmente o maior exportador de tabaco e o segundo maior produtor do mundo⁴. Merece especial atenção a região sul, que concentrou em 2008 aproximadamente 94% da produção nacional, garantindo empregos diretos para 30 mil pessoas nas indústrias e outras 200 mil no meio rural. Dentre os três estados do sul, o Paraná é o que menos produz, entretanto muitas famílias, principalmente as que possuem menores áreas de terra, e até mesmo muitas que nem possuem terras próprias vêm conseguindo permanecer no meio rural graças ao cultivo do tabaco. Torna-se assim, uma “faca de dois gumes”, em que: por um lado é economicamente importante para o país, para o estado e para os fumicultores ao mesmo tempo em que, por outro, confere sérios problemas ambientais e de saúde tanto para quem planta, quanto para quem o consome.

Optou-se por realizar o estudo nos municípios de Capanema e Planalto, por dois motivos principais: o primeiro é que ambos localizam-se no sudoeste do Paraná e estão entre os que apresentam as maiores produções de fumo (tabaco) de galpão da região. O segundo fator que motivou a pesquisa na região se dá em função das particularidades do cultivo de fumo de galpão⁵, em função de, como dito, manejo, colheita, secagem e classificação diferenciados e por não exigir do produtor uma especialização em seu cultivo, fato que favorece a busca por alternativas de produção capazes de auxiliar as famílias a manterem-se no meio rural com melhor qualidade de vida.

Sob essa perspectiva, a fim de melhor compreender a realidade e experiências vivenciadas pelas famílias rurais com relação a produção de tabaco, procurou-se entrevistar fumicultores e ex-fumicultores, que por motivos variados tenham encontrado alternativas ao cultivo do fumo e permanecido no meio rural, por conta própria ou com auxílio de organizações governamentais e/ou não-governamentais. Busca-se compreender de maneira geral como o tabaco está inserido nas propriedades da região e quais os motivos e estratégias vêm sendo realizadas pelas famílias que optaram em parar de cultivá-lo.

O principal objetivo que se propõe esse estudo é analisar os fatores que influenciam na decisão dos agricultores familiares em produzir ou substituir o cultivo de tabaco por outras atividades agrícolas e/ou não agrícolas e a interferência dessas decisões em seus meios de vida.

⁴ Foram produzidas em 2007 aproximadamente 700 mil toneladas e divisas da ordem de US\$ 2,2 bilhões/FOB.

⁵ Do total de fumo produzido na região sul, entre as safras 2003/04 e 2005/06 a variedade Virgínea (Fumo de Estufa) participa com 82,7%, enquanto que o Burley (Fumo de Galpão) apresenta 16,4% e o Comum 0,9%. (DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS RURAIS, 2009).

Dessa maneira especificamente buscar-se-á: identificar os apoios institucionais que interferiram nas mudanças de sistema de produção das famílias ex-produtoras de tabaco nos municípios de Capanema e Planalto; elucidar os fatores que auxiliam nos processos decisórios dos agricultores em produzir ou substituir o cultivo do tabaco e; analisar, nos sistemas de produção com e sem o cultivo de tabaco as dimensões social, ambiental e econômica, observando para tanto os capitais físico, financeiro, humano, social e natural, das UP's estudadas.

O estudo visa comprovar duas hipóteses. A primeira considera que os fumicultores substituem o cultivo do fumo de galpão por alternativas de renda agrícola e/ou não agrícola, desde que se mostrem mais atrativas à melhoria de seus meios de vida. O pressuposto é que a partir do momento que os agricultores familiares têm a possibilidade de optar por alternativas de geração de renda, uma ou mais atividades que garantam a reprodução do seu meio de vida com qualidade, o cultivo do tabaco perde a importância.

A segunda hipótese é de que os ex-fumicultores apresentam maior diversidade de atividades geradoras de renda em relação aos ex-fumicultores e melhores condições econômicas, sociais e ambientais.

1.2 METODOLOGIA

Esse estudo busca contribuir com os esforços que vem sendo realizados em nível mundial no sentido de encontrar alternativas de reprodução e manutenção de renda para as famílias que hoje dependem economicamente do cultivo do tabaco numa situação de risco e submissão à vontade das empresas integradoras, aqui denominadas como fumageiras. A grande motivação da realização desse estudo está no acompanhamento e comparação dos meios de vida dos fumicultores, que permanecem cultivando tabaco, em maior ou menor intensidade e dos ex-fumicultores, que ao longo dos anos, arriscaram-se no desenvolvimento de novas estratégias de reprodução familiar, muitas vezes sem o auxílio de agentes externos.

Para realizar o estudo, inicialmente foram entrevistadas lideranças das entidades locais e secretários (as) da agricultura dos dois municípios a fim de compreender, mesmo que de maneira parcial o contexto que cerca as famílias agricultoras da região. O procedimento metodológico adotado foi a entrevista "dirigida" que permite conforme Richardson et al. (1999, p. 210) "[...] a partir de perguntas precisas, pré-formuladas e com uma ordem pré-

estabelecida conduzir os informantes qualificados às respostas pretendidas”. Também durante essas entrevistas buscou-se identificar as ações que foram realizadas ao longo dos anos nos dois municípios no sentido de propor alternativas de diversificação e geração de renda para as famílias rurais como um todo, bem como a indicação de algumas famílias que posteriormente foram entrevistadas.

A indicação das famílias foi realizada durante as entrevistas com as lideranças locais e no decorrer do estudo pelos próprios agricultores que estavam sendo entrevistados, levando-se em consideração as principais atividades agrícolas realizadas em cada município, ou seja, o tabaco, a produção de leite, a avicultura, a produção de grãos e as indústrias artesanais rurais⁶. Além dessas atividades, no município de Capanema também foi destacado a suinocultura e o cultivo da mandioca. Com base nessas principais atividades, solicitou-se às lideranças locais, a indicação de nomes de agricultores produtores e ex-produtores de tabaco, que atualmente produzissem apenas uma das atividades citadas, e agricultores que produzissem duas ou até três dessas atividades citadas. De posse dos nomes, buscou-se abranger a diversidade de situações existentes, e mesmo sem relativo peso econômico para o município, também procurou-se por famílias agricultoras que deixaram de cultivar tabaco e que atualmente dedicam-se a outras atividades, revelando belíssimas estratégias para a manutenção da vida no meio rural.

A segunda fase da pesquisa, contou com a realização de estudo comparativo, com auxílio de métodos de caráter qualitativo e quantitativo junto a agricultores familiares que deixaram de produzir tabaco e de agricultores que continuam produzindo. Conforme Lakatos e Marconi (1996, p. 107), o método de pesquisa comparativo, tem a finalidade de verificar similitudes e explicar divergências considerando que o estudo das semelhanças e diferenças entre diversos tipos de grupos, sociedades ou povos contribui para uma melhor compreensão do comportamento humano.

Para a obtenção dos resultados dessa segunda fase, buscou-se compreender via entrevista estruturada, as motivações que levam e levaram os agricultores a tomar suas decisões com referência a continuar ou não cultivando tabaco. A entrevista estruturada é composta por questões fechadas, permitindo assim maior uniformidade no tipo de informação recolhida. Assim, nas entrevistas foi possível reunir diversas opiniões com relação ao cultivo

⁶ Fernandes Filho e Campos (2003) chamam a atenção sobre a indústria rural artesanal, que utilizam para diferenciar da indústria rural em geral, uma vez esse tipo de indústria, faz referência apenas às atividades que tem como característica o fato de serem intensiva no uso de mão-de-obra – sendo, portanto, pouco intensivas na utilização de máquinas e ou equipamentos automatizados – e estarem integradas nas unidades de produção agrícolas familiares.

do tabaco, bem como sobre estratégias desenvolvidas em busca de alternativas para consolidar e reproduzir seus meios de vida, aliadas à satisfação pessoal com o meio em que vivem e as atividades que realizam. Conforme Lakatos e Marconi (1996, p. 107) o motivo da padronização da entrevista é obter, dos entrevistados, respostas às mesmas perguntas, permitindo “que todas elas sejam comparadas com o mesmo conjunto de perguntas, e que as diferenças devem refletir diferenças entre os respondentes e não diferenças nas perguntas”. Deste modo, a partir do roteiro da entrevista foi possível garantir que a família discorresse com liberdade sobre sua vivência, possibilitando capturar a percepção desses sobre a experiência de cada um com o cultivo do tabaco e todas as variáveis intrínsecas à esta.

Da mesma forma, realizaram-se entrevistas dirigidas com base em um formulário (Apêndice A), que possibilitou a coleta de informações de interesse no estudo, como a composição familiar, a produção agropecuária do último ano:, alguns parâmetros que auxiliam na avaliação dos meios de vida das famílias:, entrevistadas como a renda, aspectos ambientais das UP's, acesso a saúde, educação, assistência técnica, comunicação, financiamento, informação e transporte, capital disponível, questões fundiárias, distribuição e utilização das terras, entre outras.

Foram entrevistadas ao todo quarenta e duas famílias, quatorze das quais cultivam o tabaco e as demais vinte e oito, deixaram de cultivá-lo há pelo menos duas safras. Entre as famílias que cultivam tabaco, observou-se que suas lavouras variam de 18 mil a 200 mil pés de tabaco/ano, sendo que algumas produzem apenas a variedade Burley, durante o verão, e outras também cultivam a variedade comum, geralmente durante o inverno, intensificando assim a produção e aumentando a renda do núcleo familiar. Segundo o DERAL (2008) na safra de 2007/2008, 447 famílias do município de Capanema e outras 788 famílias no município de Planalto realizaram o cultivo do tabaco. Assim, esse estudo não se propôs a representar estatisticamente essa realidade local, mas, observar as múltiplas realidades existentes comparando as estratégias dos meios de vida dos fumicultores e dos ex-fumicultores. É, portanto, um trabalho de caráter qualitativo que tem como intuito conhecer a realidade local, observar como a cultura do tabaco está inserida no cotidiano das famílias, bem como a opinião e a satisfação dos fumicultores com o cultivo. E também, verificar as estratégias que os ex-fumicultores vêm utilizando para manterem suas propriedades economicamente viáveis no seu espaço e melhorar seu meio de vida.

O banco de dados resultante do formulário possibilitou identificar as rendas agrícolas e não agrícolas dos entrevistados. Para compor a renda agrícola buscou-se compreender a dinâmica econômica das famílias, recompondo toda a movimentação financeira relativa às

atividades agrícolas, obtendo-se assim o custo intermediário (CI), que de acordo com Lima et al. (1995) representa o valor dos insumos e serviços destinados à produção. Também utilizou-se de informações com relação às instalações, máquinas e equipamentos existentes nas propriedades para o cálculo da depreciação (D) dos mesmos, conforme a metodologia descrita por Lima et al. (1995). Buscou-se também constituir a distribuição do valor agregado (DVA), que corresponde aos demais gastos que possam existir referentes à produção, como juros de financiamentos, impostos das terras, contribuição sindical, salários, entre outros. Em contrapartida também contabilizou-se o produto bruto, que segundo Lima et al. (1995) representa o valor da produção gerada durante o ano, exclusivamente pela UP, tanto da produção vendida, como consumida ou estocada.

Outra importante análise realizada nesse estudo refere-se ao índice de diversificação (ID) dos sistemas de produção, utilizado por Andrade (1995) para medir a desconcentração da renda familiar com auxílio da seguinte expressão: $ID = 1/\sum Fi^2$. Conforme o autor, o Fi representa a fração da renda bruta total (ou margem bruta) proveniente da linha de exploração i ($i = 1, 2, \dots, n$, sendo n = número de explorações da propriedade).

Realizou-se também comparação entre fumicultores e ex-fumicultores quanto ao índice de sustentabilidade de suas UP's. Para tanto elaborou-se um diagrama, conforme metodologia apresentada pelo British Department for International Development (1999) que busca avaliar os diversos meios de vida demonstrando graficamente a variação do acesso de determinados tipos aos recursos analisados. Segundo os autores, essa metodologia é uma ferramenta que ajuda a compreender melhor a diversidade de meios de vida, principalmente nas populações mais carentes. Esse diagrama apresenta cinco variáveis, denominadas de Capital Humano, Capital Natural, Capital Financeiro, Capital Físico e Capital Social, e as relações mais comuns entre essas variáveis, podendo ser utilizado tanto no planejamento de novas atividades de desenvolvimento como na avaliação da contribuição das atividades já em curso. No capítulo cinco deste estudo, são descritos de maneira detalhada as variáveis que compõem cada capital avaliado.

Visando favorecer a discussão e posterior apresentação dos resultados encontrados, buscar-se-á no capítulo dois apresentar as bases teóricas no qual o estudo está alicerçado e a apresentação do universo da pesquisa, ou seja, as principais características, semelhanças e diferenças dos municípios de Capanema e Planalto. No terceiro capítulo, são abordadas questões culturais referentes à re-significação do uso do tabaco, bem como aspectos relativos a saúde e, fatores econômicos, sociais e ambientais inerentes ao processo de produção, beneficiamento, comercialização e cultivo do tabaco no Brasil e no mundo. Para auxiliar na

elaboração desses capítulos, contou-se com importante consulta a banco de dados existentes no IBGE, DERAL, Emater locais e prefeituras municipais.

No quarto capítulo são apresentadas as principais características das famílias e UP's entrevistadas, como faixa etária, escolaridade e a utilização das áreas das propriedades. Também nesse capítulo são apresentados alguns paradoxos com relação ao cultivo do tabaco e as diversas experiências e opiniões dos fumicultores e dos ex-fumicultores entrevistados. No quinto capítulo buscou-se responder as hipóteses que deram origem ao estudo e apresentar as principais conclusões obtidas a partir deste.

A última seção constrói-se a partir da perspectiva pessoal da autora desse estudo, onde são apresentadas as motivações, dificuldades e o aprendizado obtido com a pesquisa; a contemplação dos objetivos e hipóteses propostas e perspectivas futuras para o estudo do tabaco.

2 O DESENVOLVIMENTO RURAL, OS MEIOS DE VIDA E O UNIVERSO DO ESTUDO

Neste capítulo serão abordadas as bases teóricas em que o estudo está alicerçado, desde a noção de desenvolvimento rural até a adoção do conceito *livelihoods* ou meios de vida utilizado ao longo da pesquisa e análise dos dados. Também nesse capítulo estão apresentados aspectos históricos, as principais características, semelhanças e diferenças dos municípios de Capanema e Planalto, que constituem o universo dessa pesquisa.

A noção de desenvolvimento rural tem sido muito difundida e discutida ao longo dos anos e tornou-se uma fonte inesgotável de perspectivas teóricas, transformando-se numa abstração complexa e passível de várias interpretações e diferentes enfoques. Para Schneider (2004, p. 8), essa noção é definida como “[...] um processo que resulta de ações articuladas, que visam induzir mudanças socioeconômicas e ambientais no espaço rural visando a melhoria da renda, da qualidade de vida e do bem-estar das populações rurais”. Essa definição vem ao encontro da apresentada por Navarro (2001, p. 88), para o qual o desenvolvimento rural “trata-se de uma ação previamente articulada que induz mudanças em um determinado ambiente rural”. De acordo com esse autor, o conceito sofreu e sofre alterações com o passar do tempo, modificado por ações conjunturais e novos condicionantes que o desenvolvimento de maneira geral, gradualmente impõe às famílias e às atividades rurais.

A noção de desenvolvimento, por si só, poderia contemplar mais do que aspectos econômicos e sociais como foi compreendido durante o período da modernização capitalista. Geralmente essa noção reporta a um pensamento de positividade, de evolução, e até mesmo progresso. Porém, alguns autores apresentam noções mais amplas, como é o caso de SEN (2000), para o qual o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente.

Se historicamente a ideia de progresso econômico perdurou por décadas como sendo o mecanismo para conquistar o desenvolvimento social, as principais crises do século XX demonstraram seus limites, demandando pensar do mesmo modo os aspectos sociais e ambientais como parte do processo de desenvolvimento. Sob essa ótica, é possível constatar que a década de 1990 foi marcada pelo (re)surgimento do debate ambientalista, o que acaba de algum modo favorecendo a ampliação de políticas públicas sob esse foco.

Conforme Ploeg (1990) as estratégias de desenvolvimento rural necessitam reconhecer, primeiramente, a multitude dos “estilos de agricultura” existentes e aqueles potenciais, quais sejam, a infinita possibilidade de variações que os sistemas agrícolas e a vida rural podem assumir. Sem considerar esse limite apresentado por Ploeg e outros limites apresentados por Navarro (2001), com as mudanças ocorridas nas últimas décadas - ; como o virtual estancamento do mercado de trabalho rural ou a própria dinamização das atividades agroindustriais e das estruturas de comércio correspondentes; - bem como considerar a realização efetiva da reforma agrária; o aumento da capacidade e liberdade de fazer escolhas e a igualdade de direitos, não será possível construir um processo efetivo de desenvolvimento rural no país.

Ellis (2000) privilegia o que intitula de estratégias de sobrevivência familiares e a diversificação dos modos de vida rurais, mostrando que as iniciativas e ações que geram impactos significativos na melhoria das condições de vida dessas populações e que ampliam suas perspectivas de garantir a reprodução social e econômica estão, na maioria das vezes, nas próprias localidades e territórios onde vivem. Com base nessas argumentações, uma real possibilidade de favorecer o desenvolvimento rural, respeitando a diversidade e heterogeneidade existente no país é a estratégia de desenvolvimento local.

Em meio a essas noções, os discursos sobre desenvolvimento rural, somados ao adjetivo ‘sustentável’, vem crescendo nas últimas décadas, desde a emergência da noção de ecodesenvolvimento, proposto por Sachs (1976), ou até mesmo nos documentos escritos pela União Internacional para a Conservação da Natureza e dos seus recursos (UICN¹), e de certa forma prepararam abriram caminho para a adoção posterior do termo “desenvolvimento sustentável”. Institucionalmente, a noção de desenvolvimento rural sustentável é incorporada no Relatório de Brundtland em 1987 e consagrada na ECO-92.² Embora os discursos a esse respeito sejam muitas vezes divergentes entre si, pois diferentes focos e interesses são colocados em pauta, o novo adjetivo traz algumas certezas como, por exemplo: a de que o modelo hegemônico de desenvolvimento não é sustentável, e que o aspecto ambiental ganhou significativo espaço no debate.

Conforme Almeida e Navarro (1995), na ideia do desenvolvimento sustentável, o melhor caminho a ser seguido é aquele em que as necessidades dos grupos sociais possam ser

¹ Criada em 1948, é uma organização internacional que congrega instituições governamentais e não governamentais em torno da problemática da integridade e diversidade da natureza.

² Foi a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), realizada entre 3 e 14 de junho de 1992, no Rio de Janeiro. Seu objetivo principal era buscar meios de conciliar o desenvolvimento sócio-econômico com a conservação e proteção dos ecossistemas.

atendidas a partir da gestão democrática da diversidade, nunca perdendo de vista o conjunto da sociedade. Sob essa perspectiva, a direção do desenvolvimento sustentável deixa de ser linear ou única, e não mais a marcha de todos em uma só direção, mas o reconhecimento e a articulação de diferentes formas de organização e demandas como base, sustentando a verdadeira sustentabilidade, não só sob o ponto de vista ambiental.

Nessa mesma lógica, Long e Ploeg (1994) destacam que o desenvolvimento não é algo que vem de fora e que se concretiza através de projetos, pela intervenção externa, pois os grupos locais possuem seus próprios projetos, práticas, estratégias, ações, identidades e motivações. Dessa maneira, a importância está em entender o mundo de vida dos locais, pois as alternativas e soluções estão nos seus estilos de vida, formas de vivência e na sua valorização, compreensão, potencialização e estimulação. Assim, é essencial levar em consideração a complexidade do meio rural, para então encaminhar alternativas de forma específica, respeitando as particularidades locais, os aspectos culturais, e geográficos, entre outras variáveis. Pois, nenhuma solução pode ser implantada em um modelo único, mas sim, de maneira articulada, criando condições que possibilitem aos agricultores superar eventuais debilidades, qualificando-as para competir e enfrentar o mercado sem restrições, respeitando a inventividade e proporcionando a liberdade de escolha.

Trata-se como afirma Sen (2000), da expansão das capacidades humanas para que as pessoas possam efetivar seus objetivos. Para esse autor o desenvolvimento está relacionado ao alargamento das opções de escolhas das pessoas, sendo que essas opções estão diretamente ligadas às relações de poder existentes na sociedade. Neste sentido, Sen destaca que é primordial favorecer meios e possibilidades para os indivíduos tornarem-se capazes de tomar suas próprias decisões e fazer suas escolhas, a fim de alcançar melhorias na qualidade de vida, deixando em segundo plano o acúmulo de capital e recursos econômicos.

Nesse sentido, Perondi, Schnleider e Bonato (2008) citam que a perspectiva das capacitações propõe que o desenvolvimento é uma característica de sociedades onde os indivíduos alcançam uma condição em que dispõem de meios através dos quais podem realizar os fins que almejam e/ou desejam. Para esses autores, a teoria das capacitações estabelece um diálogo vantajoso com a perspectiva da diversificação dos meios de vida. Este fato fez com que estudiosos do desenvolvimento rural passassem a rediscutir as estratégias de combate à pobreza com base na proposição de que mais importante do que dar aos pobres comida e provisões seria dotá-los de recursos que pudessem estimular suas capacidades e fortalecer os meios de que dispõem para realizar suas atividades.

No bojo dessas discussões e acontecimentos, as organizações não governamentais (ONGs) ganharam força e passaram a implementar algumas iniciativas em busca de resultados práticos para o tão mencionado desenvolvimento rural sustentável, inicialmente apresentando modelos alternativos de produção, como a agricultura alternativa, ou a agroecologia. Altieri e Maserà (1998), refletindo sobre o resultado de algumas ONGs envolvidas em programas de desenvolvimento rural, observaram que as mesmas demonstraram uma capacidade singular de compreender a natureza específica e diferenciada da produção, além de promoverem experiências prósperas com geração e transferência de tecnologia aos agricultores.

Sendo assim, o termo, “meios de vida” pode ser compreendido a partir de diferentes perspectivas, entretanto teve sua origem nos trabalhos publicados por Robert Chambers em 1980, e, na década seguinte, por Chambers e Conway, entre outros autores. Desde então, muitos órgãos de desenvolvimento tem adotado esse termo. Para o DFID (BRITISH DEPARTMENT FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT, 1999), a abordagem dos meios de vida é uma forma de refletir sobre os objetivos, o alcance e as prioridades das atividades para o desenvolvimento, alocando as pessoas no centro dessas atividades. Como destacam Chambers e Conway (1992):

Os meios de vida consistem nas capacidades, atividades e recursos (provisões, recursos, sustentação e acessos) necessários para o sustento. Um meio de vida é sustentável quando pode enfrentar e recuperar-se de um estresse ou impacto, mantendo ou expandindo sua capacidade e seus bens, provendo oportunidades de meios de vida sustentáveis para a próxima geração, contribuindo para o benefício de outros meios de vida em níveis local e global, em curto e médio prazo. (CHAMBERS; CONWAY, 1992, p. 5, tradução nossa).

Embora geralmente utilize-se apenas a expressão “abordagem dos meios de vida” omitindo-se a palavra sustentável, sabe-se que esta é intrínseca à expressão, e se assim não o fosse, seria incongruente. Da mesma forma, Ellis (2000) destaca que esse termo não está meramente relacionado com a renda, mas também com a forma de obter a vida, que está relacionada com as capacidades e com os ativos disponíveis. Portanto, busca-se com essa abordagem a sustentabilidade ambiental, econômica, social e institucional dos envolvidos.

De acordo com o DFID (BRITISH DEPARTMENT FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT, 1999), a abordagem dos meios de vida sustentáveis simplifica a tarefa de planejar o desenvolvimento ao mesmo tempo em que deve significar um melhor

direcionamento dos projetos em prol da erradicação da pobreza, reconhecendo que pobreza é um conceito muito mais amplo, que vai além da mera falta de recursos financeiros. Possibilitando, assim, mais oportunidades de acessos famílias para que possam moldar suas próprias vidas.

Segundo Ellis e Freeman (2005), existe uma necessidade urgente em relacionar a abordagem dos meios de vida com o processo de diversificação³ econômica, principalmente porque a noção de diversidade é um atributo que se manifesta na heterogeneidade de formas de renda, atividades, ocupações, sistemas de produção, estrutura fundiária, entre outras. E, não menos importante, porque a diversificação dos meios de vida pode representar uma ferramenta para compreender o grau de vulnerabilidade ou mesmo exposição aos riscos de agricultores ou de famílias rurais. Nesse sentido Chambers e Conway (1992) identificam cinco categorias principais de ativos na definição de “meios de vida”: o capital natural; o capital físico; o capital humano; o capital financeiro e o capital social.

Assim, realizar esse estudo baseado na temática do tabaco é investigar a história de vida das famílias rurais destes dois municípios do sudoeste do Paraná e prospectar as estratégias de diversificação de seus meios de vida, cultivos e criações ajustados a conviver enquanto fumicultores, com uma cultura não alimentar, mas que produz renda para a família. Uma renda monetária muitas vezes subsidiada pela não percepção do valor do tempo do trabalho empregado, pela exploração dos recursos naturais utilizados no processo produtivo e pelos riscos principalmente no que diz respeito à saúde de quem o produz.

2.1 O SUDOESTE DO PARANÁ

Sabe-se que o Paraná, é o terceiro estado que mais produz tabaco no Brasil, e essa produção, conforme dados do IBGE na safra de 2008 esteve concentrada em três regiões do estado: a região sudeste, onde foram produzidos em torno de 53% do total, a região metropolitana de Curitiba que produziu aproximadamente 16% e a região Sudoeste que produziu cerca de 11% da produção total. A opção por realizar esse estudo na região sudoeste do Paraná, se dá em função da predominância da agricultura de base familiar e da estrutura

³ O termo diversidade refere-se à existência num determinado tempo, de muitas distintas fontes de rendas. A diversificação, por outro lado, interpreta a criação de diversidade como um processo econômico e social em andamento, refletindo as pressões e oportunidades exercidas pelas famílias ao adotar crescentes e diversas estratégias de meios de vida (ELLIS, 2000, p. 14).

fundiária ser baseada em pequenas propriedades. Conforme Perin et al. (2001) nessa região, 93% dos estabelecimentos tem área inferior a 50,0 hectares (ha) e ocupam 58% das áreas agrícolas da região. Dessa maneira, sendo o tabaco uma atividade que gera, na maioria das vezes, maior retorno econômico por área de terra utilizada, quando comparada a outras atividades desenvolvidas na região, o mesmo representa para os agricultores uma importante possibilidade de obtenção de renda e, por conseguinte de sua manutenção no meio rural.

Outra peculiaridade do sudoeste do estado é que embora o cultivo do tabaco não seja tão intenso quanto na região centro sul, alguns municípios, como Capanema e Planalto se destacam entre os mais produtivos, conforme se observa na Figura 1. O município de Planalto se destacou no ano de 2001 por apresentar uma das maiores produtividades/área do estado, como pode ser observado na Tabela 1, tendo recebido por isso de uma das fumageiras que atuam na região, um prêmio como incentivo à produção.

As particularidades inerentes ao cultivo do fumo nesta região culminaram na opção por evidenciar essa realidade distinta (não menos importante) do cultivo das variedades Burley e comum, ambas variedades de fumo de galpão.

Tabela 1 - Rendimento médio da produção de tabaco no Brasil, na região sul, no estado do Paraná, na região sudoeste do estado e nos municípios de Capanema e Planalto em kg/ha

Brasil, Regiões e municípios	2001	2008	Média últimos 10 anos
	kg/ha		
Brasil	1.878	1.969	1.876
Sul	1.968	2.032	1.953
Paraná	1.974	2.012	1.944
Sudoeste	1.936	1.827	1.785
Capanema	2.040	1.800	1.770
Planalto	2.048	1.760	1.752

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2009b).

Como se observa, a tabela acima apresenta a média do rendimento dos últimos dez anos, compreendido entre as safras de 1999 e 2008, e em particular do ano de 2001, que conferiu ao município de Planalto um montante em dinheiro por parte de uma das fumageiras que atuam na região para a construção de uma creche onde as crianças poderiam permanecer enquanto seus pais trabalham no cultivo do tabaco. Do mesmo modo, para termos de comparação, apresenta-se o rendimento da última safra, que se refere ao ano 2008. Nota-se

que enquanto houve aumento nos rendimentos médios/área em nível nacional, da região sul e do estado do Paraná na última safra, houve diminuição no rendimento/área, tanto na região sudoeste, quanto nos dois municípios onde o estudo foi realizado. Esse fato pode ser influenciado pela pequena quantidade de área de terras disponível aos agricultores para rotacionar os cultivos, o que acaba ao longo dos anos, diminuindo o rendimento/área prejudicado pela escassez dos recursos naturais. Pois, embora sejam utilizados insumos agroquímicos, há outros fatores que influenciam na produção, como a maior incidência de pragas e doenças, e fatores físicos e biológicos dos solos, que podem apresentar sérios problemas quando não se realizam manejos agrícolas adequados, reduzindo assim o rendimento/área.

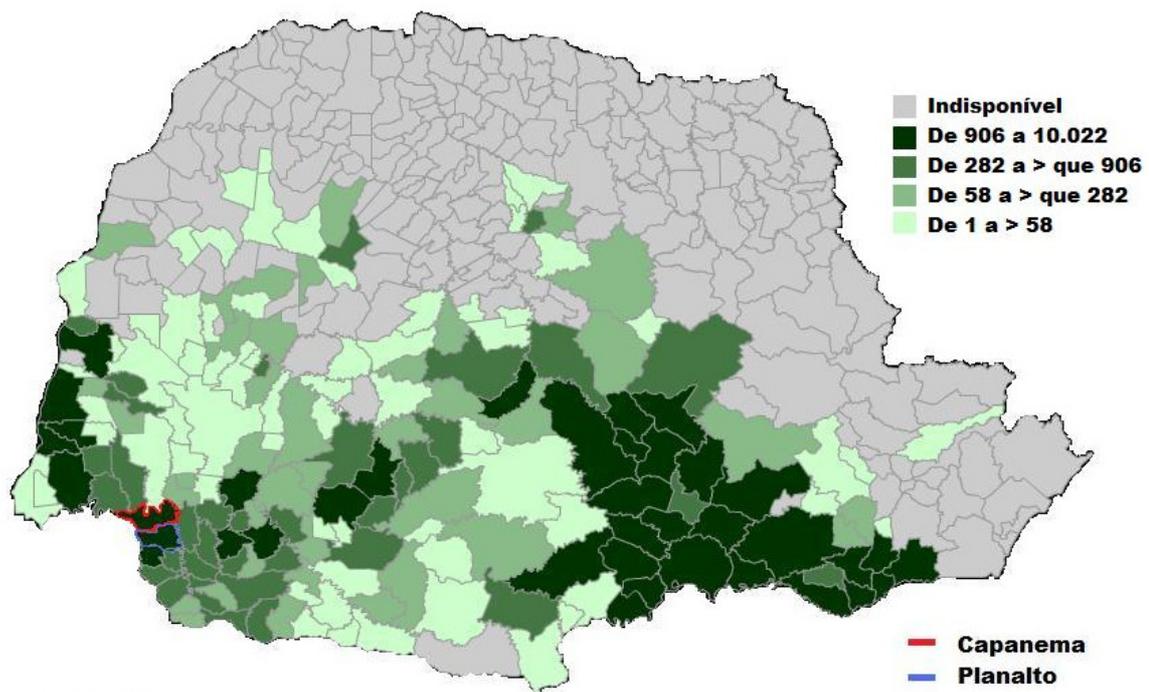


Figura 1 - Produção de tabaco nos municípios do Paraná em 2008, (em toneladas)

Fonte: Elaborada pela autora a partir de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2009b).

A Figura 1 destaca as regiões produtoras de tabaco do Estado na safra de 2008, conforme a quantidade de toneladas produzidas. Observa-se que tanto o município de Capanema (com contorno em vermelho), quanto o município de Planalto (com contorno em azul) estão entre os municípios que mais produziram em 2008, equiparando-se a quantidade

produzida pela maioria dos municípios localizados na região sudeste, que concentra a maior produção de tabaco do Paraná.

Os dois municípios apresentam mais algumas características que chamam a atenção, como a aparente distinta relação existente com o cultivo do tabaco, onde em Capanema parece ser apenas mais uma das várias atividades agrícolas existentes, enquanto que em Planalto, o leque de oportunidades para o meio rural parece ser menor, conferindo à fumicultura maior importância. Embora, de acordo com dados disponíveis no site do IBGE, em 2008 a renda oriunda do setor agropecuário para a composição do valor do produto bruto total dos dois municípios correspondeu a 20% para Capanema e 27% para Planalto, e embora o setor de serviços represente mais de 50%, é inegável a importância das atividades agrícolas em ambos. Vale destacar ainda que a maioria dos estabelecimentos rurais dos dois municípios (mais de 60%) possuem áreas entre 5 e 20 ha e aproximadamente 18% possuem área inferior a 5 ha, conforme pode ser observado na Figura 2. Assim, quanto menor a área, menor é também o número de alternativas que os agricultores encontram para se viabilizar, tornando mais importante o cultivo do tabaco nessas propriedades.

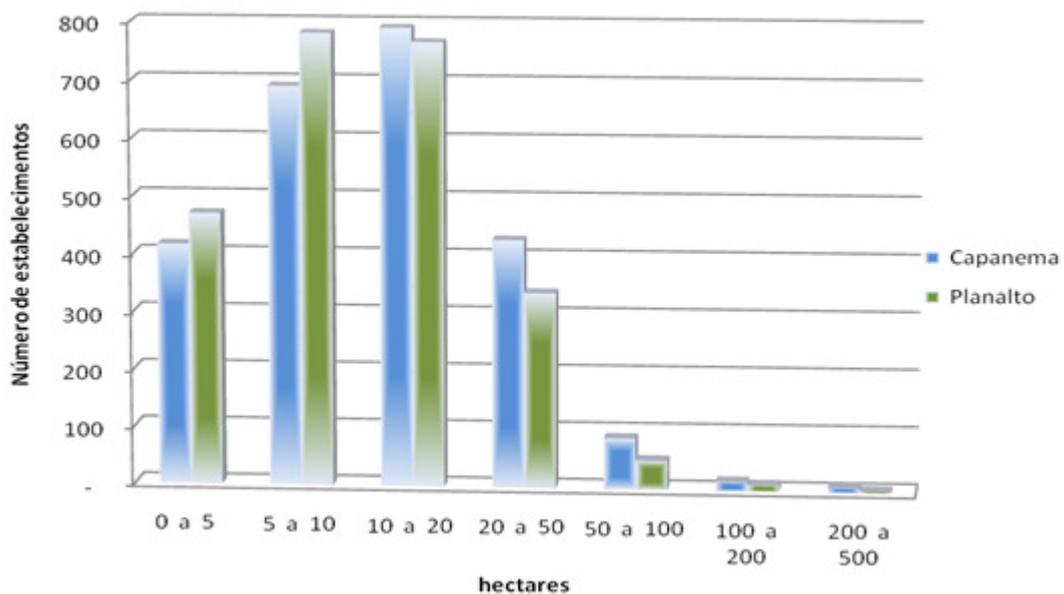


Figura 2 - Estrutura fundiária dos municípios de Capanema e Planalto

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1998).

Apresentar-se-á em seguida, breve histórico e caracterização dos dois municípios onde o estudo foi realizado, a fim de melhor compreender a realidade e estratégias locais

estabelecidas ao longo dos anos, que de certa forma contribuíram para a realidade atual em que se encontram os fumicultores e ex-fumicultores dos dois municípios.

2.2 O MUNICÍPIO DE CAPANEMA

De acordo com Perondi (1999), o nome Capanema origina-se de um microclima existente na região, o qual não permitia o desenvolvimento de araucárias, e por esta razão, existir no local uma “mata mais fechada”. Assim, a região era conhecida como “mato sujo”, denominação da palavra indígena “Capanema”.

O município tem pouco mais de cinquenta anos de fundação e sua povoação fora realizada principalmente por italianos e alemães vindos dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina que ali chegaram em busca de novas terras para cultivar. Conforme Krüger (2004) incentivados pelo Governo Federal, que estimulou a migração para ocupar a faixa de fronteira com a Argentina, demarcada oficialmente em 1903, os imigrantes que ali chegaram foram ocupando as terras sem maiores preocupações com a legitimidade da posse e domínio.

Essa despreocupação, mais tarde, culminou numa disputa entre posseiros, empresas colonizadoras e os Governos, Federal e Estadual. Aos conflitos gerados nessa época em todo o sudoeste do Paraná, deu-se o nome de “revolta dos colonos”, ocorrida em 1957, marcada conforme Battisti (2006), pela ação dos agricultores que de posse de armas foram para as ruas dos principais municípios do sudoeste do estado expulsando e substituindo as autoridades constituídas. Essa revolta levou a criação do GETSOP, um órgão federal/estadual que organizou as questões referentes à ocupação das terras, dando posse efetiva para os que estivessem residindo nas mesmas. Após esse conflito e, resolvidas essas questões, de acordo com Battisti (2006) iniciou-se o processo de modernização da agricultura, constituído, basicamente, pela mudança da base tecnológica orientada pelo capital industrial. Este agricultor, a partir da cidade, absorve e recria o campo com outros significados, transformando a “[...] produção agrícola em um setor da produção industrial subordinada aos seus imperativos e submetida às suas exigências” (IANNI, 2004, p. 75).

Geograficamente, Capanema está localizada na faixa de fronteira, no Sudoeste do Paraná, distante 604 km da capital do Estado, na latitude 25°35” sul e longitude 53°33”, em uma altitude de 350 m. De acordo com a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte (CAPANEMA, 2005), possui área total de 419,403 km², sendo a área urbana de apenas 5,78

km². Tem sua economia baseada na agricultura e pecuária e está localizada ao Sul do Trópico de Capricórnio, apresentando clima subtropical, com verões quentes, chuvas regulares, com invernos pouco rigorosos, que apresentam geadas não muito frequentes. A temperatura varia entre 22° a 18°C e o outono é quente. O relevo é suave, constituído de planaltos pouco ondulados, com pequenas planícies costeando o Rio Iguaçu, apresentando precipitação pluviométrica aproximada de 2000 mm/ano.

Geologicamente o município é constituído por derrames basálticos de média e pequena espessura, contendo basaltos compactos intercalados com basaltos vesiculares e brechas anosas. Os solos apresentam grande progresso e desenvolvimento econômico, pois são profundos, mecanizáveis, portanto ideais para agricultura e pecuária. Em geral apresentam altos valores de potássio, baixos em fósforo e médios de material orgânico, além de baixos teores de alumínio, porém necessitam de correção com calcário. As principais atividades agrícolas do município são o cultivo da soja, milho, feijão, cana-de-açúcar e frutíferas em geral. É importante salientar que nos documentos que se teve acesso, como o Plano Municipal de Desenvolvimento Agropecuário, a atividade do cultivo do tabaco, embora possua importância econômica é citada raríssimas vezes, tanto no sentido de destacar a atividade por sua importância econômica, foi quanto pela possibilidade de substituição dessa atividade por outras ou até mesmo em questões relacionadas ao uso de agrotóxicos e de saúde, inerentes ao mesmo.

Estudando as estratégias de reprodução dos agricultores na comunidade São Pedro, em Capanema, Perondi (1999) observou que os sistemas de produção estabelecidos pelas famílias durante vários anos diminuíram as reservas naturais, oriundas da mata existente antes da colonização do local. Observando as declarações de alguns entrevistados, percebem-se as limitações de manter na época o mesmo sistema de produção das primeiras décadas após a colonização. Por esse motivo, Perondi (1999), cita que a integração às agroindústrias de fumo, muitas vezes, é a primeira solução, já que as técnicas de fertilização química do solo, em virtude deste tipo de cultivo devolvem à terra a possibilidade de continuar produzindo.

2.3 O MUNICÍPIO DE PLANALTO

Com realidade semelhante, o município vizinho à Capanema, conhecido como Planalto, apresenta uma trajetória um pouco diferente já na forma como fora colonizado.

Nesta época, era organizado em lotes bem delimitados, para ocupação de terceiros, por uma família pioneira do município. Dessa maneira, a população do local não participou efetivamente da revolta dos colonos na década de 1950, e, conforme Krüger (2004), enquanto os demais municípios da região estavam sofrendo interferência da GETSOP, Planalto crescia e se adiantava. Em 1963, apenas sete anos depois da chegada dos primeiros colonizadores, já bem estruturada, em termos de escolas, hotéis, comércio local e lideranças políticas, Planalto fora promovido a município.

Localiza-se a 596 km de Curitiba e faz divisão, ao sul, com o município de Capanema. De acordo com o IBGE, possui uma área de 336,55 km², encontra-se na latitude 25°42'41" sul, e longitude 53°47" oeste, com altitude de 403 m. Conforme dados do IAPAR, o clima é subtropical úmido mesotérmico, com verões quentes e geadas pouco frequentes (cfa, conforme classificação de Köppen), com tendência à concentração das chuvas nos meses de verão, não possuindo estação seca definida. A média da temperatura durante o ano é igual a encontrada no município de Capanema – 22 a 16° C - e a precipitação pluviométrica é em torno de 2024 mm por ano.

Assim como em Capanema, o município fora colonizado principalmente por alemães e italianos vindos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina e tem sua economia baseada na agricultura e pecuária, as principais atividades agrícolas do município são o cultivo da soja, milho, tabaco e a produção de leite. No entanto, diferente de Capanema, os documentos encontrados referentes a esse município, relatam a atividade de cultivo do tabaco como uma das principais atividades realizadas pelos agricultores, contudo não fazem menção quanto a busca de alternativas para o substituir, ou sobre possíveis problemas que essa atividade possa gerar em termos de saúde e meio ambiente.

2.4 CAPANEMA E PLANALTO: DAS DIFERENÇAS ÀS SEMELHANÇAS

Em relação a dinâmica de desenvolvimento ocorrida nos dois municípios no decorrer dos anos, é possível perceber empiricamente que enquanto Capanema buscou diferentes alternativas para viabilizar as famílias agricultoras, mesmo sem o intuito de substituir a fumicultura, apenas de diversificar as propriedades de maneira geral, com ações como a criação de agroindústrias, o turismo rural, entre outras iniciativas, o município de Planalto ainda tem na produção do tabaco certa dependência, no sentido de geração de economia e

renda para as famílias agricultoras. Foi essa realidade aparentemente diferenciada que despertou o interesse em compreender melhor a dinâmica de desenvolvimento de ambos os municípios a fim de encontrar resposta que favoreçam a compreensão dos caminhos que levaram a tais diferenças e também que possam auxiliar a favorecer o desenvolvimento rural sustentável de inúmeras famílias agricultoras que hoje dependem exclusiva ou parcialmente do cultivo do tabaco.

Para melhor visualização da presença e importância do tabaco para os dois municípios, apresentam-se respectivamente nas Figuras 2 e 3, a produção de tabaco nos dois municípios ao longo dos anos e a presença da fumicultura, observando o número de propriedades que tem no cultivo do tabaco a principal atividade, de acordo com o Censo Agropecuário de 2006.

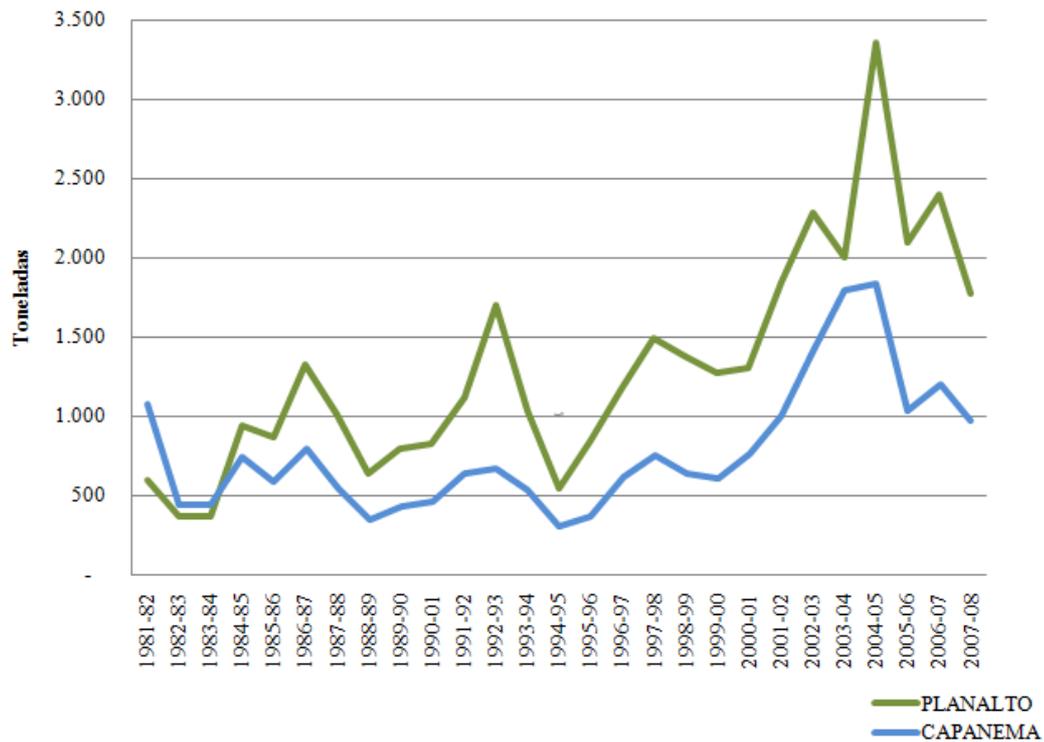


Figura 3 - Produção de tabaco (em t) nos municípios de Capanema e Planalto entre 1981/82 e 2007/08

Fonte: Paraná (2009).

Observando a Figura 3, percebe-se que a trajetória produtiva do tabaco nos dois municípios onde o estudo foi realizado, apresenta semelhantes aumentos e quedas da produção, guiadas por maior ou menor preço pago pela arroba no ano anterior, de acordo com

a oferta e demanda existentes no mercado. É comum encontrar fumicultores especuladores, que possuem outras atividades em suas propriedades e que deixam de cultivar o tabaco por algumas safras, retornando ao plantio, quando há melhores preços. Esse tipo de comportamento, que só ocorre com agricultores diversificados, ou seja, que tem a fumicultura apenas como mais uma fonte de renda, acaba auxiliando essas variações, como ocorre entre as safras de 2003/04 (onde os agricultores obtiveram bons preços), que fez com que aumentassem a produção no ano seguinte (safra 2004/05), aumentando a oferta e por consequência diminuindo os preços e, influenciando na diminuição da produção na safra de 2005/06.

Também é possível observar que nas três primeiras safras apresentadas pela figura, Capanema produz mais do que Planalto, porém a partir da safra de 1984/85, Planalto passa a produzir mais tabaco do que Capanema e continua produzindo até os dias atuais. Observando a trajetória de desenvolvimento rural ocorrida nesses dois municípios, através da identificação dos apoios institucionais que possam ter interferido nas mudanças do sistema produtivo das famílias ex-produtoras de tabaco, Capanema se destaca na construção de alternativas de renda, que objetivavam não a substituição da cultura, mas a diversificação das propriedades em geral, que atenderam tanto os fumicultores quanto os não fumicultores do município. Dentre as ações que se destacam em Capanema, tem-se a organização de linhas de turismo rural, denominada “Doce Iguassu” e a construção de vinte e três agroindústrias com apoio governamental e mais uma agroindústria com o apoio de uma organização não governamental (ONG) da região, conhecida como Assesoar,⁴ que também auxiliou na construção de agroindústrias no município de Planalto. Na época, tanto o poder público como a Assesoar não tinham as atenções voltadas exclusivamente para os agricultores que produziam tabaco, mas essa busca por alternativas ao cultivo do tabaco e as influências da ONG no sentido de excluir atravessadores e fortalecer a autonomia das famílias agricultoras, certamente contribuíram para as mudanças ocorridas nos meios de vida de alguns entrevistados.

Dentre os fatores que influenciaram as mudanças no comportamento dos agricultores e a importância do tabaco nos dois municípios, cita-se a existência de um frigorífico de abate de aves e a abertura da estrada do colono entre 1995 e 2005, ambos no município de Capanema. Estes fatores, também podem ter alterado a dinâmica de desenvolvimento do município e contribuído de forma como se apresentam os números expostos na Figura 3. Além de

⁴ Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (Assesoar), atua na região e existe há mais de 40 anos, tendo como missão gerar referências em desenvolvimento local sustentável (ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS, ORIENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA RURAL, 2009).

diferenças na produção, os dois municípios apresentam também diferenças no número de propriedades que têm na fumicultura a principal fonte de renda, conforme pode ser observado na Figura 4, em que enquanto para o município de Capanema, a fumicultura representa a principal fonte de renda apenas para 6% dos agricultores do município, Planalto possui mais que o dobro das propriedades, ou seja, 13% produzindo principalmente o tabaco. Destaca-se que as demais atividades apresentadas na figura, com exceção da produção de aves e suínos, apresentam relativa semelhança entre os dois municípios em questão.

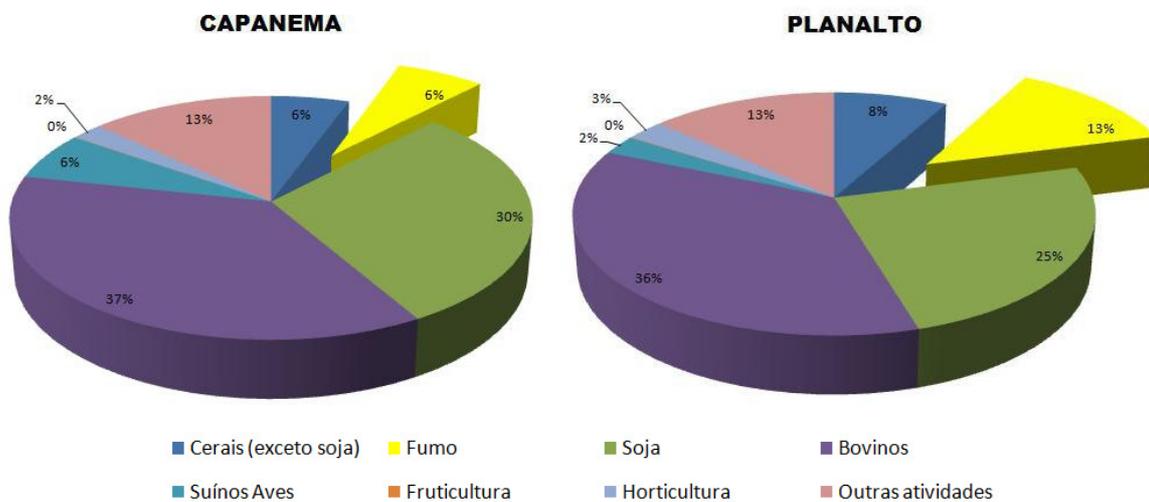


Figura 4 - Principais atividades realizadas nos municípios de Capanema e Planalto, conforme o número de estabelecimentos e a principal atividade econômica agrícola.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2009a).

Mais importante do que saber qual é a produção de fumo em determinado local, é compreender como o mesmo está inserido nas unidades de produção⁵ (UP). Bem como qual a importância da atividade para a economia familiar e qual é o nível de dependência das mesmas em relação à atividade. Embora os dados coletados dêem apenas alguns indícios sobre estas questões, quando comparadas as informações apresentadas na Figura 5 com os dados apresentados pelo Censo de 1995, ou seja, após 10 anos, percebe-se que houve o aumento de 1% na importância econômica da produção de tabaco no município de Capanema enquanto houve diminuição também de 1% na importância econômica da mesma cultura no

⁵ Todo terreno de área contínua, independente do tamanho, formado de uma ou mais parcelas, subordinado a um único produtor, onde se processa exploração agropecuária.

município de Planalto. Entretanto, a importância econômica do tabaco para o município de Planalto continua sendo mais significativa em relação a Capanema, destacando que ainda é com o cultivo do tabaco que muitas famílias agricultoras estabelecem seus meios de vida. A Figura 5, a seguir, apresenta um comparativo do número de estabelecimentos agropecuários que cultivam tabaco, distribuídos conforme o grupo de áreas totais das UP's dos dois municípios em questão.

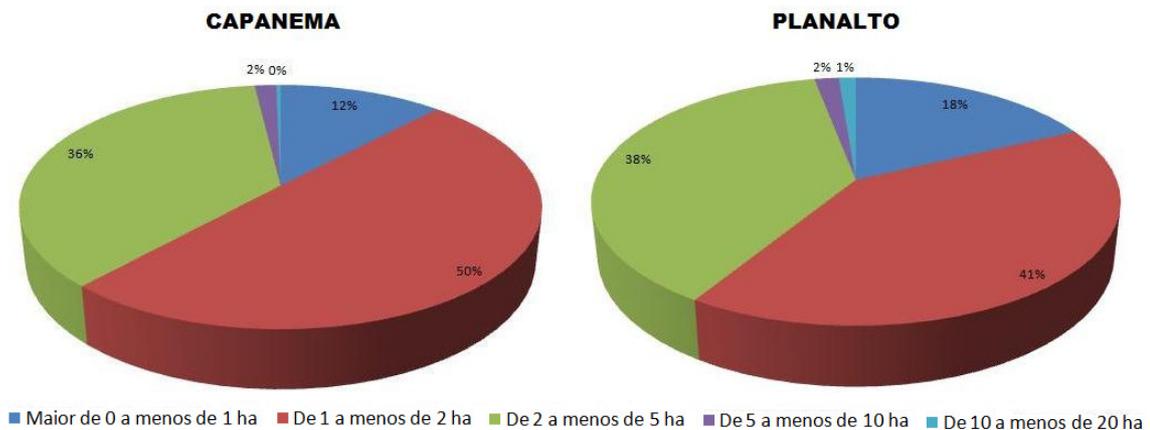


Figura 5 - Porcentagens relativas ao número de estabelecimentos agropecuários produtores de tabaco, segundo grupos de áreas total.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2009a).

O Censo Agropecuário de 2006 indica que 319 famílias agricultoras do município de Capanema produziram tabaco no período, juntamente com outras 569 famílias agricultoras do município de Planalto, seja na condição de proprietários, arrendatários, parceiros ou ocupantes de terras. De acordo com a Figura 5, tanto em quanto em outro município um grande percentual de fumicultores possui ou utiliza-se de áreas de terras entre 1 e 5 hectares, apresentando valores que correspondem a 86% do total de fumicultores do município de Capanema e 79% dos fumicultores do município de Planalto. É válido destacar que em ambos o maior percentual de estabelecimentos que cultivam o tabaco, possui ou utiliza-se de áreas de terras entre 1 e 2 hectares. A partir desta figura também é possível confirmar a importância que o cultivo do tabaco possui para as pequenas propriedades, uma vez que o número de fumicultores diminui drasticamente, conforme aumenta o tamanho de área, nos dois

municípios, apenas 2% e 3% de fumicultores com áreas acima de 5 hectares. Apresentando-se como um fator considerável no perfil dos fumicultores da região de maneira geral.

Salienta-se que no início desse estudo, a expectativa era de que pudessem haver diferenças no sentido de alternativas ao cultivo do tabaco, quando comparados os dois municípios, principalmente em virtude das diferenças anteriormente apresentadas. No entanto, observou-se que as estratégias e as condições dos meios de vida apresentados pelas famílias estudadas, tanto fumicultores quanto ex-fumicultores, não possuem diferenças de um município para o outro. Encontrou-se apenas um número maior de ex-fumicultores no município de Capanema, dado que pode ser explicado pelo processo histórico descrito e pelas figuras acima apresentadas. No entanto, não são observadas diferenças com relação a eficiência das múltiplas alternativas e estratégias encontradas nos municípios.

3 RESIGNIFICAÇÃO E IMPACTOS SANITÁRIO, ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO TABACO

Neste capítulo buscou-se abordar os principais aspectos que estão envolvidos no cultivo, comercialização e consumo do tabaco, destacando o processo de resignificação que o mesmo sofreu ao longo dos anos, bem como questões relacionadas a saúde, a economia, a sociedade e ao ambiente.

A origem do nome dessa planta é bastante divergente, pois enquanto alguns acreditam que a palavra "tabaco" derive do nome da ilha de Tobago ou da região de Tabasco, no México (ambos lugares onde a planta foi primeiramente encontrada), outros acreditam que o mesmo derive das palavras árabes tubaq ou tabaq. É consenso, porém, que o *Nicotiana tabacum* (seu nome científico) é uma planta não alimentícia, herbácea anual, da família das solanáceas, e possui diferentes variedades que exigem, condições de solo e clima variados, além de forma de colheita e secagem distintos. Nos primórdios, era utilizada pelos indígenas da América do Norte para uso medicinal e também em alguns cerimoniais de culto ao sagrado. Com o passar dos anos e o contato com o homem branco, essa planta passou a ser comercializada e beneficiada para a confecção de charutos, cigarros, cigarrilhas, rapé e inúmeros outros derivados, passando desde então a ser utilizada literalmente sem cerimônia.

O cultivo do tabaco é um tema bastante controverso, pois de um lado apresenta sérios riscos ao bem estar da população, afetando desde os agricultores que se dedicam a atividade, até os consumidores ativos e passivos, acarretando em sérios riscos à saúde. De outro lado, tem-se a importância econômica dessa atividade tanto sob o ponto de vista do agricultor, que está na base do processo, somando aos atravessadores, indústrias, e empregos gerados, até o Estado, através dos impostos recolhidos desde a produção até a comercialização, onde grande parte deste, acaba sendo destinado a gastos com a saúde de fumantes e produtores de fumo.

Sob o ponto de vista da organização da cadeia agroindustrial do tabaco, há evidências substanciais que apontam para os efeitos nocivos do controle exercido pela indústria principalmente nos países em desenvolvimento. O sistema de produção utilizado pelos agricultores que cultivam o tabaco demanda mão-de-obra intensiva, contato freqüente e exige uma quantidade considerável de inseticidas e outros agrotóxicos. Os problemas mais conhecidos, citados por alguns autores em relação a este sistema de produção incluem riscos à saúde e danos ao meio ambiente, resultantes do uso inapropriado de agrotóxicos, bem como o

desmatamento descontrolado em determinadas regiões onde predomina o cultivo de tabaco do tipo Virgínia. Além do emprego de mão-de-obra infantil associado ao uso extensivo de trabalho familiar no cultivo do tabaco e a subordinação e o endividamento de pequenos agricultores junto às grandes empresas fumageiras.

3.1 A RE-SIGNIFICAÇÃO DO TABACO

O tabaco já era utilizado pelos indígenas, muito antes do homem branco “descobrir” estas terras, embora pouco a essa respeito se encontre na literatura. Muito diferente dos dias atuais, na tradição dos povos indígenas da América do Norte, segundo Sams (1993) o ato de pitar o tabaco era uma forma de oração, que permitia a eles falar a verdade e curar relacionamentos feridos ou rompidos. O tabaco era queimado em um cachimbo, o Cachimbo Sagrado em rituais onde cada gesto ou ação era imbuído de significado.

Nós recebemos o cachimbo para poder enviar nossas preces e manifestar nossa gratidão ao Grande Mistério e para simbolizar a paz entre todas as Nações, Tribos e Clãs. O forninho do cachimbo representa o aspecto feminino de todas as coisas vivas e o tubo é o símbolo do aspecto masculino em todas as formas de vida. O simples ato de colocar o tubo no forninho simboliza união, criação e fertilidade. (SAMS, 1993, p. 59).

De acordo com essa mesma autora, uma vez que o tabaco é colocado no forninho é fundamental que todo ele seja pitado, pois cada floco de tabaco assume um espírito em seu corpo e é honrado como tendo a essência de todos os parentes e ancestrais em sua forma. Dessa maneira, se o fogo que é parte da eterna Chama da Vida, não toca nem incendeia o tabaco, o espírito que está lá não pode ser libertado em fumaça.

Segundo a tradição dos quase extintos índios norte americanos da nação Sioux, a fumaça que sai do cachimbo representa uma prece visualizada e nos lembra do espírito presente em todas as coisas, permitindo maior integração com os demais seres da terra, quais sejam, minerais, vegetais ou animais.

A essência de toda criatura viva penetra em nós quando a fumamos e passamos a carregar seus espíritos dentro de nossos corpos. Somos lembrados de que a harmonia é alcançada através da união sagrada com todos os seres que nos cercam. Nunca pensamos que o espírito de qualquer forma de vida possa estar fora de nós mesmos, já que através do Cachimbo pedimos a eles que entrem em nosso Ser e dividam nosso próprio Espaço Sagrado e nossa experiência de vida. (SAMS, 1993, p. 60).

Também diferente do que se vê hoje, não eram todos os membros da tribo que dispunham do cachimbo para fazer uso do tabaco, pelo contrário, ser um portador de Cachimbo Sagrado é motivo de honra e também uma vocação, e somente após um longo período de preparação e purificação, uma pessoa pode vir a servir a tribo como um Portador de Cachimbo, e este portador pode ser convocado à fumar em ocasiões como: nascimentos, mortes, casamentos, ritos de passagem, acordos contratuais, conselhos, cerimônias especiais de purificação, meditações ao luar, ou quando alguém necessita de conforto, preces, ou deseja agradecer os benefícios recebidos. De acordo com Sams (1993) o caminho do Portador de Cachimbo jamais representa modismo ou tendência; trata-se de um modo de vida que vem do coração. Diante do exposto, é notório que o homem branco não aprendeu esses princípios e fez do tabaco mais um produto a ser comercializado e consumido a rodo, em prol da ascensão social de alguns em décadas passadas e do desenvolvimento econômico de outros.

Destaca-se que o tabaco queimado em rituais como esse não é levado aos pulmões, é apenas mantido na boca e solto no ambiente em preces ao Grande Mistério. Esse é mais um ponto que difere da maneira como o tabaco foi introduzido pelo homem branco em sua cultura e que auxiliou na perda do real significado de seu uso, que pelo mau uso dessa planta culmina em tantos problemas sociais, sanitários e ambientais.

3.2 A SAÚDE

Frente ao cenário global no que se refere ao tripé economia, ambiente e sociedade, somada a eminente discussão sobre a necessidade de desenvolver-se com sustentabilidade, particularmente atrelada a progressiva expansão da produção e consumo do tabaco, principalmente nos países em desenvolvimento, como o Brasil, têm-se realizado esforços mundiais no sentido de diminuir o consumo de tabaco e por conseqüência a sua produção. Dentre várias medidas que prevêm essa diminuição do consumo, destaca-se o primeiro

tratado internacional de saúde pública, realizado em maio de 2003 com a participação de 190 países membros da OMS, denominado de CQCT. Esse tratado prevê em nível mundial unir esforços para a adoção de um conjunto de medidas para deter a expansão global do consumo de tabaco e suas conseqüências deletérias.

No Brasil, a maior parte das obrigações estabelecidas pelo tratado já vinham sendo cumpridas antes mesmo de sua ratificação. Ações nacionais abrangentes para o controle do tabaco já vinham sendo articuladas com o objetivo de prevenir a iniciação entre jovens, promover a cessação do tabagismo e proteger todos dos riscos da exposição à fumaça de tabaco em ambientes fechados.

Sob o foco dos que produzem o tabaco, o Governo Federal tem unido esforços para garantir o desenvolvimento sustentável dos fumicultores, atendendo o prescrito na CQCT. O MDA/SAF/Dater está implementando um dos artigos desta convenção, que busca alternativas economicamente viáveis ao cultivo do tabaco, entendendo que uma possível redução do consumo em nível mundial irá impactar na demanda pelo mesmo e conseqüentemente em sua oferta.

Artigo 17. Los participantes señalaron la necesidad de llevar a cabo más investigaciones sobre varias cuestiones relacionadas con el cultivo de tabaco y sus alternativas, por ejemplo el cálculo de la rentabilidad de los cultivos alternativos habida cuenta de los diferentes escenarios de rentabilidad futura del tabaco. También se formularon sugerencias sobre la integración de los costos medioambientales y sanitarios del cultivo de tabaco al calcular la relación entre los costos y la rentabilidad de dicho cultivo. También es importante comparar las horas, días o meses de trabajo por año que requieren la producción de tabaco y otros cultivos. Se deben perfeccionar los instrumentos analíticos a fin de que se tenga en cuenta el impacto social y medioambiental de las actividades económicas relacionadas con el cultivo de tabaco. (ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD, 2007, p. 5).

Os principais programas e políticas públicas desenvolvidos com foco na diversificação da agricultura familiar são: a política de incentivo a Diversificação em Áreas de Cultivo do Tabaco, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), o Seguro da Agricultura Familiar, o Seguro de Preços da Agricultura Familiar, o Programa de Biodiesel, o Programa de Turismo Rural e o Programa de Agroecologia.

Ressalta-se que embora atualmente existam inúmeras iniciativas que visam a substituição do cultivo do tabaco, e muitas famílias estejam sendo beneficiadas, há alguns

anos atrás, a preocupação voltava-se mais ao consumo do que ao cultivo, mas mesmo assim, é possível encontrar agricultores que de maneira isolada, buscaram alternativas por conta própria e substituíram o cultivo do tabaco por outra atividade.

Relacionando-se aos aspectos sanitários da população, sabe-se que os efeitos nocivos do tabagismo são inúmeros e seu controle é motivo de preocupação para a OMS. Os efeitos do tabagismo vêm sendo interesse de pesquisas para muitos estudiosos que se dispõem a observar suas implicações no organismo e as reações em diferentes grupos sociais, como gestantes, homens e mulheres de diferentes idades, bem como as crianças, filhas de pais fumantes. De acordo com Martinez, Silvério e Rossa Jr. (2002), o tabaco tem muitas substâncias citotóxicas presentes em sua composição. A nicotina é considerada uma das mais importantes porque possui um potencial tóxico para alterar algumas funções dos tecidos, em consequência de sua disseminação por via sanguínea e também de sua rápida absorção pelos tecidos moles da cavidade oral. Além de auxiliar na manutenção do hábito de fumar, causando dependência.

Conforme Carvalho (2007, p. 386), as ações metabólicas do tabaco sobre o organismo traduzem-se em mutações, alterações da regulação do ciclo celular, perturbações do sistema imunitário, alterações do sistema endócrino e ocorrência de tumores malignos, onde cerca de 15% deles são atribuídos ao tabaco. Ao longo desse estudo, a autora descreve inúmeras doenças pulmonares tumorais e não infecciosas, entre elas, enfisemas, bronquites, asma, pneumonia eosinofílica, sarcoidose,¹ doenças cardiovasculares, arteriosclerose, carcinomas, doenças gastrointestinais e alterações do sistema imunológico.

De acordo com a revista *Rede Câncer* (RETRATO..., 2008) no mundo, um terço da população mundial adulta fuma, ou seja, cerca de 1,2 bilhão de fumantes, ocorrendo cerca de cinco milhões de mortes/ano, sendo que 50% delas ocorrem nos países em desenvolvimento. Conforme os dados apresentados nessa publicação dois terços dos fumantes existentes no mundo estão concentrados em dez países, entre eles o Brasil, ocorrendo em nível mundial, aproximadamente 10 mil mortes a cada dia. Em nível nacional, conforme a mesma revista 16% da população acima dos 18 anos fumam, embora a prevalência de fumantes tenha caído de 34% em 1989, para 16% em 2006. Conforme publicação do INCA (BRASIL, 2004) nos últimos 20 anos, o Brasil vem intensificando as ações de controle do tabagismo com o

¹ De acordo com o *Dicionário Aurélio* (FERREIRA, 2004), é uma doença de evolução crônica, de caráter progressivo que pode comprometer quase todos os órgãos do corpo. Caracteriza-se, do ponto de vista histológico, pela presença, no(s) órgão(s) comprometido(s), de tubérculos que não estão em processo de caseificação.

objetivo geral de reduzir a prevalência de fumantes e a conseqüente morbi-mortalidade relacionada ao consumo de derivados do tabaco.

A maioria dos indivíduos que têm o hábito de fumar não tem acesso a informação de quais produtos são adicionados ao tabaco para a confecção do cigarro, por exemplo, e nem dos efeitos que o uso contínuo e exagerado do tabaco podem causar ao seu organismo. De acordo com Carvalho (2007, p. 386), nos cigarros confeccionados a partir do tabaco, são encontrados mais de 2000 compostos, dos quais 55 têm carcinogenicidade demonstrada, ou seja, substâncias que podem estimular o desenvolvimento de tumores malignos no organismo. Do tabaco podem ser isolados 4000 produtos carcinogênicos, entre eles a autora cita as nitrosaminas, hidrocarbonetos policíclicos aromáticos, polônio radioativo, componentes fenólicos e benzeno. Destacando apenas a confecção dos cigarros, Boeira e Guivant (2003) citam a presença de Amônia (NN_3); Acetato de chumbo [$\text{Pb} (\text{CH}_3\text{CO}_2)_2$], também presente em tinturas para cabelo; Formol (CH_2O); Pólvora; Methoprene, que é um inseticida anti-pulgas; Cádmio (Cd), também encontrado em pilhas e baterias; Naftalina (C_{10}H_8); Fósforo (P4 ou P6); Acetona ($\text{C}_3\text{H}_6\text{O}$); Xileno (C_8H_{10}) e Butano (C_4H_{10}).

Na outra ponta da cadeia, onde se encontram os produtores de fumo, os riscos de danos à saúde também são latentes. Conforme Boeira e Guivant (2003, p. 59) a saúde dos fumicultores é agredida de diversas formas, seja pelo uso de agrotóxicos, ou pelo contato direto com a planta úmida, que libera nicotina e é absorvida pela epiderme ou também pelo cheiro das folhas durante a secagem nas estufas, que causa mal estar.

Etges *et al.* (2002) em pesquisas realizadas na região de Santa Cruz do Sul com 315 fumicultores, afirma que os agrotóxicos utilizados indiscriminadamente no cultivo do tabaco causam intoxicações e distúrbios neurocomportamentais nos membros das unidades familiares. As análises laboratoriais apontam o manganês, um elemento químico que pode estar desempenhando papel relevante, do ponto de vista toxicológico. A principal evidência neste sentido foi a detecção da presença do mesmo no soro sanguíneo dos investigados, em níveis muito acima dos descritos em literatura para pessoas expostas e não expostas. A mesma pesquisa ainda constatou números significativos de morbidade psiquiátrica (44%), ansiedade (65%) e de problemas no sistema nervoso (25%). Conforme esse autores, os números relativos a ansiedade e a morbidade psiquiátrica são mais elevadas do que as registradas em outros estudos realizados na zona urbana.

Outra enfermidade apresentada pelos fumicultores refere-se a doença do tabaco verde, que ocorre através da absorção pela pele da nicotina presente nas folhas do tabaco no manuseio das mesmas, causando náuseas, vômitos, dores de cabeça e abdominais, mudanças

na pressão sanguínea, entre outros, que muitas vezes acabam sendo confundido pelos agricultores como oriundos de intoxicação por agrotóxicos.

Para se ter uma pequena noção dos efeitos nocivos que envolvem desde o cultivo do tabaco até o seu consumo final, conforme a Coalition Québécoise Pour Le Contrôle Du Tabac (2005) essa cadeia causa a morte de mais pessoas do que o álcool, as drogas, os suicídios, os assassinatos, os acidentes de automóveis e a aids somadas. De acordo com relatório apresentado pela World Health Organization (2002), o número de 4,9 milhões de mortes causadas pelo tabagismo no ano 2000 é superior em um milhão a estimativa realizada no ano de 1990. De acordo com esse relatório, esse aumento foi mais acentuado nos países em desenvolvimento.

De acordo com World Health Organization (2002), o tabaco é a droga mais utilizada e disseminada no mundo, sendo responsável por 50% de aproximadamente cinco milhões de mortes registradas no ano 2000 nos países em desenvolvimento. Esses autores estimam que entre os anos de 2002 a 2030 as mortes atribuíveis ao tabaco irão diminuir cerca de 9% em países desenvolvidos, e aumentar em 100% (para 6,8 milhões) nos países em desenvolvimento.

3.3 O ECONÔMICO

Mundialmente, conforme Perondi, Schnleider e Bonato (2008), o tabaco constitui-se um dos fatores mais importantes da economia de 113 países que, em 2004/05 exploravam-no, envolvendo direta ou indiretamente, mais de 100 milhões de pessoas no processo produtivo.

Para o Brasil, o cultivo e beneficiamento dessa planta são atualmente de significativa importância, pois conforme dados apresentados pela Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), o complexo agroindustrial de tabaco do Sul do Brasil na safra 2007/2008 foi responsável por 95,4% da produção nacional, com uma movimentação financeira que supera os R\$ 10 bilhões/ano. Valor que considera as diversas etapas do processo produtivo e comercial, que vão desde a comercialização e financiamento dos insumos aos agricultores, aquisição da produção de tabaco, industrialização do produto, despesas com materiais, com energia e fretes, pagamento de salários, até o recolhimento de tributos, comercialização no mercado doméstico e exportação.

Ainda conforme a Afubra, na safra de 2007/2008 foram produzidos em 730 municípios do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná 720 mil toneladas, cujo volume foi cultivado em 354 mil hectares, por 182 mil famílias integradas que participaram desse ciclo produtivo, formando um universo de aproximadamente 800 mil pessoas no meio rural. É possível verificar dados elaborados pelo Sindifumo, do volume de tabaco produzido na região sul do país desde a safra de 1984/1985 até os dias atuais, no Anexo 02.

De acordo com os estudos de Vargas e Bonato (2007, p. 30), na quase totalidade dos 40 municípios (dos três estados do sul que tem no cultivo do tabaco uma das principais atividades), essa cultura responde por mais de 50% do valor da produção agrícola municipal. E em mais de um terço destes municípios representa mais de 80% do valor bruto da produção agrícola total. Além disso, essa estrutura do sistema de produção é fruto de um longo processo histórico e está bastante consolidada, criando dificuldades significativas para a introdução de novos sistemas de produção a curto e médio prazos.

Conforme a Afubra, em termos econômicos o Brasil tornou-se recentemente o segundo maior produtor mundial e consolidou sua posição como o maior exportador mundial de tabaco. Do total produzido, 85% destinam-se ao mercado internacional, para o abastecimento de 100 países que compram o tabaco brasileiro. Em 2007 as exportações do setor alcançaram 700 mil toneladas e divisas da ordem de US\$ 2,2 bilhões/FOB. Com esse desempenho, o tabaco se mantém na posição de terceiro produto agrícola na pauta de exportações primárias do Brasil, superado apenas pela soja e pelo café, e participa com cerca de 1,4% do total das vendas externas do país. Também com essa produção, o Brasil se destaca no cenário mundial, ocupando as posições de segundo maior produtor e, desde 1993, de maior exportador mundial de tabaco.

No Brasil, dentre todas as regiões que o produzem, destaca-se a região sul que em 2007 foi responsável por 97% da produção nacional, e em 2008 por 93,8% segundo dados apresentados pelo IBGE (Tabela 2). Conforme a Nota técnica à COP2 da CQCT da OMS sobre o Controle do Tabaco, para a Região sul, o fumo foi o segundo principal produto de exportação, representando 5% do total de US\$ 26 bilhões de exportação da região. As empresas dessa região foram responsáveis, em 2006, pela exportação de 337,1 mil toneladas de tabaco, num valor de US\$ 1,307 milhão, representando 7,1% dos US\$26,060 milhões do total das exportações.

Tabela 2 - Dados da fumicultura no Brasil e meso-regiões em 2008, com destaque para os estados do sul e os municípios pesquisados.

Brasil, Regiões, Estados e municípios	Área plantada		Quantidade produzida		Rendimento médio	Valor da produção
	ha	%	t	%	kg/ha	mil reais
Brasil	432.697	100	851.058	100	1969	4.171.066
Norte	248	0,1	219	0,0	890	944
Nordeste	25.984	6,0	26.318	3,1	1012	64.567
Sudeste	258	0,1	177	0,0	686	107
Sul	406.007	93,8	824.184	96,8	2032	4.105.288
Centro-Oeste	200	0,0	160	0,0	800	160
Rio Grande do Sul	216.196	53,2	445.507	54,1	2065	2.114.657
Santa Catarina	116.268	28,6	230.641	28,0	1983	1.276.598
Paraná	73.543	18,1	148.036	18,0	2012	714.033
Capanema	700	1,0	1.260	0,9	1800	5884
Planalto	1.200	1,6	2.112	1,4	1760	9863

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2009b).

De acordo com Vargas e Bonato (2007, p. 21), este crescimento da produção e exportação do tabaco brasileiro pode ser diretamente atribuído a: (i) os custos de produção comparativamente baixos; (ii) o sistema de produção integrada, envolvendo contratos firmados diretamente entre agricultores e indústrias; e (iii) a qualidade do tabaco tipo Virgínia, produzido no Brasil.

É com essa “faca de dois gumes” que os fumicultores, que são os principais interessados de todo esse processo convivem diariamente, em suas diferentes realidades. Alguns com prazer, pois possuem um carinho especial com essa cultura que muitas vezes lhes proporcionou boa renda e a oportunidade de melhorar sua condição de vida. Outros com tristeza por não encontrar outra maneira de se manter viáveis no campo, sentindo-se obrigados a cultivá-lo. Ou outros ainda que por sérios problemas de saúde, com tamanho desgosto, obrigaram-se a procurar outras formas de viabilizar-se e substituir o cultivo do tabaco. Entre outras, essas três distintas realidades descritas puderam ser observadas durante a realização do estudo nos municípios de Capanema e Planalto, mas sem dúvida, descrevem também a realidade de muitos outros fumicultores e ex-fumicultores de todo o país.

3.4 O SOCIAL

Muitos estudos relatam que nas regiões onde há cultivo de tabaco, há pobreza. Perondi, Schnleider e Bonato (2008) citam que nos municípios onde essa atividade proporciona 50% ou mais da renda, encontram-se os menores índices de desenvolvimento humano do Estado (IDH). Para se ter uma ideia, no Paraná, dentre os quatro municípios que mais produziram tabaco em 2005, Ivaí e São João do Triunfo, ocupam as últimas colocações nesse índice. De acordo com esses autores, essa situação também ocorre nos municípios dos estados vizinhos, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, como pode ser observado no Anexo 03.

Por outro lado, embora haja significativa importância econômica, há também uma tendência de diminuição do consumo e produção do tabaco em nível mundial, tanto em países “desenvolvidos” como nos “em desenvolvimento”. No entanto, conforme Cavalcante e Pinto (2008), ainda em 1998 o Ministério da Saúde/INCA já relatava a tendência de maior consumo de tabaco nos países “em desenvolvimento”. As autoras citam que em muitos países, o tabagismo impõe uma sobrecarga maior à população de baixa renda e de menor escolaridade. Schoenhals, Follador e Silva (2009) fazem referência ao exemplo da China, onde indivíduos sem nenhuma escolaridade têm probabilidade cerca de sete vezes maior de serem fumantes do que indivíduos que possuem o ensino superior. Conforme Cavalcante e Pinto (2008), em 1989, a Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição (PNSN) já demonstrava que a prevalência de fumantes era maior nos grupos onde há menor renda e esses números se mantêm em estudos atuais.

Tal comportamento pode ser observado conforme o exposto por Sen (2000), que confere às atitudes ou as escolhas dos seres humanos a maior ou menor capacidade de efetua-las. Para esse autor, a perspectiva da capacidade é uma concepção da *igualdade de oportunidades* (grifo do autor) que destaca a liberdade² substantiva que as pessoas têm para levar suas vidas. Ela focaliza o que as pessoas podem fazer ou realizar, quer dizer, a liberdade para buscar seus objetivos. Nas palavras do autor, as “oportunidades reais” (ou “substantivas”) de que uma pessoa dispõe para realizar, entre outras coisas, “objetivos ligados ao bem-estar” são representadas por sua “capacidade” (SEM, 2000, p. 13).

² As “liberdades substantivas” incluem, entre outras, capacidades elementares como estar livre da fome crônica, da subnutrição, da morbidez evitável e da morte prematura, bem como as liberdades associadas a saber ler, escrever, contar, ter participação política, liberdades de expressão, etc. (SEN, 2000, p. 52).

Conforme dados da Afubra, mais de 700 municípios e quase 235.000 fumicultores, em sua maioria pequenos proprietários de terra, estão engajados no cultivo do tabaco no Brasil e são dominados por grandes transnacionais tabagistas via o sistema integrado de produção. A principal característica do cultivo de tabaco é a utilização intensiva de mão-de-obra familiar, que representa cerca de 90% do total de trabalhadores envolvidos nas atividades de cultivo. Para se ter uma ideia da importância da atividade, a Afubra destaca que a industrialização do tabaco gera cerca de 30 mil empregos diretos nas empresas do setor instaladas no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, estados onde há maior concentração da produção.

Se não bastasse, alguns estudos, como o realizado em Venancio Aires, um dos municípios que mais produz tabaco no Rio Grande do Sul, em 1996 por Falk et al. vêm demonstrando que há correlação entre a utilização de agrotóxicos organofosforados no cultivo do tabaco com o aumento dos casos de suicídios. Com o até aqui exposto, fica claro os reflexos negativos que essa cadeia de cultivo, beneficiamento e consumo do tabaco proporciona aos indivíduos envolvidos. Mas há outro aspecto que também merece destaque, o da perspectiva ambiental, devido a ocorrência de desmatamentos, intoxicação das águas e solos, e a queima de madeira para a secagem do tabaco, entre outros.

3.5 O AMBIENTAL

Os efeitos gerados ao ambiente desde o cultivo até o consumo do tabaco afetam principalmente o ar, mas não menos importante também ocorrem desmatamentos, são contaminados as águas, os solos e a camada de ozônio, quando da utilização do brometo de metila. De acordo com Boeira e Guivant (2003, p. 52), 3 a 6% da poluição causada pelo tabagismo são compostos de monóxido de carbono (CO). Segundo esses autores, o INCa afirma que a concentração dessa substância na fumaça do cano de descarga de um carro é de 30 mil a 80 mil partes por milhão (ppm), enquanto que na fumaça do cigarro é de 20 mil a 60 mil ppm, valor que equivale em média a 75% de CO expelido pelo escapamento do carro. Além disso, Boeira e Guivant (2003, p. 52) ainda citam que o alcatrão (existente na fumaça do cigarro), é constituído de arsênico, níquel, benzopireno e cádmio além de serem encontrados resíduos de agrotóxicos e substâncias radioativas como polônio 210 e carbono 14.

Em estudo realizado por Etges *et al.* (2002) foram encontrados na região fumicultora de Santa Cruz do Sul valores de manganês que variaram até 800mg/ml e de até 8000 mg/kg

ou ppm nos solos analisados. Os autores acrescentam ainda a constatação de toxicidade das águas no sistema float e sugerem que se ampliem os estudos sobre o impacto toxicológico que os ditiocarbamatos e seus produtos de decomposição e metabolização possam estar produzindo sobre o ambiente e, conseqüentemente, sobre a saúde humana. Destacam ainda que pode ser alta a probabilidade desses produtos estarem contribuindo decisivamente para a situação de saúde dos fumicultores estudados.

Sob o ponto de vista da produção, sabe-se que os agrotóxicos causam efeitos nocivos ao ambiente e mesmo que sejam utilizados conforme estabelece a legislação, podem contaminar os solos e os lençóis freáticos, causando intensos desequilíbrios biológicos.

Outro aspecto com frequência relatada em trabalhos que envolvem questões ambientais refere-se ao uso da madeira utilizado no sistema de fumo de estufa, onde cultiva-se a variedade Virgínea. Algumas estimativas calculam que para cada 300 cigarros produzidos, uma árvore é derrubada. De acordo com Boeira e Guivant (2003, p. 60), segundo informações de técnicos das empresas que orientam os fumicultores, para cada mil estufas são queimadas cerca de 50 mil metros cúbicos de árvores nativas ou reflorestadas, por safra. Vale destacar que para o beneficiamento da variedade Burley, que é foco desse estudo, a secagem das folhas é realizada em galpões ao ar livre, não necessitando realizar a queima de madeiras para esse fim.



Figura 6 - Imagens da diferença na secagem do fumo de galpão e de estufa

Fonte: Arquivo da autora (jun. 2009).

A Figura 6 apresenta a diferença no tipo de secagem que é realizado entre o fumo de galpão, no caso, as variedades Burley e Comum e do fumo de estufa, variedade Virgínea. Na imagem A e B, apresenta-se o fumo de galpão pendurado pelo talo, com a planta inteira, sendo seco ao ar livre. A imagem C expõe as folhas do tabaco armazenadas na estufa para a secagem. Diferente do cultivo de galpão, as folhas são retiradas do pé ainda na lavoura conforme as mesmas alcançam determinado ponto de maturação, geralmente iniciando-se pelas folhas mais baixas. Posterior a realização da colheita das folhas conforme se dá a maturação, as mesmas são colocadas na estufa para secagem. A imagem D revela um fomicultor colocando lenha na estufa, dando seqüência a secagem. Após essa etapa, assim como com o fumo de galpão, as folhas passam pelo processo de classificação e enfardamento, conforme, pode-se observar na Figura 7.



Figura 7 - Ilustração da classificação e enfardamento do tabaco – Vale do Rio Pardo, RS

Fonte: Arquivo da autora (2010).

Conforme a fotografia acima, que serve apenas como ilustração uma vez que foi realizada pela autora em viagem realizada ao Vale do Rio Pardo-RS, a figura A apresenta uma fumicultora da região realizando a classificação das folhas, após a secagem. Enquanto a figura B, apresenta um fumicultor enfardando o tabaco, após a classificação. Esses procedimentos são iguais, tanto para o fumo de galpão, quanto para o fumo de estufa, no entanto, na época em que realizou-se o estudo, nos municípios de Capanema e Planalto (julho/2010) o tabaco ainda estava sendo cultivado na lavoura, por esse motivo, não se têm imagens dos entrevistados realizando o procedimento de classificação e enfardo.

Desperta a atenção, que tanto os danos ambientais quanto os danos a saúde que envolvem o cultivo e consumo do tabaco são foco também das empresas fumageiras que se utilizam do discurso do desenvolvimento sustentável e do fato de informarem ao seu público sobre os efeitos deletérios ao organismo, para amenizar a cobrança realizada pelos governos e a sociedade civil. Sabe-se que palavras “voam ao vento”, enquanto a cada dia seus cofres aumentam à custa da necessidade alheia num ciclo sem começo ou fim. Ao Estado permanece o bônus referente aos altos impostos e o ônus das transferências sociais aos que cultivam e aos que consomem o tabaco. Aos consumidores interessa a sustentação do vício, e aos produtores de tabaco, resta o trabalho árduo, a submissão às empresas e a esperança de boa safra e de dias melhores.

4 A REALIDADE VIVENCIADA PELOS FUMICULTORES E EX-FUMICULTORES DOS MUNICÍPIOS DE CAPANEMA E PLANALTO

Este capítulo dedica-se a identificação e apresentação das principais características das famílias entrevistadas, como faixa etária, escolaridade e utilização das áreas das UP's. Também são explanados alguns paradoxos relativos a produção de tabaco e as diversas experiências e opiniões dos fumicultores e dos ex-fumicultores entrevistados.

Para a realização desse estudo, foram entrevistadas ao todo, quarenta e duas famílias, sendo que quatorze delas permanecem cultivando tabaco e as demais desistiram dessa atividade há pelo menos duas safras. As plantações anuais de tabaco dos quatorze fumicultores entrevistados são em média 42 mil pés/ano, apresentando variações entre 18 mil e 200 mil pés/ano. Algumas dessas famílias produzem apenas a variedade Burley, durante o verão, e outras além de Burley, cultivam também a variedade comum, geralmente no inverno, intensificando assim a produção e aumentando a renda do núcleo familiar. A maioria dos agricultores entrevistados (84%) têm seus cultivos realizados de maneira convencional e os demais possuem sistema orgânico, agroecológico ou encontram-se em transição do sistema convencional para o orgânico.

Além das quatorze famílias que trabalham de maneira integrada com as empresas fumageiras, outras oito trabalham também de maneira integrada na produção de aves ou suínos, e algumas delas estão se preparando para iniciar novas integrações com empresas que cultivam o bicho da seda (*Bombyx mori*). É também válido salientar que das quarenta e duas famílias entrevistadas, apenas sete realizam atividades para-agrícolas¹ e oito famílias declararam também trabalhar em atividades não-agrícolas fora de suas UP's.

É sabido, conforme dados fornecidos pelo Deral que na safra de 2007/2008, 447 famílias do município de Capanema e outras 788 no município de Planalto realizaram o cultivo do tabaco. Sendo assim, esse estudo não se propõe a representar estatisticamente a realidade local, embora durante o estudo de campo tenha-se buscado observar e contemplar as múltiplas realidades existentes. É, portanto, um trabalho de caráter qualitativo que tem como intuito conhecer em algumas experiências da realidade local, como o tabaco está inserido nas famílias e registrar a opinião e satisfação dos agricultores com relação ao seu cultivo. Também se propõe

¹ Entende-se por atividade para-agrícola as que envolvem a transformação, beneficiamento e processamento de produtos de origem animal ou vegetal, visando a agregação de valor.

a verificar as estratégias que essas famílias vêm utilizando para se manterem economicamente viáveis no espaço rural e quando possível melhorar seu meio de vida.

4.1 CARACTERÍSTICAS DOS AGRICULTORES

Para melhor compreensão do universo pesquisado torna-se válido destacar que vinte e duas famílias estudadas residem nas propriedades há mais de 20 anos e outras dez residem no local há menos de dez, no entanto, tais dados não possuem correlação com o fato de estas serem ou não fumicultoras. Vinte e nove famílias declararam possuir o título da terra em seus nomes. Outras dez declaram estar em nome de seus pais ou sogros, enquanto apenas duas declararam estar em nome de outra pessoa e uma não possui terra própria, viabilizando-se com a produção de tabaco em terras arrendadas somado ao trabalho realizado em atividades agrícolas e não agrícolas para terceiros. De acordo com a Afubra, a realidade apresentada por essa família em particular, corresponde à realidade de mais de 39 mil famílias. Número que corresponde a 21% do total das famílias que produziram tabaco nos três estados do sul na safra de 2007/08.

Apenas dois chefes das UP's declararam-se solteiros. E no que diz respeito a faixa etária dos entrevistados, tem-se a Tabela 3, onde estão distribuídas as frequências e respectivas porcentagens relativas, conforme a posição ocupada na família, ou seja, chefes das UP's, cônjuges, filhos e filhas. Observando-a é possível perceber que a maioria dos chefes e cônjuges entrevistados, tanto fumicultores, quanto ex-fumicultores, declararam possuir idade entre os 44 e 59 anos, havendo também número significativo tanto de chefes, quanto de cônjuges na faixa etária entre 31 e 43 anos. Das filhas e filhos, tanto residentes, quando não residentes na propriedade a maioria concentra-se na faixa etária dos 18 a 30 anos. Há também a presença de quatro pais/sogros residentes nas UP's estudadas e todos estão aposentados. Dos netos que também residem nas UP's, apenas um possui idade superior a sete anos e contribui nas atividades relativas a produção.

Tabela 3 - Faixa etária dos chefes das unidades de produção, cônjuges e filhos (as).

Faixa etária	Chefes		Cônjuges		Filhas		Filhos	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
1 - 6 anos	0	0,0	0	0,0	5	8,8	1	1,8
7 - 13 anos	0	0,0	0	0,0	8	14,0	6	10,5
14 - 17 anos	0	0,0	0	0,0	11	19,3	6	10,5
18 - 30 anos	0	0,0	1	2,6	22	38,6	30	52,6
31 - 43 anos	12	28,6	15	38,5	8	14,0	12	21,1
44 - 59 anos	22	52,4	18	46,2	3	5,3	2	3,5
60 anos e acima	8	19,0	5	12,8	0	0,0	0	0,0

Fonte: Elaborada pela autora.

Com relação a ocupação dos chefes das UP's, 23% declararam estar inválidos (2) ou aposentados (18), estes últimos auxiliando parcialmente nas atividades realizadas nas UP's. Outros 50% (21) declararam trabalhar em tempo integral em suas propriedades. Outros 26% (11) declararam trabalhar dentro e fora de suas UP's, sendo que destes, apenas dois trabalham a maior parte do tempo fora e os dez demais, trabalham em média fora de suas UP's, entre 50 a 80 dias por ano, na maioria das vezes, na própria comunidade onde residem. Sessenta por cento (26) dos cônjuges declararam conciliar as atividades do lar, com as demais atividades da unidade de produção, como o trabalho diário com as vacas de leite, o cultivo do milho, das hortaliças, do tabaco, entre outras atividades. Uma delas declarou dedicar-se integralmente as atividades agrícolas inerentes a propriedade, enquanto a filha responsabiliza-se pelos afazeres domésticos. Duas declararam realizar atividades, dentro e fora da UP, realizando serviços pessoais em propriedades vizinhas e até mesmo no centro urbano e seis entrevistadas declararam estar aposentadas e auxiliarem parcialmente nas atividades produtivas, enquanto que outras três declararam estar aposentadas e não realizar nenhuma atividade agrícola, enquanto outras duas revelaram estar inválidas e também não auxiliar nas atividades agrícolas.

Analisando os filhos separadamente das filhas por entender que ambos exercem em alguns momentos papéis distintos na dinâmica familiar, é possível destacar que 63% (35) dos filhos e 51% (27) das filhas permanecem residindo nas propriedades, dando continuidade as estratégias de desenvolvimento familiares. Trinta e sete por cento (13) dos filhos que residem nas UP's trabalham em tempo integral no local, outros 40% (14) ainda estudam e contribuem com as atividades agrícolas em meio período e 11% (4) trabalham dentro e fora de suas

propriedades. Dos filhos que saíram das UP's em estudo, 35% (7) continuaram no meio rural, seguindo com as atividades agrícolas e os demais 65% (13) foram para o meio urbano, sendo que a grande maioria deles, 92% (12) permaneceram no próprio município ou na região próxima. Das filhas que residem nas UP's, 50% (13) delas, além de estudarem, exercem atividades agrícolas em meio período. 11,5% (3) trabalham em tempo integral fora da UP e 26% (7) delas só estudam. Não encontrou-se nenhuma filha que se dedicasse integralmente as atividades agrícolas, uma vez que a elas também fica incumbido os afazeres domésticos, que geralmente os filhos não realizam. Das filhas que deixaram o estabelecimento, 42% (10) continuaram residindo no meio rural, enquanto que as demais 58% (14) estabeleceram-se no meio urbano, a maioria (10) no próprio município ou na região.

Relacionando-se ao nível de escolaridade dos entrevistados e demais membros da família, analisando a Tabela 4, é possível perceber que a maioria dos chefes das UP's e seus cônjuges possuem ensino fundamental incompleto e não estão estudando. Os poucos chefes que possuem nível mais avançado de escolaridade, como o ensino médio completo e superior incompleto, bem como os que participaram de programas de alfabetização de jovens e adultos são ex-fumicultores. De maneira genérica, os filhos e filhas das famílias estudadas tiveram e estão tendo mais oportunidades de concluir seus estudos, conforme pode-se observar na mesma tabela que apresenta a frequência e porcentagem relativa do nível de escolaridade dos mesmos. Destaca-se que todos os filhos em idade de escolarização declararam estar estudando.

Tabela 4 - Nível de escolaridade dos chefes das unidades de produção, cônjuges e filhos (as).

Nível de escolaridade	Resposável		Cônjuge		Filhas		Filhos	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Ensino fundamental, Incompleto	31	73,8	29	74,4	14	26,4	15	27,3
Ensino fundamental, Completo	5	11,9	4	10,3	7	13,2	3	5,5
Ensino médio, Incompleto	1	2,4	2	5,1	15	28,3	14	25,5
Ensino médio, Completo	2	4,8	4	10,3	13	24,5	17	30,9
Ensino superior, Incompleto	0	0,0	0	0,0	2	3,8	0	0,0
Ensino superior, Incompleto	1	2,4	0	0,0	1	1,9	3	5,5
Ensino superior, Completo	0	0,0	0	0,0	1	1,9	1	1,8
Alfabetização de jovens e adultos,	1	2,4	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Alfabetização de jovens e adultos, Completo	1	2,4	0	0,0	0	0,0	2	3,6

Fonte: Elaborada pela autora.

A média de filhos(as) gerados por família é de 2,5, mas essa média cai para 1,4 quando observados apenas os filhos(as) que atualmente residem nas propriedades. A média do número de membros residentes nas propriedades por família, onde são incluídos pais/sogros, noras, genros e netos, é de 3,9, tanto para os produtores, quanto os ex-produtores de tabaco.

Conforme estudos realizados por Vargas e Bonato (2007), no sistema de fumo de estufa, o número médio de membros da família é de 4,2 pessoas, contra 3,8 pessoas das famílias que não produzem fumo. Os autores também revelam que nos fumicultores a quantidade de pessoas de 15 a 25 anos de idade é 14% superior e de pessoas entre 26 e 60 anos é 5% superior. Nas 42 famílias desse estudo, não são observadas variações no que diz respeito a faixa etária dos filhos e filhas entre os fumicultores e ex-fumicultores.

4.2 A TERRA E SEUS USOS

A maioria das famílias entrevistadas declarou possuir área de terras inferior a 20 ha (Figura 8). Quinze famílias arrendam terras de terceiros, uma arrenda parte de suas terras para terceiros, uma trabalha em forma de condomínio e outra, que não consta na figura a seguir, não possui terras próprias, e arrenda um hectare de terceiro todos os anos para o plantio de tabaco. Apenas 10% (4) das propriedades dos agricultores entrevistados possuem área superior a 20,1 ha, sendo que 78% (33) possuem áreas de terras entre 5,1 e 20 ha. Os dados obtidos com relação ao tamanho das propriedades condizem com os fornecidos pelo Censo Agropecuário de 1995, onde 72,3% dos estabelecimentos do sudoeste do Paraná possuem área inferior a 20 ha.

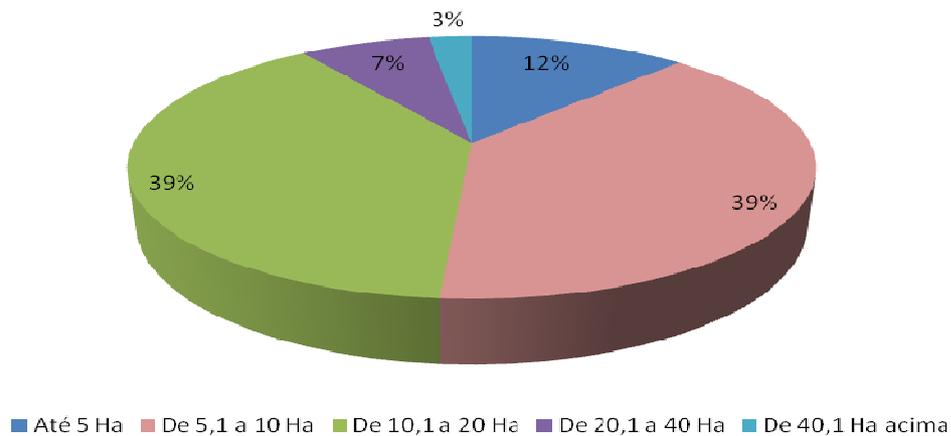


Figura 8 - Média das propriedades em estudo, pelo tamanho das áreas próprias em hectares

Fonte: Elaborada pela autora.

Comparando o tamanho de áreas próprias entre os entrevistados, é possível destacar que a média de área das UP's dos fumicultores é de 12,3 ha, valor inferior a média das UP's dos ex-fumicultores entrevistados, que apresentou valor de 15,9 ha. Tais resultados não condizer com a pesquisa realizada por Vargas e Bonato (2007) onde a média das propriedades entre as famílias que não produzem fumo foi de 17 ha, e entre os produtores de fumo esta média foi de 14,7 ha. Também é importante salientar que nenhum dos agricultores entrevistados que possuem áreas de terras acima de 20,1 ha está produzindo tabaco.

Atentando para o uso das terras, é possível salientar que em média 47% das áreas das propriedades são utilizadas para o cultivo de lavouras temporárias, no entanto, 46% (19) das propriedades destinam até 40% de suas áreas para o cultivo de lavouras temporárias, enquanto outros 17% (7) utilizam mais de 60% de suas áreas para esse mesmo fim. Trinta e quatro por cento (14) utilizam entre 30 a 60% de suas terras com pastagens plantadas e naturais para a produção de leite a pasto e apenas duas propriedades (5%) utilizam mais de 60% de suas terras para esse fim.

Com relação às áreas de preservação permanente independentemente da condição de ser ou não produtor de tabaco, destaca-se que em média, as propriedades possuem 18% das áreas de mata nativa ou reflorestadas, valor abaixo do especificado pela legislação ambiental vigente. A diferença de área de mata plantada também não varia quando comparado um tipo (fumicultor) com o outro (ex-fumicultor) e em sua maioria é composto por reflorestamento de eucalipto, seguidas por uva Japão, bracatingas e árvores nativas de diversas espécies.

Observando UP por UP, ressalta-se que 31,5% (17) das UP's apresentam mais de 20% de área de preservação permanente, enquanto outras 26,8% (11) apresentam números inferiores a 10%, e outras três propriedades (um fumicultor e dois ex-fumicultores) não possuem nenhuma área com esse intuito. Não se quer com isso julgar as condições ambientais das propriedades, são apenas resultados encontrados nesse estudo, mas que fazem refletir sobre quais são os motivos que favoreceram para a atual condição e questionar a aplicabilidade das leis ambientais vigentes no país.

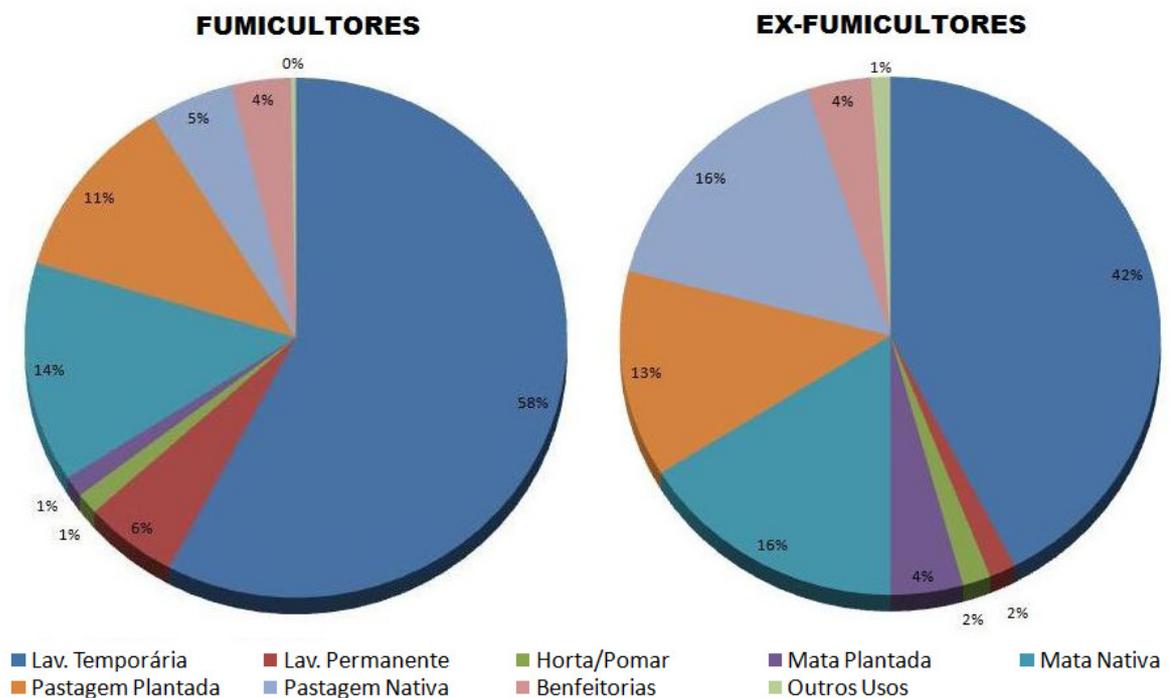


Figura 9 - Média de uso da área própria dos fumicultores e ex-fumicultores

Fonte: Elaborada pela autora.

Ademais, observando a Figura 9, que compara as diferenças existentes relativas a distribuição e o uso dos solos, entre os fumicultores e os ex-fumicultores entrevistados, se percebe pequenas variações na distribuição do uso das áreas. Percebe-se que há maior concentração de área para o cultivo de lavouras temporárias, lavouras permanentes e benfeitorias nas UP's dos fumicultores. Por outro lado há maiores valores médios relativos a mata plantada e pastagens nativas e plantadas nas UP's onde o tabaco não é mais cultivado. Vale destacar que só não há maior variação entre os dois grupos com relação a utilização da área para uso de lavouras temporárias, onde o cultivo de tabaco é somado, devido ao fato de

na Figura 9, levar-se em consideração apenas a quantidade de área própria dos entrevistados, não levando em consideração por tanto as áreas arrendadas de terceiros, onde os fumicultores também realizam o cultivo de tabaco.

Os resultados apresentados acima não condizem com os dados apresentados pela Afubra, quando cita que o perfil das UP's dos fumicultores do sul do Brasil na safra 2007/2008 apresentou área média de 16,1 hectares (superior ao encontrado nesse estudo), dos quais apenas 2,4 hectares, em média, são utilizados para o cultivo de fumo, sendo a área restante, destinada para atividades de subsistência, com destaque para a produção de milho e feijão ao término da safra de fumo, lavouras anuais e permanentes, bem como para criações de animais, pastagens, açudes e florestas. Ainda conforme a Afubra, as florestas, tanto de mata nativa como reflorestadas, ocupam, em média, 27,1% da área das UP's, o que representaria um dos mais altos índices de cobertura florestal em pequena propriedade.

Uma das razões que podem explicar tais diferenças refere-se ao público foco desse estudo, ou seja, os agricultores que produzem e/ou produziram fumo de galpão, pois tal realidade torna desnecessária a queima da madeira para a secagem da planta, isentando assim, os fumicultores da necessidade quase que obrigatória de possuir uma área destinada ao reflorestamento visando diminuir os custos de produção. Dessa forma, as áreas que poderiam estar sendo destinadas para esse fim, acabam sendo utilizadas de maneira que possa render economicamente de alguma maneira. É importante salientar que essa observação não tem o intuito de eximir a responsabilidade ambiental dos agricultores entrevistados, mas apenas uma tentativa de explicar a realidade vivida por essas famílias, com base no balanceamento entre as oportunidades e as necessidades que possuem no dia-a-dia, fundamentando-se na convivência, durante a realização das entrevistas.

A ideia de aproximar-se das diversas estratégias de manutenção e vida no meio rural se dá em função da necessidade de melhor compreender como as famílias estão inseridas no meio em que vivem e suas motivações em realizar ou não determinadas atividades, como o próprio cultivo do tabaco, foco principal desse estudo. Supõem-se que a aproximação em particular com a realidade vivenciada pelos fumicultores e as alternativas encontradas pelo ex-fumicultores possam auxiliar no desenvolvimento de estratégias ou programas que favoreçam a diversificação e a substituição do cultivo do tabaco. Ellis (2000) cita que as iniciativas e ações que geram impactos significativos na melhoria das condições de vida dessas populações e que ampliam suas perspectivas de garantir a reprodução social e econômica estão, na maioria das vezes, nas próprias localidades e territórios onde vivem.

Na tentativa de melhor compreender as diferenças entre os municípios e tipos entrevistados, com relação a questões fundiárias, apresenta-se a Tabela 5, onde é possível notar que o município de Planalto apresentou média de área de terras próprias e total superiores as médias encontradas entre os entrevistados do município de Capanema. Da mesma forma, tanto os fumicultores, quanto os ex-fumicultores entrevistados de Planalto apresentaram média de áreas próprias e totais superiores aos fumicultores e ex-fumicultores de Capanema. Tais diferenças porém, não apresentam qualquer influencia no que diz respeito a substituição ou não da cultura do tabaco.

Prestando maior atenção na realidade fundiária dos fumicultores dos dois municípios em separado, percebe-se que o tamanho das áreas próprias é bastante semelhante, no entanto, o município de Planalto, talvez devido a maior importância econômica que o cultivo do tabaco possui e o relevo ser mais acidentado, apresenta relativa superioridade no tamanho de área de terra total, quando são inclusos áreas arrendadas de terceiros, áreas em parceria, condomínio ou meeiras, geralmente utilizadas para o cultivo do tabaco.

Tabela 5 - Diferenças fundiárias segundo os diferentes tipos e municípios de estudo

Municípios e Tipos entrevistados	Área própria	Área total
	ha	ha
Capanema	12,6	14,5
Planalto	16,6	22,3
Fumicultores de Capanema	10,6	12,6
Fumicultores de Planalto	11,7	18,1
Ex-fumicultores de Capanema	13,5	15,4
Ex-Fumicultores de Planalto	19,1	24,4

Fonte: Elaborada pela autora.

Com esses resultados, pode-se afirmar que em média, a quantidade de área de terras próprias ou totais, pode influenciar, mas não é determinante na opção de cultivar ou não o tabaco pelas famílias entrevistadas. Há certamente outras questões mais sugestivas que contribuem de maneira mais incisiva para essa tomada de decisão e que serão apresentadas no desenvolver deste estudo.

Para melhor análise e compreensão do ambiente pesquisado, na Tabela 6 são expostas as variáveis utilizadas para realizar comparações referentes ao aspecto fundiário. Nas colunas

apresenta-se o total de área própria, o total de área total, onde é somado o total de áreas arrendadas de terceiros e áreas utilizadas em parceria ou em forma de condomínio e a superfície de área útil (SAU), que considera apenas as áreas efetivamente utilizadas para a exploração agrícola. De cada uma dessas variáveis, observa-se, a média e a soma do total de área própria, total de área total e o total de SAU que cada tipo distinto possui e quanto esse valor representa em porcentagem em relação a soma do total de cada tipo de área, ou seja, próprias, total ou SAU, em separado. É importante salientar que a SAU pode ser superior ou inferior ao total ou a média de área própria, devido a ocorrência de arrendamentos de terras de terceiros (aumentando-a) ou para terceiros (diminuindo-a).

Tabela 6 - Área média e área total das áreas próprias, área total e SAU, dos fumicultores e ex-fumicultores entrevistados

	Área própria (ha)			Área Total (ha)			SAU (ha)		
	Área média	Área total	%	Área média	Área total	%	Área média	Área total	%
Fumicultores	10,33	144,60	24,5	14,29	200,10	23,9	11,40	159,58	23,1
Ex-Fumicultores	15,67	454,45	76,8	21,92	635,70	76,1	18,28	530,09	76,9

Fonte: Elaborada pela autora.

Observando as diferenças existentes pode-se perceber que os ex-fumicultores apresentam a média do tamanho de área própria, total e SAU, um pouco superior as áreas dos fumicultores. É possível que o tamanho de área própria, tenha contribuído para que algumas famílias tenham deixado de cultivar o tabaco. Vale destacar que Nove dos quatorze fumicultores entrevistados realizam arrendamento de áreas de terceiros, em média dois ha, sempre para realizar o cultivo do tabaco, enquanto que apenas três dos vinte e oito ex-fumicultores declararam arrendar terras de terceiros. Esse comportamento exercido pelos fumicultores pode ser explicado em parte, pelo fato de que para garantir boa produção e menor incidência de pragas e doenças, o cultivo do tabaco deve ser realizado a cada ano em local distinto. No entanto, verificou-se a campo, que essa conduta não é realizada por alguns fumicultores que arrendam terras apenas com o intuito de aumentar a área de cultivo do tabaco.

Sem dúvidas, um dos fatores condicionantes, mas não limitantes para a decisão de substituir o cultivo do tabaco por outra atividade é justamente o tamanho das propriedades.

Outro fatores que são levados em consideração e que muitas vezes são até mais limitantes, refere-se a ausência de dinheiro para realizar novos investimentos, a necessidade de quitar as dívidas com as fumageiras que muitas vezes só aceitam o pagamento com a entrega de matéria prima e algumas vezes o temor de arriscar-se em outra atividade que demande maior autonomia, e muitas vezes, sem acompanhamento técnico.

Optou-se por apresentar em separado as opiniões e impressões encontradas durante a pesquisa de campo dos fumicultores e ex-fumicultores, a fim de melhor compreensão e explanação das opiniões dos entrevistados.

4.3 VIVÊNCIAS E OPINIÕES DOS FUMICULTORES

Geralmente estudos manifestam que onde há cultivo do tabaco há precariedade de condições, principalmente econômicas e sociais. De maneira geral, os números apresentados até aqui e a realidade presenciada a campo durante a realização das entrevistas não proporcionou tal impressão, embora algumas famílias condigam com o exposto acima. Conforme o Censo de 2000, publicado pelo IBGE, o município de Capanema (0,803) apresentou IDH acima da média do estado do Paraná (0,789) e do Brasil (0,766), enquanto que o município de Planalto (0,763) apresentou valores abaixo das médias estadual e nacional. Esses números podem ser influenciados, entre outras variáveis, pela diferente participação do cultivo do tabaco na economia dos municípios, conforme apresentado nas Figuras 3 e 4.

Questionados com relação à opção por cultivar o tabaco, alguns fumicultores declaram gostar da atividade, afinal de contas, é por meio dela que torna-se possível realizar os investimentos que desejam em suas UP's. Essa realidade é facilitada por se tratar de uma atividade sazonal, que embora exija trabalho por quase um ano inteiro (desde o plantio até a secagem, classificação e enfardamento) proporciona ao agricultor, em anos de boa safra, significativa soma em dinheiro, que as demais atividades exercidas na região são incapazes de proporcionar, principalmente quando se leva em consideração o relevo acidentado e o tamanho das áreas utilizadas para seu cultivo. Esse tipo de sentimento com relação ao cultivo do tabaco, descrito acima, pode ser observado nos relatos das famílias 5 e 12, a seguir;

Eu gosto apesar de saber que é uma [...] um tanto é mito esse negócio, eu sempre penso eu planto fumo, eu preciso plantar, eu não planto por maldade, eu não mandei ninguém fumar, mas eu gosto de plantar. (FAMÍLIA 5).

Porque é bom de trabalhar com o fumo [...] eu gosto de trabalhar com o fumo. E também porque é a única renda que dá para o pobre. Se eu tivesse 2 alqueires de terras, eu jamais iria parar de plantar fumo, porque daí eu ia segurar umas quatro ou cinco vacas e eu também trabalharia por dia né. Eu digo uma coisa, é ruim porque a gente fuma, só que eu gosto de lidar com o fumo porque a única salvação que a gente têm. (FAMÍLIA 12).

A realidade vivenciada pela Família 12, apresentada em parte no relato acima, confirma uma afirmação de Sen (2001, p. 96) onde quando uma pessoa leva uma vida limitada ou desprovida de bens e serviços, ela poderia não se sentir pobre e viver satisfeita, se a miséria for aceita com silenciosa resignação. Segundo o autor, em situações de privação duradoura, as vítimas não continuam lamentosas e pesarosas todo o tempo, e muito freqüentemente fazem grandes esforços para tirar prazer de pequenas dádivas reduzindo os desejos pessoais de acordo com a realidade vivenciada

Por outro lado, quando com significativa soma em mãos, proporcionada pelo bom rendimento do cultivo do tabaco mesmo em pequenas áreas, o agricultor consegue realizar investimentos na UP que de outra forma poderia ser inviável. Algumas vezes, como seus pais fizeram, torna-se possível até comprar mais terras para que os filhos possam seguir trabalhando na agricultura, conforme é possível observar no relato das Famílias 9 e 10, abaixo.

Depois o porco não deu mais e daí começamos produzir fumo. Temos vinte e seis safras já concluídas e estamos partindo para a vigésima sétima. Então já compramos dois tratores com o fumo, compramos todos os equipamentos para usar no trator. Além disso, compramos três propriedades, construímos essa casa, compramos ordenhadeira, vacas de leite, corrigimos o solo, fizemos a proteção do solo com base larga e compramos dois carros, entre outras coisas. E nós fizemos tudo isso com o dinheiro do cultivo do fumo. (FAMÍLIA 9).

Nós não queríamos mais plantar de jeito nenhum, mas aí compramos um lote para um dos filhos e aí a gente não tinha todo o dinheiro, então pegamos emprestado, mas e daí para pagar? Porque plantando fumo, o dinheiro vem todo de uma vez, e com o leite, vem durante o mês e então a gente vai se virando com esse. (FAMÍLIA 10).

Também é inegável o sentimento de satisfação que o responsável pela Família 6 demonstra ao relatar em breves palavras a trajetória percorrida e os resultados alcançados ao

longo de anos de trabalho com o cultivo do tabaco, ao mesmo tempo em que planeja parar de produzi-lo;

Faz vinte e cinco anos que estamos trabalhando com fumo, mas a gente cansa de lidar com tanto veneno, a gente pega mais uma idade né. Então a gente está com plano de parar com esse serviço, porque o que era para fazer nós já fizemos, cada um dos filhos tem o canto de terra deles e se não fosse o fumo não teriam. (FAMÍLIA 6).

A maioria dos demais fumicultores entrevistados, embora demonstrarem não gostar da atividade encontraram nela a possibilidade de continuar no meio rural, ou até mesmo de melhorar a infra-estrutura da UP, simplesmente pela construção de um galpão para embaixo, proteger os implementos e instalar uma estrebaria para manter-se mês a mês, com a produção de leite até que chegue o ressarcimento pelo trabalho relativo ao cultivo do tabaco. Sem dúvida, outras atividades como a própria produção leiteira, proporcionam maior renda do que o cultivo do tabaco, no entanto, são somas que chegam na propriedade diluídas mensal ou bimestralmente, dependendo da atividade e que pelos olhos do agricultor nem sempre é dada a devida importância.

Sem alternativa, alguns fumicultores também relataram que se sentem forçados a continuar cultivando tabaco para sanar dívidas contraídas em safras anteriores. Como o galpão (maior investimento da atividade) é financiado pelas empresas, e a produção do tabaco dá-se de maneira integrada com as mesmas, essas financiam todo o investimento necessário para a realização da atividade. Além de fornecer acompanhamento técnico para a realização do cultivo, colheita, classificação e confecção dos fardos, garantindo a comercialização a preços por elas estipulados. Em todo esse processo, cabe aos fumicultores arriscar-se ao clima, preparar a terra, fornecer mão-de-obra e se submeter aos mandos, desmandos e vontade das fumageiras. Tais circunstâncias acabam deixando os agricultores em eminente situação de risco, e muitas vezes vinculados ao sistema sem vontade própria, conforme pode-se observar os relatos das Famílias 26, 18 e 8, abaixo;

Não parei de plantar fumo ainda porque tem que pagar o galpão. Esse ano o que me segurou foi a prestação que tem pra pagar. Eu até tentei vender ele, mas não vale a pena agora que está quase pago então, vamos sofrer mais um pouquinho. (FAMÍLIA 26).

Nós plantávamos fumo porque dava mais dinheiro, dava dinheiro até uma altura (risos) daí começou não rende mais. Foi assim: até que nós não financiamos o galpão, sobrava, ajudamos um irmão meu e tudo, mas depois quando foi financiado o galpão, se foi, sobrava uma merequinha. Oh hoje têm gente que faz dinheiro com o fumo, mas não é assim, se você contratar dez plantadores os dez vão fazer dinheiro! Não, não, desses uns três fazem dinheiro e os outros sete vão patinar. (FAMÍLIA 18).

Nunca foi fácil plantar fumo, eles pegam pelo valor que eles querem, fazem o que eles querem e mandam. Por isso que não é fácil, essa parte que é ruim, não é como outro produto que tu vai ali na cooperativa e sabe mais ou menos o preço. Nós podemos pesar o fumo aqui em casa, mas não vale. Nós podemos classificar aqui, mas não vale a nossa classificação, é eles que mandam. Não temos outra atividade para poder pagar essa dívida. Só se fosse saí daqui pra trabalhar, mas fica muito longe né. E eu já fui trabalhar de empregado, já aconteceu, mas estamos plantando porque somos obrigados. (FAMÍLIA 8).

A perspectiva apresentada por Amartya Sen, que aponta para a necessidade de expansão das capacidades humanas para que as pessoas assim possam efetivar seus objetivos, cai bem para a situação apresentada pelos agricultores que estão na atividade por falta de oportunidades. Para Sen (2000), o desenvolvimento está relacionado ao alargamento das opções de escolhas das pessoas, sendo que essas opções de escolhas estão diretamente ligadas com as relações de poder existentes na sociedade. Neste sentido, o autor destaca que primordial é favorecer meios e possibilidades para os indivíduos tornarem-se capazes de tomar suas próprias decisões e fazer suas escolhas, a fim de alcançar melhorias na qualidade de vida, ficando em segundo plano o acúmulo de capital e os recursos econômicos. Nesse sentido o desenvolvimento é que deveria proporcionar maior liberdade de escolha aos indivíduos. Conforme Sen (2001, p. 14), a liberdade de uma pessoa poderia ser avaliada pela extensão do conjunto de oportunidades representadas por pacotes alternativos de bens e serviços. Quanto maior a extensão desse conjunto de oportunidades, maior a liberdade individual.

Nesse sentido cabe salientar que embora não haja diferenças no nível de escolaridade entre os fumicultores e os ex-fumicultores, assim como em qualquer outro segmento, o meio agrícola é formado por pessoas distintas, com interesses, motivações e realidades também distintas que acabam influenciando nas tomadas de decisões. No entanto, durante a realização das entrevistas, ficou claro que a opção por cultivar tabaco, está sim atrelada a ausência de oportunidades que possam proporcionar facilidades que vão além do crédito para financiamento de insumos, como a realização de acompanhamento técnico adequado e a garantia de comercialização da produção.

A Figura 10 apresenta alguns fumicultores entrevistados, imbuída das diversas realidades que envolvem a produção do tabaco. A família A, é arrendatária de terras de terceiros e produz aproximados 47mil pés de fumo/ano, há trinta e dois anos. A família B possui terras próprias e não realiza nenhum tipo de arrendamento. Cultivam tabaco há trinta anos, atualmente no verão e no inverno, aproximadamente 80 mil pés/ano do tipo Burley e 120mil pés/ano do tipo Comum. A família C, também possui terras próprias e não realiza arrendamento. Produzem fumo há 18 anos, sendo que no último cultivou aproximadamente 25 mil pés e pretendem não cultivá-lo mais a partir da próxima safra. A estratégia encontrada pelo casal para substituir a produção do fumo baseia-se na produção e comercialização de queijo e amendoim descascados. A família D também possuiu terras próprias, não realiza arrendamentos e produz tabaco há 35 anos, aproximadamente 35 mil pés/ano e apresentou interesse em substituir o cultivo do tabaco, caso encontrasse uma alternativa viável economicamente.



Figura 10 - Alguns fumicultores entrevistados

Fonte: Arquivo da autora (jun. 2009).

Durantes as entrevistas, houve relatos referentes a tentativas do poder público, que visaram a diversificação das propriedades e por sua vez, o aumento da liberdade de escolha. Vários agricultores apostaram na inovação e ousaram buscar essas alternativas muitas vezes descabidas de bom planejamento que terminaram não rendendo os frutos esperados e acabaram fortalecendo o cultivo do tabaco nas propriedades, agora endividadas. De acordo com Sen (2001, p. 106) de fato, algumas vezes mais liberdade de escolha pode confundir e aturdir, e tornar mais desafortunada a vida de uma pessoa, construindo diferentes tipos de cenários, nos quais mais liberdade pode fazer uma pessoa menos feliz, e possivelmente ainda menos satisfeita. Por outro lado, algumas dessas iniciativas tiveram êxito e hoje se tornaram público desse estudo e servem de exemplo e estímulo para agricultores que buscam deixar de cultivar o tabaco, e algumas vezes tornando-se mais autônomos, melhorando seu meio de vida.

4.4 VIVÊNCIAS E OPINIÕES DOS EX-FUMICULTORES

Sob a perspectiva da melhoria dos meios de vida, de maneira geral pode-se dizer que o aumento das oportunidades pode auxiliar nas opções de escolha dos indivíduos. Nesse sentido, aplicando as diferentes realidades que compõe esse estudo, focado no cultivo do tabaco e nas condições que favoreceram algumas famílias a substituir essa atividade por outras, um dos focos de análise se dá nas diferentes estratégias de meios de vida que as famílias com ou sem o auxílio do poder público e o trabalho das ONG's e entidades da região encontraram para manterem-se viáveis no campo, modificando seu meio de vida.

No início desse estudo, acreditou-se que as famílias que se encontraria a campo que tivessem deixado de cultivar tabaco, teriam conquistado essa realidade com o auxílio do poder público, ONG's e entidades da agricultura familiar, mas não foi bem assim. Não que essas organizações não auxiliaram de alguma forma, ou até mesmo diretamente em experiências isoladas, mas muitos agricultores entrevistados, por conta própria assim o fizeram. Primeiramente descontentes com o cultivo do tabaco, pelos mais variados motivos, que entre os citados se destaca: a penosidade de trabalho e o contato muito próximo com agrotóxicos, os agricultores, com relativa facilidade de obtenção de crédito para investimento graças ao Pronaf, e com a troca de experiência entre vizinhos somados muitas vezes a uma dose de coragem, traçaram novos rumos para o seu próprio desenvolvimento.

Um fator importante a ser mencionado trata-se da ilusão que muitas famílias citaram ter vivenciado, ao acreditar que o cultivo do tabaco lhes proporcionaria significativa fonte de renda, e a possibilidade de melhorar suas condições de vida. Foram classificados alguns de muitos relatos nesse sentido, para melhor ilustração;

É, na verdade o fumo nesses seis anos que eu planto, nos três primeiros anos que eu plantei deu bem. Mas assim, dizer que deu bom não né, porque ele não converteu bem economicamente. O preço do fumo não ajudou, para nós, dinheiro de fumo nunca sobrou, de dizer que eu fiz dinheiro, ou que eu ganhei dinheiro. Não! O que eu fiz para me manter foi com o dinheiro das vacas mesmo. (FAMÍLIA 14).

Foi três anos assim sempre trombando, mas sempre com aquela esperança: esse ano não deu, mas o ano que vem dá. E no outro ano de novo, e assim foi indo, até que a minha saúde parou por aí né. E daí ela não podia mais trabalhar, e eu comecei fica sozinho e daí não deu mais. (FAMÍLIA 28).

É, daí apareceu uma firma aí financiando galpão, e eu experimentei plantar. Fui plantando, fui plantando e daí quanto mais eu plantava parece que mais difícil ficava, porque quando não era uma coisa era outra. Quando não era preço baixo era uma classificação ruim e daí a gente começou a enxergar que a gente estava sendo só explorado. Daí então o último ano que eu plantei fumo, eu plantei 35 mil pés, paguei as despesa com a fumageira e sobrou 900 reais. Então eu fiz a conta, estava com a família inteira em casa, os dois gêmeos, e a mulher. Naquele ano eles demoram muito para recolher o fumo nas propriedades, levou onze meses do dia que eu comecei a fazer os canteiros até o resultado da venda do fumo e sobrou 900 reais. Eu fiz a conta, nós trabalhamos a 25 centavos por dia. (FAMÍLIA 30).

Observando os motivos que levaram as famílias a parar de cultivar o tabaco, entre os mais citados destaca-se o fato de não proporcionar a renda econômica que esperavam ou que uma vez lhes foi proporcionado, conforme observa-se no relato das famílias 3 e 41.

Não dava mais, mas até depois que nós já trabalhava com as bolachas, mais dois ou três anos eu plantei fumo, eu morava aqui e plantava lá. Fazia as mudas ali, e sofria para manter elas, porque as galinhas iam lá. E daí tinha que ir lá e pensamos: vamos parar e vamos parar, e daí não sobrou uma vez para pagar o pronaf. Até que eu tive que tirar das bolachas para pagar a conta do fumo, daí eu abandonei mesmo. (FAMÍLIA 3).

Nunca, nunca fomos mal, mas na época vendia o fumo, parece que dava um monte por mês né, mas daí fazia as contas dos meses de trabalho e de quantas pessoas estavam trabalhando, não valia a pena! E depois, vai o ano inteiro e não nós não sabia quanto iria ganhar. Já com o leite, cada 30 dias tu sabe o preço e de um mês para o outro tu sabe mais ou menos quanto vai ganhar. (FAMÍLIA 41).

Outros fatores muitas vezes mencionados referem-se a problemas de intoxicação com os agrotóxicos que acabaram obrigando os agricultores a abandonar a atividade para preservar a saúde; e também a ausência de mão-de-obra na família, conforme se verifica nos relatos a seguir;

Mais é esse negócio do uso de veneno. Mas oh mão-de-obra, por exemplo, a qualificação de mão-de-obra no fumo, esse é um fator que tu investe na lida e daí acaba no final quebrando por causa da qualificação [...] Se não precisasse existir o dito veneno né! (FAMÍLIA 34).

A saúde, a renda, porque não sobrava nada, tirava só para pagar o galpão e as vezes nem para pagar o galpão. (FAMÍLIA 4).

Muito semelhante ao declarado pelos ex-fumicultores entrevistados foi também apresentado por Vargas e Bonato (2007, p. 52) em pesquisa com 79 famílias que já foram fumicultoras. Dos depoimentos dessas 79 famílias, os autores destacaram principalmente: problemas de preço do tabaco (40,5%), problemas de saúde e/ou por uso de agrotóxicos (32,9%), e a falta de mão-de-obra (25,3%). Dos 28 ex-fumicultores entrevistados nesse estudo, apenas um declarou que se possível fosse, voltaria a cultivar o tabaco, das demais, algumas declararam que não pretendem voltar a cultivá-lo, nem sob a pena de morte, conforme pode-se observar nos relatos abaixo:

Nunca mais. Se vierem com uma espingarda ou com uma doze na minha cabeça e pedir: vai planta fumo ou prefere morrer? Eu digo que pode atirar, não planto! Se existir só fumo para eu poder viver, eu vou morrer de fome, mas não planto mais um pé. Pelo que eu passei, eu sou franco em falar, se existir só o fumo, que eu tenha que depender só do fumo, vou ser o primeiro a morrer, porque não planto fumo não. (FAMÍLIA 21).

Hoje eu digo o seguinte que se quiser que eu morra de fome eu morro, mas se tiver que voltar a plantar fumo, eu não planto... nunca mais! (FAMÍLIA 38).

Outros ex-fumicultores entrevistados, conforme o relato da família 20, demonstraram-se um pouco inseguros com relação ao que o futuro as reserva, mas mesmo assim expressaram o real sentimento que possuem com relação a produção do tabaco: “Eu não vou dizer que nunca mais vou plantar fumo. Não, isso não se pode dizer. Se fechar a diplomata o que nós vamos fazer? Eu não sei, mas por vontade não planto mais” (FAMÍLIA 20).

Dentre as principais mudanças ocorridas nas famílias e UP's após deixarem de cultivar o tabaco, algumas famílias destacaram a aquisição de bens materiais para melhoria de seu meio de vida, como veículos, realização de reformas ou construção de novas moradias, bem como a realização de mais investimentos para melhor desenvolvimento das atividades agrícolas, entre outros, conforme pode-se observar no relato da Família 16, abaixo,

Mudou tudo né, ficamos mais velhos (risos). Adquirimos a terra, compramos o carro, compramos o trator, fizemos o nosso filho. Depois que ele nasceu foi o último ano que nós plantamos, e depois que ele nasceu nós compramos o carro, a terra, ordenhadeira, resfriador, tudo pago com o dinheiro do leite. (FAMÍLIA 16).

Também alguns entrevistados destacaram mudanças mais subjetivas como a diminuição do estresse, a existência de mais tempo para exercer atividades de lazer e menor ocorrência de desentendimentos familiares, conforme observa-se nos relatos das Famílias 17 e 21.

É, pra nós está mais calmo agora trabalhar. Como eu falei, na colheita de fumo tinha que ficar lá fora até onze horas da noite, e nós trabalhava as vezes, levantava de manhã ia para baixo do galpão, de tardinha o João ia fazer o serviço dele, e nós embaixo do galpão. (FAMÍLIA 17).

Briga, briga.. nós brigava, quando rasgava um pé de fumo, um chingava o outro e daí nós ficava até onze horas da noite embaixo do galpão. Oh raiva, eu não fiquei loco eu não sei porquê?! (FAMÍLIA 21).

Abaixo, estão dispostas fotografias realizadas durante as entrevistas com alguns ex-fumicultores. Cada uma delas, de acordo com a disponibilidade de recurso, de área e considerando inúmeras outras variáveis como o prazer pela atividade, a proximidade de sua UP com a cidade, disponibilidade de mão-de-obra, entre outras, a seu modo, buscaram alternativas ao cultivo do tabaco. A família apresentada na Figura 11, com a letra A, substituiu o cultivo do fumo há cinco anos, e construiu com algumas economias e com o madeiramento do próprio galpão anteriormente utilizado para estocar e secar o tabaco um aviário, onde atualmente realiza engorda de frangos para corte em sistema de integração. A família B substituiu o cultivo do tabaco há onze anos e construiu uma agroindústria de conservas, aliada a produção de leite. A família C encontrou na produção e comercialização

de hortaliças diretamente ao consumidor a possibilidade de aumentar sua autonomia e deixar de cultivar o tabaco há quinze anos. E a família D, na direita, abaixo da Figura 5, produzindo bolachas de vários sabores e rapadura, conseguiu construir um espaço para aumentar a produção da agroindústria e deixar de cultivar tabaco há cinco anos.



Figura 11 - Alguns ex-fumicultores entrevistados

Fonte: Arquivo da autora (jun. 2009).

Conforme os relatos das entrevistas, muitas vezes os ex-fumicultores realizaram a substituição da cultura do tabaco de maneira abrupta, simplesmente deixando de produzi-lo de um ano para o outro. Outras experiências revelaram aumentar a produção de atividades que já existiam na UP, e em outras experiências, buscaram apostar em novas atividades, auxiliados pela realização de trabalhos fora das UP's, sejam estes agrícola ou não agrícola. Outros ex-fumicultores relataram que planejaram ao longo de anos a substituição diminuindo, ano após ano a quantidade de pés cultivados, aumentando gradativamente a (s) atividade (s) que substituiriam seu cultivo. Experiências belíssimas que exigiram na maioria das vezes, união e esforço familiar mútuo.

4.5 PARADOXOS SOBRE O CULTIVO DO TABACO: PRÓS E CONTRAS

Embora a realidade vivida pelas famílias entrevistadas seja distinta, não é apenas o fato de serem agricultores familiares e em algum momento da vida ter cultivado ou estar cultivando tabaco, que elas têm em comum. São comuns também algumas experiências e opiniões relacionadas aos aspectos positivos e negativos do ato de cultivar o tabaco, bem como as expectativas e os anseios relativos ao futuro aliada ao anseio de sempre melhorar seus meios de vida.

Observando as declarações dos entrevistados, dentre os aspectos positivos do tabaco, destacou-se unanimemente a boa renda em pequenas áreas de terra, conforme declarações, com somas não alcançadas por outra cultura existente na região. Esse sem dúvida é o principal fator que leva muitas famílias a financiar um galpão e arriscar-se na atividade, principalmente quando há disponibilidade de mão-de-obra familiar, conforme os relatos que seguem:

Olha, positivo na verdade é porque ele dá renda, é o que mais sobra, mas também é o que dá mais serviço. Mão de obra é o que você usa mais, porque você leva dez meses desde o plantio até a colheita. Então o positivo é que em área de terra ele rende bem. (FAMÍLIA 42).

A renda por área de terra, é o único ponto positivo em plantar fumo. Porque se você perguntar para mim: Você gosta de plantar fumo? Eu digo que não. Daí se você perguntar para mim: Porque você planta fumo? É porque ele rende em área de terra. Nenhuma outra cultura se compara, mas no momento que fosse surgiu alguma coisa que se comparasse ou fosse melhor de trabalhar, a primeira coisa que nós iria largar era o fumo. (FAMÍLIA 9).

Muitos agricultores que deixaram de cultivar o tabaco, com base na experiência que tiveram não apontaram nenhum fator positivo. Para esses agricultores, falar nessa atividade é motivo para rememorar más lembranças, como o citado pela Família 32, vítima de intoxicação, ou da Família 8, que ainda cultiva tabaco para pagar dívidas com a empresa fumageira.

Olha, para mim não tem nenhum ponto positivo, porque eu me envenenei com isso aí, essa porcaria. A gente só trabalha, só trabalha, você não sabe o preço, eles pagam o preço que eles querem. Na realidade o insumo, eles vendem o preço que eles querem e a gente nunca sabe de preço nenhum, fica difícil. Eu do fumo não quero mais saber. (FAMÍLIA 32).

Nenhum, nenhum, você vai ter que lidar com veneno. Eu não tenho terra, eu vou ter que pagar o arrendamento da terra, porque tem só essa terrinha aqui, mas não dá. Não tem ponto positivo, te falo francamente, tem muita gente que fala bem do fumo, mas não é o meu caso, eu não posso me gabar. (FAMÍLIA 8).

O fato de cultivar um produto não alimentício, como o tabaco, também foi mencionado. No relato da Família 30, o responsável faz uma reflexão sobre o que é e para quem serve o cultivo do tabaco; “Eu acho que não existe nada de positivo, o fumo não dá para comer, o fumo só serve para enriquecer os exploradores. Eles usam o dinheiro do fumo para comprar comida, então porque não plantar a comida?” (FAMÍLIA 30).

Questionados sobre os aspectos negativos relacionados ao cultivo do tabaco, tanto fumicultores, quanto ex-fumicultores citam a utilização de agrotóxicos, ocorrências de intoxicação e a falta de mão-de-obra aliada a penosidade de trabalho como os principais pontos que merecem destaque, conforme observa-se nos relatos a seguir;

É prejudicial para a saúde, porque só tem que trabalhar com ele na base de veneno, desde o dia que semeia, até o amadurecimento dele, tem que acompanhar ele com veneno. O único ponto positivo é que é uma fonte de renda. É como uma droga, tu se envolve com ele porque dá dinheiro, mas corre o risco de ser preso, e assim por diante. O fumo pode leva a gente para o posto saúde, para o hospital e até a morte. O veneno, tu brinco com ele, ele mata. (FAMÍLIA 10).

O perigo do veneno, porque se usa veneno muito forte. Os pessegueiro, o parreiral morreram por causa do veneno. E nosso filho também que teve uma contaminação no sangue e não pode doar sangue por causa dessa contaminação. (FAMÍLIA 31).

Sabe-se que em nível mundial estão sendo estudados os reflexos causados pelo cultivo do tabaco, e algumas alternativas estão sendo discutidas no sentido de melhorar a situação dos fumicultores. Geralmente e de maneira errônea, espera-se que os agricultores sejam movidos pelas forças do mercado, preços e oportunidades. Mas observando alguns relatos das entrevistas, em várias ocasiões foi possível observar, que muitos ex-fumicultores, influenciados ou não por agentes externos de organizações governamentais e não governamentais, trouxeram a tona profundas reflexões, oriundas por sua vez da vivência e

experiência que tiveram com o cultivo do tabaco, e a importância de deixar de produzi-lo. Essa é a experiência das Famílias 38, 30 e 21, conforme os relatos abaixo:

Eu acho que é a consciência, de você ver o que você coloca. Se você vê uma pessoa fumar, você sabe o que você colocou naquele fumo, é demais, é a base do veneno, não tem história, ele cresce em cima do veneno, e nem é mesmo quase em cima da terra. Tu chega a uma conclusão assim: não adianta você ir na igreja rezar ou até pedir alguma coisa para Deus, se do outro lado você faz uma coisa que mata os outros, você está produzindo um negócio que mata. Você está arrumando uma arma para alguém. Quer dizer, hoje é crime você ter uma arma? É. Por quê? Porque ela vai acabar matando alguém, então, você fazer um troço que mata os outros né [...] (FAMÍLIA 38).

A gente já estava começando, mas aquilo ali foi a causa principal. A gente foi participando em muitas palestras com as pessoas e fomos enxergando que nós mesmos estávamos procurando a morte. E que na verdade quem lida com o veneno, é o pobre, que é o alvo principal. Porque o grande que lida com lavoura e lida com veneno ele paga para o pobre passar o veneno, então o pobre é o alvo principal do veneno. (FAMÍLIA 30).

O fumo não poderia existir. Teria que botar na cadeia quem planta fumo, não quem consome, porque se ninguém planta, ninguém vai consumi né. Porque o fumo ele contamina tantas coisas, é horrível, se vai parar e pensar bem o que é o fumo. A melhor coisa que tinha que fazer seria cortar isso: Não existe mais fumo no Brasil, de tipo nenhum! Aí era o melhor papel do governo. O fumo é puro veneno, você põe a mão no fumo quantas vezes até ele ficar pronto? Aí depois de umas cinquenta vezes, você entrega ele de mão beijada. Aqui em casa é proibido falar em fumo, sério mesmo, eu quando vejo um fumando assim, me dá nojo. (FAMÍLIA 21).

Em meio a fumicultores (tanto bem, quanto mal sucedidos) e os ex-fumicultores entrevistados, foram vários os pontos de vista e experiências relatadas. Longe da tentativa de encontrar culpados e inocentes, julgar certas atitudes coerentes ou incoerentes, o fato é que os encontramos envolvidos num emaranhado jogo de medida de forças, entre empresas e instituições (governamentais e não governamentais), com vários interesses em pauta, e uma única certeza, a de que os principais envolvidos nesse processo (fumicultores e fumantes) são tanto menos comprometidos, quanto ouvidos.

Questionados sobre a satisfação com relação a qualidade de vida que possuem, fumicultores e ex-fumicultores dividem opiniões e auxiliam a comprovar a realidade vivenciada pelas famílias e que vão além dos números apresentados até aqui. Enquanto as respostas fornecidas pelos fumicultores foram bem divididas entre sentirem-se com boa e razoável qualidade de vida, as respostas fornecidas pelos ex-fumicultores, embora os projetos futuros revelem sempre melhorar o meio em que vivem, pesaram num grande: “sim, temos qualidade de vida”! Vale salientar que a qualidade de vida a que nos referimos leva em

consideração critérios estabelecidos individualmente pelos entrevistados, arraigado por distintos valores, emoções e motivações que possuem, mas que expressam o sentimento de cada indivíduo com relação ao meio em que vivem. Nos discursos, observa-se que para responder sobre tal questionamento, alguns agricultores levaram em consideração muito mais do que a renda ou os bens materiais adquiridos, mas também a satisfação com a realidade vivida, a condição de moradia, o acesso a água, a penosidade de trabalho e o uso de agrotóxicos, por exemplo. Esses dois últimos parâmetros são fundamentais para a realização do cultivo do tabaco convencional, e talvez isso explique, pelo menos em parte, o porquê a metade dos fumicultores citaram possuir qualidade de vida razoável. A seguir, apresenta-se o comentário de alguns entrevistados, reportando-se ao que compreendem por qualidade de vida.

Olha, qualidade de vida eu acho que deveria ser, que nem diz o outro, ter um alimento de boa qualidade, uma água de boa qualidade. Então que nem hoje os veneno já tomaram conta, então você já não tem mais uma qualidade de vida como deveria ter. (FAMÍLIA 42, fumicultora).

Qualidade de vida é você gostar do trabalho que você faz, você ter condições de comprar o que você quer e viver bem com a família, isso para mim é qualidade de vida. (FAMÍLIA 1, ex-fumicultora).

Muito além dos números, encontra-se o sentimento e a satisfação que os agricultores, tanto fumicultores, quanto ex-fumicultores, têm em relação à atividade que desenvolvem, e ao meio em que vivem. Encontra-se também a existência ou não de condições para a realização de mudanças, para a melhoria de seus meios de vida e principalmente para a promoção de meios que possam proporcionar a possibilidade de realizar escolhas e aumentar sua autonomia.

5 ÊXITO DOS MEIOS DE VIDA ALTERNATIVOS A PRODUÇÃO DO TABACO

O presente capítulo busca responder as hipóteses que orientam esse estudo, utilizando-se de comparações relativas a aspectos de rendas (agrícola e não agrícola), diversidade de produção e sustentabilidade das UP's, entre os fumicultores e ex-fumicultores entrevistados. Também são apresentadas as principais conclusões obtidas com a realização desse estudo.

Para a realização do mesmo, buscou-se identificar os possíveis apoios institucionais que pudessem ter interferido nas mudanças das estratégias de meios de vida dos ex-fumicultores, pelas mais diversas atividades, tanto agrícolas como não agrícolas, ao longo dos anos. Verificou-se que as mudanças ocorridas com alguns ex-fumicultores entrevistados tiveram o auxílio do poder público e da Assesoar, sem os quais não teriam condições de modificar sua realidade. No entanto também foram encontrados ex-fumicultores que por conta própria encontraram alternativas ao cultivo do tabaco e de acordo com as declarações, melhoraram seus meios de vida.

No princípio desse estudo, havia a expectativa de que pudesse haver diferenças entre um município e outro, no sentido de alternativas ao cultivo do tabaco, no entanto, observou-se que as estratégias e as condições dos meios de vida apresentados pelas famílias estudadas, tanto fumicultores, quando ex-fumicultores não apresentam diferenças de município para o outro. A existência de maior número de ex-fumicultores no município de Capanema, e portanto maior número de família entrevistadas, pode ser explicado pelas diferenças no processo histórico de organização descrita no capítulo dois. No entanto, embora hajam diferenças quanto ao número de ex-fumicultores, não são observadas diferenças com relação a eficiência das múltiplas alternativas e estratégias encontradas nos dois municípios.

De maneira geral, ao longo dos anos, houveram algumas ações tanto num, quanto no outro município que visaram aumentar a diversificação nas propriedades. Capanema se destaca de Planalto por ter organizado a criação de maior número de agroindústrias, entretanto, o fato de ser ou não ser fumicultor, na época da realização dessas ações, não foi levado em consideração. Houve também há mais de dez anos, nos dois municípios a intervenção da Assesoar, que também não focava especificamente os produtores de tabaco. O trabalho realizado por essa ONG, na região, visava aumentar a autonomia das famílias,

eliminando os atravessadores, proporcionando formação política com foco na sustentabilidade.

Segundo o relato de alguns agricultores que fizeram parte das reuniões realizadas pela Assesoar, assim como alguns fumicultores deixaram de produzir tabaco, buscando alternativas, outros que na época não eram fumicultores e participaram dos espaços de formação, hoje desenvolvem essa atividade. Dessa maneira não se pode menosprezar o importante trabalho que a Assesoar realizou nos municípios, mas também não se pode atrelar apenas ao trabalho realizado por esses, o fato dos agricultores optarem por deixar ou por começar a produzir tabaco. Até mesmo porque, muitos agricultores entrevistados declararam ter deixado de produzi-lo por conta própria, sem auxílio de qualquer ação de agentes externos, sejam da Assesoar ou das demais instituições locais. Têm-se dessa maneira, diversas realidades encontradas, e portanto não se pode vangloriar, muito menos menosprezar as ações institucionais realizadas nos dois municípios foco do estudo.

Ressalta-se assim que entre os ex-fumicultores entrevistados, em sua maioria, as mudanças de estratégias dos meios de vida não foram reflexos de ações específicas desenvolvidas por agentes externos, como inicialmente era esperado. Pelo contrário, as iniciativas partiram dos próprios agricultores por algum tipo de descontentamento relacionada a cadeia produtiva do tabaco. Entre os descontentamentos apurados, se destacam as questões econômicas, quando os agricultores colocam na balança a mão de obra e os riscos climáticos de um lado, e o valor pago anualmente pelo cultivo do tabaco, do outro. Bem como, aspectos relacionados aos riscos à saúde, pelo contato direto e freqüente com agrotóxicos ou pela falta de autonomia, forçada pelo sistema de produção integrada. Ou até mesmo pela insatisfação relativa ao modo como são realizadas as classificações e pesagem dos fardos pelas empresas (nas indústrias de beneficiamento, na ausência dos produtores), muitas vezes, não conferindo com a expectativa do fumicultor.

Para elucidar os fatores que auxiliaram na decisão dos agricultores em parar ou continuar cultivando o tabaco, nas declarações dos fumicultores pode-se destacar: a boa renda em pequena quantidade de área de terra, atrelada a necessidade de realização de menor investimento, se comparada às demais principais atividades presentes na região, como a avicultura, a suinocultura, a produção de soja e a atividade leiteira. Já, entre os ex-fumicultores entrevistados, conforme as declarações, as principais motivações para deixar de cultivar o tabaco foram: o fato de não proporcionar a renda econômica que esperavam ou que uma vez lhes era proporcionada; problemas de intoxicação com agrotóxicos que acabaram obrigando os agricultores a abandonar a atividade para preservar a saúde; e também a

ausência de mão-de-obra na família, além de fatores subjetivos, como a satisfação com a atividade que realiza, a necessidade de maior autonomia, entre outros.

Na Tabela 7, a seguir, apresenta-se breve resumo de alguns dados econômicos, que permitem realizar comparações entre os diferentes tipos entrevistados. A taxa de lucro agrícola foi obtida dividindo-se a RA pelo capital imobilizado total, que é composto pelo capital imobilizado na UP no decorrer do ano agrícola em estudo, integrando os gastos com o consumo intermediário, despesas financeiras, gastos com arrendamentos de terra, gastos em salários e encargos sociais, impostos e taxas, e o valor do capital imobilizado dos animais e reprodutores, o valor da terra e o valor estimado atual das instalações, máquinas e equipamentos. Para a obtenção da taxa de lucro total, dividiu-se a RT também pelo capital imobilizado total.

Tabela 7 - Resultados médios de alguns indicadores econômicos, comparando os fumicultores e ex-fumicultores entrevistados.

	Fumicultores	Ex-Fumicultores
Número de famílias entrevistadas	14	28
Percentual médio da Renda Agrícola	82%	76%
Percentual médio da Renda Não Agrícola	18%	24%
Média da Taxa de Lucro Agrícola	18,5	10,0
Média Taxa de Lucro Total	21,0	15,8
Média de UTHf	2,7	2,0
Média de residentes/UP	3,9	3,9
Média Renda Agrícola em SM/UTHf/mês	1,7	2,3
Média Renda Total em SM/UTHf/mês	2,0	2,9
Média Renda Total em SM/membro/família/mês	1,4	1,5
Capital imobilizado total	R\$ 213.828,76	R\$ 288.288,55

Fonte: Elaborada pela autora.

Nessa tabela, é possível visualizar os referidos pesos percentuais com relação às médias da RA e da RNA das UP's estudadas. Percebe-se que há maior concentração de RA nas UP's que produzem tabaco, enquanto para os ex-fumicultores, em média, a RNA contribuí com aproximadamente ¼ da renda total. Embora a diferença percentual nesse sentido não seja tão expressiva, condizem com observações empíricas realizadas durante as entrevistas, onde se percebeu que os ex-fumicultores em geral apóiam-se em atividades não

agrícolas para garantir sua manutenção no meio rural. Essa realidade apresentada vem ao encontro de Ellis (2000) quando cita que uma dimensão importante do relacionamento entre a agricultura e diversificação dos modos de vida rural é o papel das atividades não-agrícolas como fonte de emprego e renda nas áreas rurais.

Tanto a média da taxa de lucro agrícola, quanto a média da taxa de lucro total dos fumicultores é superior as médias encontradas nos ex-fumicultores entrevistados. Esses números confirmam o já mencionado com relação a necessidade que os ex-fumicultores têm de possuir mais estrutura física e algumas vezes até maior utilização de insumos para dar conta das atividades que realizam, aumentando assim o capital imobilizado, diminuindo portanto, a taxa de lucro.

Outro importante dado apresentado na Tabela 7, se refere à média do número de membros residentes nas UP's, que é igual a 3,9, tanto nos fumicultores, quanto nos ex-fumicultores. Já, observando a unidade de trabalho homem familiar (UTHf),¹ vê-se que é maior entre os fumicultores. Essa diferença existente é considerável, pois equivale ao trabalho de um homem adulto pelo período de 190 dias do ano, com uma jornada de 8 horas diárias. Esses números vão ao encontro do apresentado por Vargas e Bonato (2007) quando citam que a produção de fumo está presente nas famílias que ainda possuem uma quantidade significativa de mão-de-obra, especialmente jovem e de meia-idade. Alguns autores também citam que a falta de mão-de-obra nas propriedades acabam auxiliando muitas famílias a desistir de plantar tabaco, e por conseqüência, buscar alternativas, como a realização de atividades não agrícolas. Essa realidade também foi encontrada em algumas famílias entrevistadas.

Transformando os valores de RA e RT em salários mínimos (SM), apresenta-se na mesma tabela, as médias das rendas por UTHf e também por membros residentes nas propriedades, incluindo no cálculo crianças, inválidos e idosos que não auxiliam nas atividades produtivas. Pode-se perceber que em média, economicamente todos os entrevistados apresentam bons resultados, pois até mesmo quando é dividida a RT/membros residentes, tanto para os fumicultores, quanto para os ex-fumicultores a renda ultrapassa um salário mínimo/membro/mês. Destacando que no meio rural o custo de vida é menor quando comparado a cidade, pode-se dizer que as famílias entrevistadas, independentemente de cultivarem ou não tabaco, em média, encontram-se em boas condições econômicas. No

¹ Esta unidade corresponde a 300 dias de trabalho de 8 horas diárias de uma pessoa adulta, ou seja, entre 18 e 59 anos. Para crianças de 7 a 13 anos calcula-se = 0,5 UTH; Para jovens de 14 a 17anos calcula-se 0,65 UTH; Para idosos com mais de 60 anos, que auxiliam nas atividades agrícolas calcula-se 0,75 UTH (LIMA et al., 1995).

entanto, entre os entrevistados, os ex-fumicultores apresentam leve superioridade com relação a renda média, tanto agrícola, quanto total, bem como por membro residente na UP.

5.1 COMPOSIÇÃO DA RENDA DOS ENTREVISTADOS

Para verificar e comparar as estratégias de sobrevivência estabelecidas pelas famílias entrevistadas mensurou-se algumas variáveis. Entre elas buscou-se calcular as rendas agrícolas e não agrícolas de cada UP estudada. De acordo com Lima et al. (1995, p. 57), a renda agrícola é uma medida de resultado econômico que avalia o ganho obtido pela UP, através de todas as atividades produtivas realizadas pelo núcleo familiar durante o período de um ano agrícola.

Dessa forma, para compor a renda agrícola (RA), buscou-se compreender como ocorre a dinâmica econômica das famílias, recompondo toda a movimentação financeira relativa às atividades agrícolas, obtendo-se o custo intermediário (CI), que é composto de todos os custos com insumos para a produção animal, vegetal e para a transformação caseira, a mão-de-obra contratada, as despesas com manutenção de máquinas, equipamentos e instalações, e gastos com energia elétrica, água, gás e telefone. Também se calculou a depreciação (D) das instalações, máquinas e equipamentos existentes nas UP's. Ainda calculou-se a distribuição do valor agregado (DVA), que corresponde aos demais gastos que possam existir referentes a produção, como juros de financiamentos, impostos das terras, contribuição sindical, salários, entre outros. Também para compor a RA, contabilizou-se tudo o que foi produzido, consumido e comercializado pela família no último ano agrícola, tempo que nesse estudo refere-se ao período de junho/2008 a maio/2009.

Os cálculos acima explicados permitiram a elaboração da Tabela 8, que comparando fumicultores e ex-fumicultores, apresenta a média da participação das receitas e despesas totais referentes a todas as atividades agrícolas realizadas nas UP's.

Tabela 8 - Participação média das receitas e despesas totais das atividades agrícolas de Fumicultores e ex-fumicultores do município de Capanema e Planalto-PR

Receitas e despesas	Fumicultores	Ex-fumicultores
Produto Bruto	R\$ 48.638,63	R\$ 50.897,32
Distribuição do Valor Agregado	R\$ 3.184,25	R\$ 1.804,14
Depreciação	R\$ 3.509,97	R\$ 4.402,35
Consumo Intermediário	R\$ 16.937,05	R\$ 19.229,26
Renda agrícola	R\$ 25.007,37	R\$ 25.469,47

Fonte: Elaborada pela autora.

Observa-se que em média, os fumicultores entrevistados apresentam maiores custos com DVA, valor elevado, principalmente devido a custos com arrendamentos de terras, geralmente exercido por esse tipo entrevistado. Por outro lado os ex-fumicultores, apresentam maiores custos com CI e D, essa última resultante em parte, pelas instalações, máquinas e equipamentos que são necessárias para desenvolver as atividades que substituíram o cultivo do tabaco, como a criação de suínos, a criação de aves e a própria atividade leiteira, já que para o cultivo de fumo de galpão, são necessários menor número de máquinas e/ou equipamentos. De maneira geral, para realizar o cultivo de tabaco das variedades Burley e Comum, faz-se necessário um galpão para a secagem das plantas, uma piscina (construída pelo próprio fumicultor com tijolos ou madeira e lona) para o cultivo das mudas, as bandejas, a enfardadeira² e um pulverizador costal para a aplicação dos agrotóxicos.

A Tabela 8, ainda revela que embora os ex-fumicultores possuam em média maiores custos com CI e D, eles também apresentam valor médio de produção bruta levemente superior. Para melhor visualização das atividades que compõe a RA das famílias entrevistadas e seus respectivos pesos médios, e também comparar as diferenças existentes entre os meios de vida dos fumicultores e ex-fumicultores, faz-se menção a Figura 12.

² Caixa geralmente de madeira, podendo ser também de metal, utilizada para fazer os fardos de tabaco, após sua secagem e classificação.

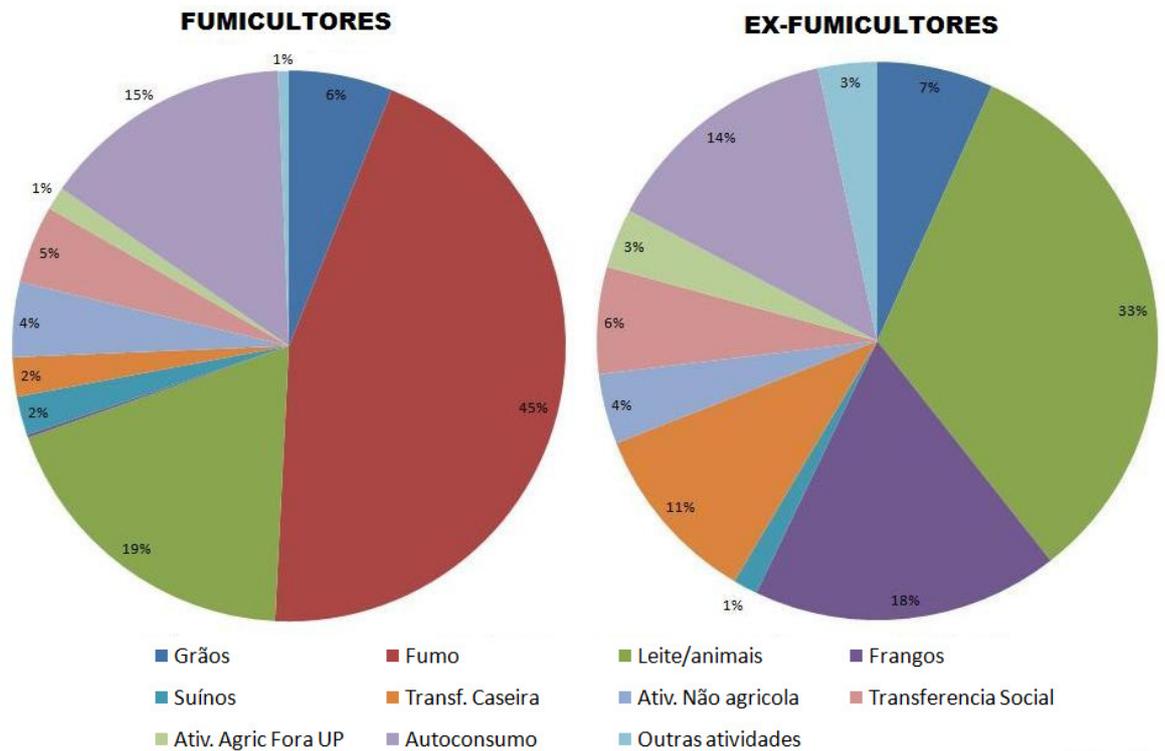


Figura 12 - Atividades que compõem a renda total dos fumicultores e ex-fumicultores e seus respectivos pesos.

Fonte: Elaborada pela autora.

É possível perceber que embora a área destinada para o cultivo do tabaco seja relativamente pequena, se comparado com as outras atividades, a cultura representa 45% da renda média total obtida pelos fumicultores, seguida pela produção de leite, somadas com a venda de vacas para descarte e terneiros (as) que representa 19% da renda total (RT). O autoconsumo, também calculado, representa a terceira maior renda média das propriedades dos fumicultores, com 15%. Observando as médias encontradas nos ex-fumicultores, percebe-se que há melhor distribuição do peso das diferentes rendas. Um dos fatores que auxiliam nesse comportamento se deve ao fato de se estar trabalhando com médias de várias diferentes estratégias de substituição ao cultivo do tabaco. Com exceção do autoconsumo e da atividade leiteira que está presente na grande maioria dos entrevistados, cada família ex-fumicultora ao longo de suas distintas trajetórias encontraram diferentes alternativas para substituir a cultura do tabaco, conferindo assim, na média geral melhor distribuição das atividades. Obviamente isso não significa que todas as propriedades realizem todas as atividades constantes no Figura 12.

A Tabela 9, apresenta as rendas, agrícola (RA) e não-agrícola (RNA) que compõe as UP's estudadas. Mostra que a RA, conforme dito anteriormente é maior entre os ex-fumicultores. Ressalta-se que a RA é obtida, subtraindo-se do valor declarado do produto bruto total (PB), o consumo intermediário (CI), a depreciação (D) e a distribuição do valor agregado (DVA). Assim sendo, embora os ex-fumicultores tenham maiores custos com CI e D, os mesmos possuem também maior PB, conferindo na média geral, RA superior a encontrada na média dos fumicultores.

Da mesma maneira, quando são somadas as demais rendas, aqui mencionadas como não-agrícolas, da qual fazem parte a renda obtida com as transferências sociais, com as atividades não agrícolas e as atividades agrícolas fora da UP, percebe-se que os ex-fumicultores também apresentam maiores somas e conseqüentemente maior RT. De maneira geral, as RNA apresentam-se como importante estratégia que as famílias encontraram para substituir o cultivo do tabaco e se manter viáveis em suas UP's. É notório salientar que os fumicultores também possuem atividades complementares a renda agrícola, uma vez que dos quatorze entrevistados, nenhum depende exclusivamente do cultivo do tabaco, embora essa seja a principal fonte de renda do orçamento familiar. Em geral, ocorre que as famílias buscam uma renda que lhes proporcione o pagamento das contas mais urgentes como a luz, o telefone e o supermercado, enquanto esperam pelo pagamento referente ao cultivo do tabaco.

Tabela 9 - Composição média das rendas agrícola e não agrícolas dos fumicultores e ex-fumicultores entrevistados.

Tipo de renda	Fumicultores		Ex-Fumicultores	
	Valor	Percentual	Valor	Percentual
Renda Agrícola	R\$ 25.007,37	82%	R\$ 25.469,47	76%
Renda Não Agrícola	R\$ 5.628,86	18%	R\$ 8.106,07	24%
Atív. Agric. Fora da UP	R\$ 735,71	13%	R\$ 2.037,14	25%
Atív. Não Agrícola	R\$ 2.396,00	43%	R\$ 2.408,93	30%
Transferências sociais	R\$ 2.497,14	44%	R\$ 3.660,00	45%

Fonte: Elaborada pela autora.

Chama a atenção o fato de que uma das alternativas encontradas por um grande número de ex-fumicultores para auxiliar na substituição do cultivo do tabaco foi a realização de atividades agrícolas fora de suas UP's. Conforme a tabela acima apresenta, enquanto para

os fumicultores, que demandam mais mão-de-obra para cultivar do tabaco, as atividades agrícolas realizadas fora das UP's correspondem a 13% do total da RNA, para os ex-fumicultores essa alternativa corresponde a 25%. Há no entanto, para os ex-fumicultores maior disponibilidade de tempo para a realização de atividades fora da UP, da mesma forma, que há a necessidade desses encontrar alternativas de renda que compensem o não cultivo do tabaco, na maioria das vezes, conforme verificou-se nesse estudo, muitas alternativas nas encontradas são nas rendas não agrícolas. Observa-se também significativa importância no que diz respeito ao peso que as transferências sociais exercem sobre a RNA, tanto dos fumicultores, quanto dos ex-fumicultores.

A Tabela 9 elucida que não há diferença expressiva entre a renda obtida pelos fumicultores e ex-fumicultores. Assim sendo, em média os ex-fumicultores têm conseguido manter um padrão econômico levemente superior quando comparado as rendas obtidas pelos fumicultores, evidenciando que é possível manter-se economicamente em pequenas propriedades mesmo não cultivando tabaco. De maneira geral, também se observou durante o estudo, que as famílias que ao modificar seus meios de vida, optaram por realizar atividades não agrícolas passaram por um processo de transição e substituição do cultivo do tabaco em tempo menor do que as famílias que optaram por substituir o cultivo do tabaco por outra atividade agrícola na UP.

A primeira hipótese que orienta esse estudo considera que o cultivo do fumo de galpão perde a atratividade e aos poucos é substituída quando os fumicultores encontram alternativas de renda agrícola e/ou não agrícola, compatíveis com suas necessidades. Partiu-se do pressuposto de que a partir do momento que os agricultores familiares têm a possibilidade de optar dentre várias alternativas de geração de renda, uma ou mais atividades para garantir a reprodução do seu meio de vida com qualidade, o cultivo do tabaco perde importância. No entanto, pelo exposto até aqui, esse estudo comprova, utilizando-se das médias dos entrevistados, que sob o ponto de vista econômico, não há justificativa para substituir o cultivo do tabaco. Conforme observado nas entrevistas, a opção por deixar de produzi-lo está relacionada a aspectos mais subjetivos do que a renda, como a falta de mão de obra familiar, a necessidade do uso freqüente de agrotóxicos, problemas de saúde, a falta de autonomia e decepção com a atividade.

Cabe salientar que o aspecto econômico pesa na decisão de por qual atividade substituir a produção de tabaco, no sentido das possibilidades financeiras, aliado ao prazer pela atividade alternativa, as características das UP's e a conjuntura global/local na época da decisão pela substituição.

Durante a realização das entrevistas com os fumicultores foi possível perceber que dentre as alternativas de substituição ao tabaco, muitos agricultores depositam no cultivo da soja a esperança de melhorar sua condição de vida. Levando em consideração que a maioria das propriedades entrevistadas possuem área inferior a 20ha e que e não possuem implementos agrícolas, pode-se pressupor que tal premissa é menos viável que o próprio cultivo do tabaco, e uma vez tomada tal decisão, o agricultor corre o risco de significativo prejuízo. Essa realidade percebida a campo permite questionamento com relação a: Quais culturas ou quais alternativas são realmente viáveis para a promoção de melhorias no meio de vidas dos agricultores familiares, quando leva-se em consideração aspectos que vão além do econômico? Nem o cultivo da soja, nem do tabaco são uma delas!

Observando os ex-fumicultores, percebe-se que as alternativas que apresentaram melhores resultados econômicos, referem-se às que atendem a nichos específicos de mercados, ainda pouco explorados na região, mas que não suportam grande número de famílias. As demais alternativas encontradas referem-se a produção de frangos e suínos em sistema de integração e atividades fora da UP, tanto agrícolas quanto não agrícolas. Essas alternativas permitem o ingresso de maior número de famílias, mas quando em sistema de integração, nem sempre apresentam os resultados esperados. Nesse sentido, percebeu-se que um dos fatores determinantes para o sucesso da mudança dos meios de vida é pensar e agir como agricultor familiar, compreendendo as limitações intrínsecas a mesma e superando-as conforme as particularidades e possibilidades de cada realidade.

Dessa maneira, mais importante do que optar por parar de cultivar tabaco é definir por qual ou quais atividades a família pretende substituí-lo. Não é tão simples quanto pode parecer, daí a importância da não existência de nenhuma alternativa mágica, e sim ações e iniciativas que facilitem os agricultores à expandir suas liberdades substantivas, conferindo maior nível de formação e informação, com acompanhamento técnico adequado, aliado ao já excelente sistema de acesso ao crédito. O agricultor com base na sua experiência, pontos fortes da UP e prazer pelo que faz é que deve se sentir capaz de decidir e encontrar caminhos alternativos de subsistência no campo. Sen (2000, p. 32) aponta para uma nova perspectiva de desenvolvimento, que considera as liberdades dos indivíduos os elementos constitutivos básicos. Assim, atenta-se particularmente para a expansão das “capacidades” (grifo do autor) das pessoas de levar o tipo de vida que elas valorizam – e com razão. O mesmo autor destaca que essas capacidades podem ser aumentadas via política pública, e também, por outro lado, a direção da política pública pode ser influenciada pelo uso efetivo das capacidades participativas do povo.

Com as atenções voltadas para as famílias que continuam produzindo tabaco, é notório que nem todos têm a possibilidade de modificar seu meio de vida, geralmente imobilizados pela privação de liberdades substantivas. Percebeu-se que, embora um pouco descontentes, alguns fumicultores não vislumbram mudanças em suas propriedades, muitas vezes por não se sentirem capazes de fazê-lo por conta própria. Por outro lado, foi possível encontrar aqueles que estão satisfeitos com o cultivo do mesmo e o fazem por escolha, com satisfação e sob seus olhares, com significativo retorno econômico.

Embora muitos tenham realizado modificações no seu sistema produtivo mesmo sem auxílio de agentes externos, essas modificações não são tão simples quanto parecem. São necessários muitos anos até que se realize a substituição do tabaco por outra atividade, e geralmente essas atividades contemplam pequenos nichos de mercado e que invariavelmente não comportam muitos fornecedores, como é no beneficiamento da produção artesanal e na venda de hortaliças, por exemplo. Empiricamente, foi possível observar que quando há auxílio de agentes externos, as mudanças nos meios de vida ocorrem com maior rapidez, do que quando o agricultor o faz por conta própria.

Outra particularidade com relação ao cultivo do tabaco, observada refere-se a especulação existente de acordo com a oferta e demanda. Observando essa lei de mercado, alguns agricultores que não possuem dívidas com as fumageiras, deixam de cultivar tabaco por uma safra, quando o preço pago pela arroba³ cai, geralmente retornando o cultivo na safra seguinte, quando melhoram os preços. Poucas são as atividades agrícolas que proporcionam essa maleabilidade e nenhuma das atividades que substituíram o cultivo do tabaco nas propriedades possui essa característica.

Foi possível perceber também, que os agricultores, de maneira geral têm uma racionalidade diferente do padrão economicista do sistema capitalista. Para esses agricultores, muitas vezes, além da utilização de pequeno espaço de terra, o cultivo do tabaco é de certa maneira cômodo, pois ao cultivá-lo, não é necessário sair da propriedade e nem utilizar-se de capital financeiro próprio para adquirir os insumos, além de receber acompanhamento técnico do plantio à classificação e ter garantida a comercialização. Assim sendo, torna-se favorável ao agricultor fornecer a mão de obra, nessas circunstâncias, barata, e não precisar preocupar-se com questões de mercado. Da mesma forma, para muitos agricultores, o fato de receber uma única soma resultante do trabalho do ano inteiro torna-se mais interessante do que receber cifras menores mensal ou trimestralmente, que exigiria da parte deste, maior planejamento

³ No Brasil, uma arroba pesa o equivalente a 15 kg.

para a realização de possíveis investimentos. Essas múltiplas racionalidades certamente são influenciadas por uma maior ou menor capacitação, escolaridade e oportunidades de modificar o meio em que vivem.

Por outro lado, tal comodidade tem seu preço e conforme observado em alguns relatos, geralmente há um descontentamento por parte dos agricultores com relação ao montante pago pelas fumageiras referente ao trabalho realizado no cultivo do tabaco. Um montante quase sempre razoável, mas que não paga todo o esmero e dedicação do cultivo à classificação, quando calculado a mão de obra empregada.

Focando nas estratégias que vem sendo realizadas pelos ex-fumicultores, chama a atenção o espaço e importância que a atividade leiteira está ocupando na economia das famílias, pois 50% dos entrevistados têm nessa atividade, uma das principais fontes de renda de suas UP's, sendo que quatro delas já são especializadas. As demais estratégias encontradas pelas famílias, como a produção de suínos ou aves em sistema de integração, ou a comercialização de produtos da transformação caseira, ou a produção e comercialização de hortaliças, o turismo rural ou até mesmo a produção de grãos, não apresentam o mesmo peso ou importância para os municípios estudados, mas certamente são fundamentais para a manutenção e reprodução dessas famílias no espaço rural.

Todas as atividades que substituíram o cultivo do tabaco possuem maior necessidade de infra-estrutura para viabilizar-se. Isso implica em parte na necessidade de realização de financiamentos, que incorrem em riscos que muitos fumicultores não se dispõem a correr e dessa maneira permanecem cultivando tabaco.

5.2 A DIVERSIFICAÇÃO E A SUSTENTABILIDADE DOS MEIOS DE VIDA

A segunda hipótese desse estudo é de que os ex-fumicultores apresentam maior diversidade de atividades geradoras de renda e melhores condições econômicas, sociais e ambientais em seus meios de vida se comparadas com a realidade vivida pelos fumicultores. De acordo com Ellis (2000) a diversificação dos meios de vida é definida como o processo em que as famílias rurais constroem diversas carteiras de atividades e apoio social compatíveis com seus esforços para sobreviver e para melhorar seus padrões de vida.

Em avaliações sob essa perspectiva é possível afirmar que há maior diversidade nas propriedades dos ex-fumicultores e dos fumicultores que pretendem parar de cultivar o

tabaco. Compreende-se que o cultivo de fumo de galpão, se comparado ao de estufa permite menor nível de especialização dos produtores, entretanto, não promove maior diversificação, a menos que o fumicultor esteja planejando substituir a atividade. Dessa forma, os fumicultores que apresentam maior índice de diversificação são aqueles que já possuem outras atividades justamente porque pretendem, num futuro breve, substituir o cultivo do tabaco, de outra forma, estes se mantem especializados na atividade.

Na busca por responder a tal suposição, optou-se por separar as famílias entrevistadas em diferentes categorias, de acordo com a diversificação da renda existente nas propriedades a fim de realizar comparações entre elas. Dessa forma, independente de serem ou não produtoras de tabaco, as quarenta e duas famílias foram divididas em três distintas categorias: a dos especializados, a dos diversificados e a dos que se encontram em transição, ou seja, não são nem especializados, nem diversificados.

Para a obtenção desses grupos, levou-se em consideração o índice de diversificação (ID) dos sistemas de produção, utilizado por Andrade (1995), para medir a desconcentração da renda familiar pela seguinte expressão: $ID = 1/\sum Fi^2$. Conforme Andrade, o Fi representa a fração da renda bruta total (ou margem bruta) proveniente da linha de exploração i ($i = 1, 2, \dots, n$, sendo n = número de explorações da propriedade). É válido destacar que, quanto mais próximo da unidade um estiver o resultado, este indica uma estratégia menos diversificada. Assim também, quanto maior a diferença entre as rendas da propriedade, menos equilibrado é o sistema, conferindo menor ID.

Para compor o ID, levou-se em consideração a renda bruta total dos estabelecimentos, aqui inclusas as atividades agrícolas, e não agrícolas, fora e dentro das UP's. Salienta-se que as transferências sociais, como aposentadorias, pensões e o programa bolsa família não compõem esse índice, uma vez que esses não são oriundos da força de trabalho e também porque quando excluídos do cálculo, os resultados foram mais condizentes com a realidade percebida a campo pela pesquisadora durante a realização das entrevistas. Dessa maneira, compõe o grupo dos especializados, as famílias que possuem apenas uma atividade como principal fonte de renda e ID igual ou inferior a 2,2, o que corresponde a um terço do maior ID encontrado entre os entrevistados. Na outra ponta, compõem o grupo das famílias diversificadas, as que apresentam ID igual ou superior a 3, valor correspondente a dois terços do maior ID encontrado entre os entrevistados. As demais famílias, com ID entre 2,3 a 2,9, compõem a categoria denominada como intermediária, onde para a apresentação do quadro 01, a seguir, levou-se em consideração as duas principais atividades que compõe a renda total da UP.

A divisão nas categorias possibilita compreender, mesmo que não totalmente, como o tabaco está inserido nas famílias e quais foram as alternativas encontradas pelos ex-fumicultores para substituírem a atividade. Dos quatorze fumicultores entrevistados, nenhum declarou viver apenas com a renda do cultivo do tabaco, porém observando o grupo dos especializados, nota-se a presença de cinco destes. Por outro lado, também nesse último grupo, se percebem famílias que ao deixar de cultivar o tabaco, concentraram suas forças e atenções em outra atividade específica. Isso não significa que essas famílias também não possuam outras fontes de renda, mas mostra a importância que uma principal atividade possui no orçamento familiar, pressupondo maior dependência e maiores riscos com frustração de safra, da mesma forma como ocorre com o cultivo do tabaco. É evidente que tais frustrações não incorrem nas famílias que se dedicam a agroindústria, mas é vital para os fumicultores e igualmente para os que possuem aviários, que via sistema de integração permanecem tal como antes, subjugados as vontades das empresas integradoras.

Família	ID	Atividades que realizam
FUMICULTORES DIVERSIFICADOS		
9	3,4	Grãos + Fumo + Autoconsumo + Leite
19	3,4	Fumo + Autoconsumo + Transformação caseira
26	3,0	Suínos + Autoconsumo + Fumo
42	3,4	Fumo + Atividade não agrícola + Autoconsumo
EX-FUMICULTORES DIVERSIFICADOS		
20	3,0	Aviário + Bovinocultura de leite + Autoconsumo
21	5,1	Autoconsumo + Atividade Não Agrícola + Bovinocultura de leite
23	3,4	Aviário + Bovinocultura de leite
25	5,2	Turismo Rural + Mandioca + Autoconsumo
29	5,0	Autoconsumo + Bovinocultura de Leite + Atividade Não Agrícola
30	3,4	Horticultura + Transformação Caseira + Autoconsumo
34	3,1	Atividade Não Agrícola + Bovinocultura de Leite + Autoconsumo
36	3,2	Atividade Não Agrícola + Grãos + Autoconsumo
40	3,2	Bovinocultura de leite + Atividade Não Agrícola + Autoconsumo
41	3,4	Bovinocultura de Leite + Transformação Caseira + Frangos
FUMICULTORES ESPECIALIZADOS		
5	1,9	Fumo
6	2,0	Fumo
8	2,2	Fumo
11	1,8	Fumo
12	1,6	Fumo
EX-FUMICULTORES ESPECIALIZADOS		
2	1,5	Aviário
3	1,5	Agroindústria
15	1,6	Bovinocultura de leite
16	1,3	Bovinocultura de leite
18	1,2	Bovinocultura de leite
24	2,0	Aviário
32	2,0	Bovinocultura de leite
43	2,2	Agroindústria
FUMICULTORES INTERMEDIÁRIOS		
7	2,3	Bovinocultura de leite + Fumo
10	2,6	Bovinocultura de leite + Fumo
13	2,8	Fumo + Bovinocultura de leite
14	2,7	Bovinocultura de leite + Atividade Não Agrícolas
22	2,8	Fumo + Autoconsumo
EX-FUMICULTORES INTERMEDIÁRIOS		
1	2,8	Agroindústria + Autoconsumo
4	2,5	Autoconsumo + Atividade Agrícola Fora da UP
17	2,8	Grãos + Aviário
28	2,8	Bovinocultura de leite + Autoconsumo
31	2,3	Atividade não Agrícolas + Bovinocultura de leite
33	2,4	Bovinocultura de leite + Autoconsumo
35	2,7	Grãos + Bovinocultura de Leite
37	2,7	Bovinocultura de leite + Aviário
38	2,0	Autoconsumo
39	2,6	Bovinocultura de leite + Engorda de Suínos

Quadro 1 - Classificação das famílias estudadas segundo índice de diversificação

Fonte: Elaborado pela autora.

Observando os fumicultores presentes na categoria dos agricultores intermediários, no Quadro 1, percebe-se que o cultivo do tabaco é a principal fonte de renda de dois dos cinco fumicultores entrevistados. Realizando essa mesma observação com a categoria dos agricultores diversificados, nota-se que a atividade é a principal fonte de renda de duas das quatro famílias do grupo. Considerando tais observações, somadas ao fato de que três destes quatro fumicultores declararam durante as entrevistas estarem trabalhando em suas propriedades com o intuito de parar de cultivar o tabaco, é possível afirmar que, no universo estudado, há efetivamente maior diversidade nas propriedades dos fumicultores que pretendem parar de cultivar o tabaco. Geralmente, a família que decide parar de cultivá-lo, com exceção de quando o é por motivos de saúde, planeja-se e ano após ano, vai diminuindo a quantidade de tabaco produzida, aumentando gradativamente as proporções da (s) atividade (s) que irá (ão) substituí-lo.

Esse tipo de comportamento não faz parte de uma “receita” ou regra geral de como deixar de cultivar tabaco, mas pôde ser observada em várias famílias estudadas. Reafirma-se que o cultivo de fumo de galpão se comparado ao fumo de estufa permite menor nível de especialização dos agricultores, contudo não promove maior diversificação. Dessa maneira, os fumicultores que apresentam maior ID são os que já possuem outras atividades porque pretendem, num futuro breve, substituir o cultivo do tabaco, , como ocorre com as famílias 19 e 26 que nesse ano realizaram as últimas safras e para o próximo ano pretendem continuar apenas com as demais atividades que já vem sendo realizadas na propriedade, e a 9 que após quitar a compra de um terreno recentemente adquirido, também pretende parar de cultivar tabaco.

Focando nas estratégias que vem sendo realizadas pelos ex-fumicultores, chama a atenção o espaço e a importância que a atividade leiteira está alcançando na economia destas famílias, pois 50% dos entrevistados têm, nessa atividade, uma das principais fontes de renda de suas UP's. Dentre estas famílias, quatro já são especializadas na atividade. As demais estratégias encontradas pelas famílias, como a produção de suínos ou de aves, em sistema de integração, ou a comercialização de produtos da transformação caseira ou ainda a produção e comercialização de hortaliças, o turismo rural ou até mesmo a produção de grãos, não apresentam o mesmo peso ou importância para os municípios estudados, mas certamente são fundamentais para a manutenção e reprodução dessas famílias no espaço rural.

É possível afirmar assim, que, entre os entrevistados, há maior diversidade nas UP's dos ex-fumicultores e dos fumicultores que pretendem parar de cultivar o tabaco, pois geralmente, nessas famílias, com exceção de quando o é por motivos de saúde, planeja-se e

ano após ano, vai-se diminuindo a quantidade de tabaco produzida, aumentando gradativamente as proporções da (s) atividade (s) que irá (ão) substituí-lo. A Figura 13 apresenta imagens de uma família que deixou de cultivar tabaco e encontrou na diversificação da UP uma maneira de se viabilizar no meio rural.



Figura 13 - Família ex-fumicultora diversificada, com a produção e comercialização de leite, de produtos da transformação caseira e de frangos caipiras.

Fonte: Arquivo da autora (jun. 2009).

Buscando ainda responder a segunda hipótese, no que se refere às melhorias das condições econômicas, sociais e ambientais que os ex-fumicultores possam apresentar, quando comparadas à realidade vivenciada pelos fumicultores, decidiu-se utilizar a metodologia desenvolvida pelo DFID denominada abordagem dos meios de vida. Essa abordagem tem seu foco principal nas pessoas que estão envolvidas no processo, uma vez que é pela ação delas que o seu meio é modificado. Busca ainda uma compreensão precisa e realista dos pontos fortes de cada grupo e dos esforços para transformar esses pontos em resultados positivos no que diz respeito aos seus meios de vida. Defende que nenhuma

categoria de recursos, de maneira isolada, é capaz de produzir os inúmeros e variados resultados que as pessoas buscam alcançar. Dessa maneira, a partir de uma visão sistêmica de seu meio, as pessoas envolvidas são levadas a buscar formas inovadoras de desenvolver e unir os recursos que possuem, para assegurar sua sobrevivência no meio rural, de maneira sustentável.

Com base nessa premissa o Comitê Consultivo sobre os Meios de Vida Rurais Sustentáveis desenvolveu o diagrama dos meios de vida sustentáveis, que conforme o DFID (BRITISH DEPARTMENT FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT, 1999, p. 1) é uma ferramenta que ajuda a compreender melhor a diversidade dos meios de vida, principalmente das populações mais carentes. Esse diagrama apresenta as principais variáveis que afetam o bem estar das pessoas, ou seja, o capital humano, o capital natural, o capital financeiro, o capital físico e o capital social. E além disso demonstra as relações mais comuns entre essas variáveis, podendo ser utilizado tanto no planejamento de novas atividades de desenvolvimento, como na avaliação da contribuição das atividades já em curso para a sustentabilidade dos meios de vida.

Em linhas gerais, o diagrama pode oferecer uma visão sistêmica das unidades de produção, com destaque para as questões mais relevantes, além de evidenciar as múltiplas interações entre as diversas variáveis que influenciam os meios de vida e, deste modo facilitar a realização de diagnósticos adequados à realidade local. A importância das interações existentes entre os capitais abordados no diagrama vem ao encontro dos argumentos de Sen (2000) quando este cita que a privação de liberdade econômica pode gerar a privação de liberdade social, assim como a privação de liberdade social ou política pode, da mesma forma, gerar a privação de liberdade econômica, ou seja, uma interagindo e influenciando a outra e vice-versa.

De acordo com o DFID (BRITISH DEPARTMENT FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT, 1999), o capital humano representa o conhecimento, as habilidades, a capacidade de trabalho e a boa saúde que, juntos, permitem às pessoas buscar diferentes estratégias de meios de vida e alcançar seus objetivos no que se refere aos mesmos. Para compor o capital humano buscou-se compreender, dentro das possibilidades desse estudo, as questões relacionadas aos acessos, à saúde, à educação, à formação, à informação, ao transporte e à comunicação, bem como sobre a mão de obra familiar disponível na propriedade e a situação de vida das famílias observada pelas questões de condição de moradia, ano de construção da casa, tamanho da casa, estado atual, localização do banheiro, condições de esgoto, se há forro, luz, água. Além da presença de horta e pomar e a

diversidade dos mesmos, a quantidade de eletrodomésticos e o recebimento ou não de benefícios governamentais. Esses parâmetros receberam pesos de zero a dois, conforme especificado no apêndice B,⁴ e posteriormente atribuiu-se um ponto para cada fração de 10% da maior soma encontrada entre os entrevistados, que nesse estudo correspondeu a 44 pontos.

Para a composição do capital social, segundo o DFID (BRITISH DEPARTMENT FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT, 1999) levam-se em consideração os recursos sociais utilizados pelas pessoas para alcançar seus objetivos no que se refere aos meios de vida. Esses recursos são desenvolvidos por meio de redes e conexões entre indivíduos com interesses comuns, que fortaleçam a confiança das pessoas e sua capacidade de trabalhar em conjunto e ampliar o acesso a instituições mais representativas, tais como, organizações políticas ou entidades civis. Ou ainda a filiação a grupos organizados (associações, sindicatos, cooperativas, etc.), bem como relações de confiança, intercâmbio e troca que possibilitem a cooperação, reduzam os custos das transações e ofereçam bases para redes de segurança informais entre as pessoas carentes. Neste sentido, para fins de estudo, a composição do capital social, envolveu a inserção nas redes de organização, verificando a participação nas organizações da comunidade (meio rural) e da cidade (meio urbano). Para tanto foram observadas a participação, a filiação e a pertença a cargos em diretorias das organizações religiosas, associações da comunidade e da cidade, clube de mães e sindicatos, bem como o acesso ao lazer. Conforme apresentado no apêndice B, somou-se um ponto para cada afirmação de participação e posteriormente atribuiu-se um ponto para cada fração de 10% da maior soma encontrada, que nesse estudo foi 14 pontos.

O capital natural, conforme descrito pelo DFID (BRITISH DEPARTMENT FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT, 1999) é o termo utilizado para referir-se a reserva de recursos naturais de onde se originam os recursos e os benefícios úteis aos meios de vida. Dessa maneira para esse estudo, teve-se como critério a origem e utilização da água que abastece a UP, a presença de nascentes aliada a existência ou não de proteção natural (área de preservação permanente) e artificial (proteção de fontes). Da mesma maneira, verificaram-se os métodos de conservação dos solos, a realização ou não de cultivo em áreas declivosas, a realização de rotação de cultura, queimadas, adubação verde, adubação orgânica, plantio direto e a existência ou não de erosão. Também foram analisadas questões inerentes a mata existente nas UP's (reserva legal) e os aspectos sanitários das mesmas observando se havia a realização de reflorestamento, bem como, quais espécies foram utilizadas; a realização ou não

⁴ Os parâmetros e pesos apresentados neste apêndice se baseiam no estudo realizado por Corona (2006).

de agroflorestas; o uso da madeira própria nas propriedades e a porcentagem correspondente de mata, em relação a área total da propriedade, o destino do lixo orgânico e não orgânico e o tipo de produção da propriedade, classificada em orgânica/agroecológica ou convencional. Para realizar a pontuação utilizaram-se os parâmetros constantes no apêndice B e posteriormente, como feito para os capitais acima detalhados, atribui-se um ponto para cada fração de 10% da maior soma encontrada, que nessa circunstância foi de 29 pontos.

Referindo-se ao capital físico, o DFID (BRITISH DEPARTMENT FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT, 1999) compreende a infra-estrutura básica e os bens de produção necessários para apoiar os meios de vida. Destaca-se que muitas avaliações participativas sobre a pobreza chegaram à conclusão de que a ausência de determinados tipos de infra-estrutura é a dimensão mais profunda da pobreza. Para a composição desse capital no estudo em questão, levou-se em consideração o capital imobilizado total, dividido pela superfície de área agrícola, atribuindo-se um ponto para cada fração de 10% do maior valor encontrado entre os entrevistados, que correspondeu a R\$79.756,46.

O quinto capital, denominado financeiro, representa segundo o DFID (BRITISH DEPARTMENT FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT, 1999) os recursos financeiros que as pessoas usam para atingir seus objetivos de meios de vida. Porém esta definição não é consistente no sentido econômico do termo, uma vez que ela abrange tanto fluxos quanto reservas e pode servir tanto ao consumo como à produção. No que tange a este estudo, o capital financeiro foi avaliado conforme o acesso e realização de financiamentos, o índice de diversificação e as estratégias realizadas quando há frustração de safra, atribuindo-se pontos conforme o especificado no apêndice B. Também para compor esse capital foi utilizada a taxa de lucro total; o VAB/UTH; a RT/UTHf e o KD/SAU, sendo que nessas variáveis, inicialmente atribuiu-se um ponto para cada fração de 10% do maior valor encontrado entre os entrevistados, para cada variável separadamente, a fim de posteriormente permitir somar com as demais variáveis. Dessa maneira, o maior valor encontrado na taxa de lucro total foi de R\$141.043,20. Já para o VAB/UTH foi R\$76.356,25; para a RT/UTHf foi R\$99.110,81 e para o KD/SAU foi de R\$58.168,78. Por fim, atribuiu-se um ponto para cada fração de 10% da maior pontuação encontrada, neste caso, foi 29 pontos.

Com base na descrição acima, foi possível obter uma noção bastante próxima da realidade vivenciada por cada família entrevistada. A Figura 14 apresenta o diagrama elaborado a partir das médias encontradas separadamente, entre os fumicultores e os ex-fumicultores entrevistados. Salienta-se que o ponto central do pentágono, onde as linhas se encontram, representa acesso zero aos recursos, enquanto o perímetro externo representa

acesso máximo aos recursos. Dessa maneira, quanto maior é a área do pentágono, melhores são as condições do meio de vida avaliado.

É importante salientar que a construção do diagrama, é fundamental respeitar a seqüência dos capitais para a formação do pentágono. Para isso utilizou-se o modelo elaborado pelo DFID (BRITISH DEPARTMENT FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT, 1999).

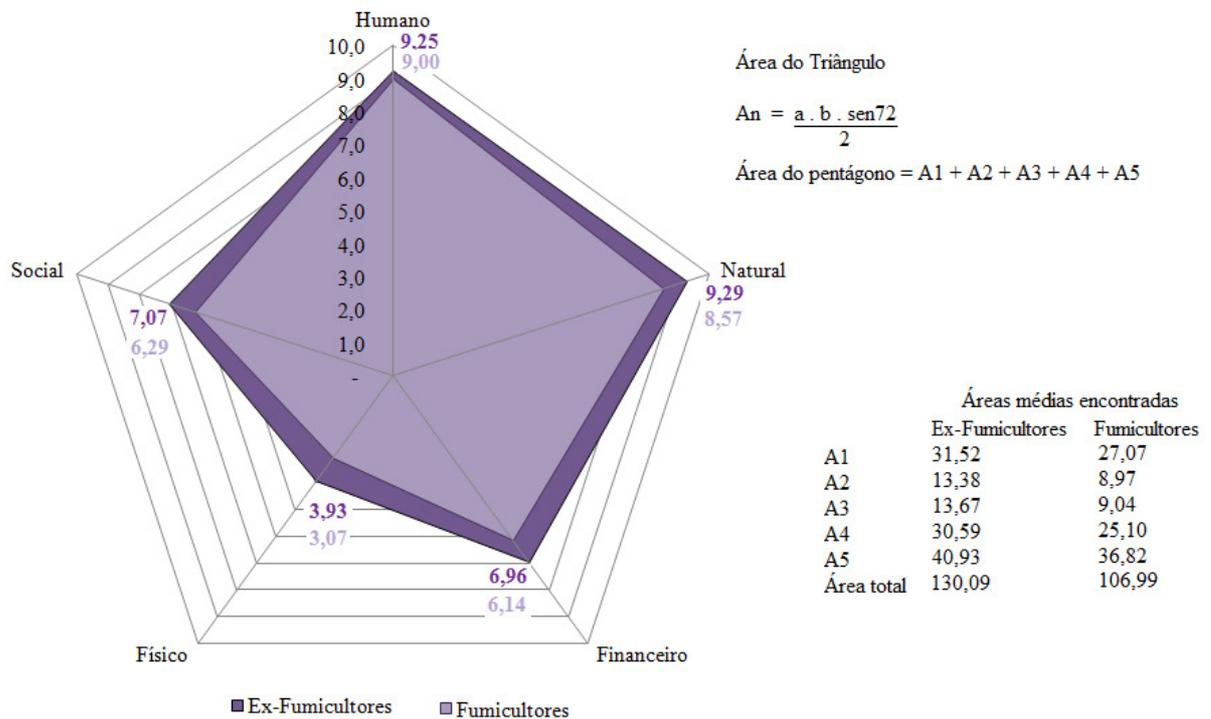


Figura 14 - Diagrama de confecção do índice de sustentabilidade dos fumicultores e ex-fumicultores

Fonte: Elaborada pela autora.

Na Figura 14, é possível observar as médias dos cinco capitais descritos para os fumicultores e ex-fumicultores entrevistados, separadamente, em escala de zero a dez. Em todos os aspectos apresentados os ex-fumicultores possuem valores superiores aos encontrados pelos fumicultores. Isto pode ser comprovado pelos valores referentes ao capital humano, 9,25 para os ex-fumicultores e 9,00 para os fumicultores; para o capital natural 9,29 e 8,57, para o capital social 7,07 e 6,29 e para o capital financeiro, 6,96 e 6,14. O capital físico, foi o que apresentou a maior diferença entre os capitais 3,93 e 3,07, reforçando a

afirmação já feita, de que, nesse estudo, em todas as atividades que substituíram o cultivo do tabaco existe maior necessidade de infra-estrutura para viabilizá-las. Isso implica, em parte, na necessidade de realização de financiamentos, que incorrem em riscos que muitos fumicultores não se dispõem a correr e, dessa maneira, a permanecerem cultivando tabaco.

Com base nos valores descritos, conseqüentemente percebe-se que, na média, a área total do diagrama dos ex-fumicultores entrevistados é superior (130,09) ao encontrado na média dos fumicultores (106,99).

Para melhor compreensão da realidade individual de cada unidade familiar envolvida nesse estudo, apresenta-se na Figura 15, a localização de cada um, conforme o IS de cada família em relação aos demais entrevistados. O índice apresentado por cada família está baseado na área total encontrada no pentágono, desenvolvido individualmente para a composição das médias dos cinco capitais: Humano, Natural, Financeiro, Físico e Social. Para compor o índice que varia de três a dez, atribuí-se um ponto para cada fração de 10% do maior valor de sustentabilidade encontrado.

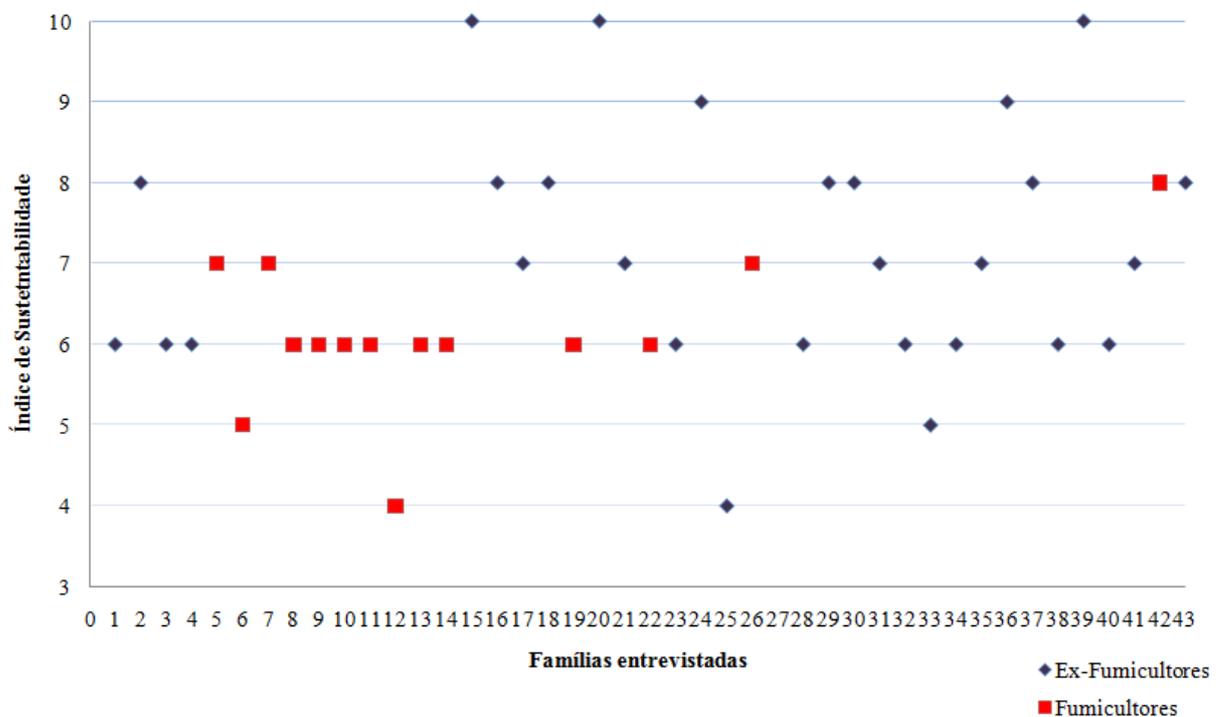


Figura 15 - Índice de sustentabilidade dos ex-fumicultores e fumicultores

Fonte: Elaborada pela autora.

Observando a Figura 15, que apresenta a disposição de cada família em relação ao IS é possível perceber que dois fumicultores (Famílias 6 e 12) e dois ex-fumicultores (Famílias 25 e 33) apresentam IS inferior a seis. A família 6 atualmente trabalha apenas no cultivo do tabaco, mas conforme declarado durante a entrevista pretende, ao poucos, substituir essa atividade pela produção de leite, auxiliada pela futura aposentadoria do responsável pela UP. Já a Família 12, não possui terra própria, por isso arrenda todos os anos 2,4 ha para cultivar o tabaco e tanto responsável quanto cônjuge trabalham fora da UP, em atividades agrícola e não agrícola respectivamente para auxiliar nas despesas da casa. O entrevistado 25 é solteiro e há alguns anos transformou sua propriedade em área de turismo rural e se declarou contente com a nova atividade. No que diz respeito à Família 33, esta é composta pelo pai já aposentado e um filho solteiro e atualmente trabalham com produção de mandioca e criação de gado de corte.

Percebe-se, no entanto, que a maioria dos fumicultores entrevistados alcançaram índice igual a 6 e apenas um alcançou índice igual a 8. Essa família, que no estudo corresponde ao número 42, cultiva tabaco há 28 anos, possui significativa participação na sociedade, conta com renda oriunda de trabalho fora da UP e também com mão de obra familiar que desempenha as atividades agrícolas no estabelecimento, excluindo a necessidade de contratação de mão de obra externa.

Com relação aos ex-fumicultores, percebe-se que a maioria se encontra com IS igual ou superior a 7, sendo que três (15, 20 e 39) apresentaram índice igual a dez. A família 15 substituiu a fumicultura pela produção de leite há seis anos e encontrou outra importante fonte de renda na piscicultura. A família 20 transformou o galpão de fumo em aviário para produção de frangos em sistema de integração há cinco anos e atualmente está aumentando a produção de leite existente na propriedade e faz planos de ainda aumentar o aviário. A família 39, em razão de problemas por intoxicação com agrotóxicos durante o cultivo do tabaco viu-se obrigada a parar com a atividade e atualmente cria suínos em sistema de integração e também produz leite para a venda.

Em linhas gerais, os resultados apresentados nesse trabalho evidenciam que os agricultores que deixaram de produzir tabaco, em média mantiveram condições econômicas muito semelhantes ao declarado pelos fumicultores. Da mesma forma, em média, os ex-fumicultores mostram ID e IS também superiores. Esses resultados permitem questionar a afirmação na qual se alega que não há alternativas que possam competir com a produção de fumo, principalmente quando levado em consideração os aspectos econômicos e a área de

terra das UP's. De maneira geral, os resultados apresentados vêm ao encontro das declarações das famílias nas entrevistas.

Esse estudo buscou elucidar os fatores que influenciam na opção dos agricultores familiares em produzir e deixar de produzir tabaco, bem como a implicação desta escolha, em seus sistemas de produção. Os resultados apresentados cumpriram tal objetivo, tendo sido possível maior aproximação da realidade vivenciada pelos fumicultores e os agricultores que substituíram o cultivo do tabaco por atividades alternativas. Cabe ressaltar, que embora o número de entrevistados seja reduzido, decidiu-se por parar de realizar entrevistas, somente a partir do momento que as estratégias de substituição e experiências vivenciadas com o cultivo do tabaco começaram a tornar-se repetitivas, assim esse estudo pode ser considerado como um retrato da realidade encontrada nos municípios de Capanema e Planalto.

Embora essa pesquisa possua algumas limitações, a mesma permite refletir sobre a realidade vivenciada por muitos fumicultores tanto em nível local quanto mundial, bem como as mais diversas alternativas que vem sendo encontradas, pelos mais variados motivos, e que vem permitindo a manutenção e reprodução de muitas famílias que deixam de cultivar tabaco.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Algumas experiências profissionais até aqui vivenciadas pela autora desse estudo, proporcionaram a oportunidade de conhecer mais a fundo, projetos financiados por instituições governamentais, que visam promover o desenvolvimento rural sustentável e a melhoria das condições de vida de famílias rurais. Em geral os projetos apresentavam características muito próximas do que pessoalmente vislumbrava-se ser uma boa iniciativa prática para a realização do desenvolvimento rural sustentável. No entanto percebe-se que muito do que há escrito nos papéis, permanece nos papéis, e os objetivos e expectativas correspondentes aos projetos vão esmaecendo com as adversidades. Neste contexto, a pertinência de estudar as alternativas que os agricultores ex-fumicultores encontraram para substituir o cultivo do tabaco dá-se em princípio, em função da necessidade de fortalecer os meios que levam os próprios agricultores a encontrar alternativas compatíveis com sua realidade e necessidade, a fim de modificar e melhorar sua própria realidade.

O artigo 17 da CQCT busca alternativas economicamente viáveis ao cultivo do tabaco. Na tentativa de cumprir esse artigo, várias iniciativas estão sendo realizadas e entre elas, o financiamento de projetos que visam substituir o cultivo do tabaco, em moldes semelhantes ao projeto que a autora desse estudo já teve oportunidade de participar. Esse caminho parece render poucos frutos, se levado em consideração toda a estrutura, pessoal envolvido e valor econômico aplicado, quando observado os resultados obtidos. Em projetos desse caráter, são muitos fatores, interesses e pessoas envolvidas e pelos mais variados motivos, os agricultores nem sempre recebem o acompanhamento devido, e quando finda o projeto, muitas vezes o agricultor não consegue dar seqüência ao trabalho individualmente. Diante do exposto, o que pode fazer o Governo diante do preocupante cenário da fumicultura no Brasil?

Parece um bom caminho, porém de longo prazo, a construção de meios que permitam a expansão das liberdades substantivas dos indivíduos, via capacitação técnica, formação política, aumento dos níveis de escolaridade facilitando o acesso à informação. Certamente muitas ações já vêm sendo realizadas nesse sentido, não só especificamente com relação aos fumicultores ou ex-fumicultores, mas para o meio rural como um todo. Nesse sentido, mesmo sem ter sido esse o interesse do estudo aqui apresentado, a mesma apresenta agricultores, que descontentes com o meio de vida que possuíam, muitas vezes, de maneira isolada, praticamente sem o auxílio de agentes externos realizaram a mudança, optando por outra

atividade, conforme a capacidade da propriedade, e a satisfação e prazer da família, construindo assim um belo meio para crescer e se desenvolver.

Percebeu-se durante a realização desse estudo, a necessidade de aprofundar não só as estratégias de favorecer alternativas aos fumicultores de substituir a cultura do tabaco. Há também a necessidade de aprofundar pesquisas referentes aos prejuízos com relação a saúde não apenas de quem consome, mas de quem o cultiva. Da mesma forma, torna-se válido a divulgação das diversas experiências oriundas da substituição do cultivo do tabaco por alternativas agrícolas que favoreçam a melhoria dos meios de vida das muitas famílias do país. Espera-se que um dia o agricultor também possa ter a opção de plantar ou não o tabaco, conforme sua satisfação e aspirações e não por necessidade ou falta de escolha, tal qual como temos a liberdade de escolher pela opção entre fumar ou não fumar. Porém, certamente enquanto houver alguém que consome o tabaco, continuará havendo alguém que o planta!

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. **Reconstruindo a agricultura**: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1995.

ALTIERI, M. A.; MASERA, O. Desenvolvimento rural sustentável na América Latina: construindo de baixo para cima. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (Org.). **Reconstruindo a agricultura**: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

ANDRADE, J.G. **Introdução em administração rural**. Lavras: ESAL/FAEPE. 1995.

ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS, ORIENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA RURAL. **Quem somos**. 2009. Disponível em: < http://assesoar.org.br/?page_id=25>. Acesso em: 08 fev. 2009.

ASSOCIAÇÃO DOS FUMICULTORES DO BRASIL. **Fumicultura Mundial**. Disponível em: < http://www.afubra.com.br/principal.php?acao=conteudo&u_id=1&i_id=1&menus_site_id=303>. Acesso em: 13 fev. 2009.

_____. **Fumicultura Sul Brasileira e a distribuição fundiária**. Disponível em: <http://www.afubra.com.br/principal.php?acao=conteudo&u_id=1&i_id=1&menus_site_id=18>. Acesso em: 13 fev. 2009.

_____. **Fumicultura Sul Brasileira**: Informações gerais. Disponível em: <<http://www.afubra.com.br/principal.php>>. Acesso em: 13 fev. 2009.

_____. **Maiores Produtores Mundiais**. Disponível em: <http://www.afubra.com.br/principal.php?acao=conteudo&u_id=1&i_id=1&menus_site_id=303>. Acesso em: 13 fev. 2009.

BATTISTI, E. As disputas pela terra no Sudoeste do Paraná: os conflitos fundiários dos anos 50 e 80 do século XX. **Campo-Território**, v. 1, n. 2, p. 65-91, ago. 2006.

BOEIRA, S. L.; GUIVANT, J. S. Indústria de tabaco, tabagismo e meio ambiente: as rendas ante os riscos. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, DF, v. 20, n. 1, p. 45-78, jan./abr. 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Instituto Nacional de Câncer. **A ratificação da convenção-quadro para o controle do tabaco pelo Brasil: mitos e verdades**. Brasília, DF: INCA, 2004. Disponível em: <http://www.inca.gov.br/tabagismo/cquadro3/mitos_verdades.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2010.

BRITISH DEPARTMENT FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT. Institute of Development Studies. **Manual de orientação sobre meios de vida sustentáveis**. Brighton, 1999. Disponível em: <http://www.livelihoods.org/info/info_guidancesheets.html>. Acesso em: 24 mar. 2006.

CAPANEMA. Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte. **Histórico do município de Capanema**, 2005. Mimeo.

CARVALHO, L. Tabaco e morfologia: doenças pulmonares. **Revista Portuguesa de Pneumologia**, v. 13, n. 3, p. 383-389, 2007.

CAVALCANTE, T.; PINTO, M. **Considerações sobre tabaco e pobreza no Brasil: consumo e produção de tabaco**. Disponível em: <[http://www.inca.gov.br/tabagismo/Publicacoes /tabaco_pobreza.pdf](http://www.inca.gov.br/tabagismo/Publicacoes/tabaco_pobreza.pdf)>. Acesso em: 12 dez. 2008.

CHAMBERS, R.; CONWAY, G. R. Sustainable rural livelihoods: practical concepts for the 21st century. **IDS Discussion Paper**, Brighton, UK, n. 296. p. 1-33, 1992.

COALITION QUÉBÉCOISE POUR LE CONTRÔLE DU TABAC. **Doações da indústria do tabaco: aceitar dinheiro da indústria de tabaco ajuda a vender mais cigarros e custa mais vidas**. Rio de Janeiro: REDEH; Fundação Biblioteca Nacional, 2005.

CORONA, H. M. P. **A reprodução social da agricultura familiar na região metropolitana de Curitiba em suas múltiplas interrelações**. 2006. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS RURAIS. **A fomicultura e a Convenção-Quadro: Desafios para a Diversificação**. Curitiba: 2009. 50p.

ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

ELLIS, F.; FREEMAN, H. A. **Rural livelihoods and poverty reduction policies**. London: Routledge, 2005.

ETGES, V. E. et al. **Impacto da cultura do tabaco no ecossistema e na saúde humana da região de Santa Cruz do Sul/RS**. Santa Cruz do Sul, RS: Unisc, 2002. Disponível em: <<http://galileu.globo.com/edic/133/agro1.doc>>. Acesso em: 13 fev. 2010.

FALK, J. W. et al. Suicídio e doença mental em Venâncio Aires (RS): conseqüência do uso de agrotóxicos organofosforados? In: RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. **Relatório Preliminar de Pesquisa**. Porto Alegre: Comissão de Direitos Humanos, 1996.

FERNANDES FILHO, J. F.; CAMPOS, F. R. A indústria rural no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, DF, v. 41, n. 4, p. 859-880, nov./dez. 2003.

FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário eletrônico Aurélio da língua portuguesa**. Edição eletrônica autorizada à Positivo Informática. Versão 5.0. 2004. 1 CD-ROM.

IANNI, O. **A era do globalismo**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

INSTITUTO AGRONOMICO DO PARANÁ. **Médias Históricas em Estações do Iapar**. 2009. Disponível em: <http://www.iapar.br/arquivos/Image/monitoramento/Medias_Historicas/Planalto.htm>. Acesso em: 15 fev. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 1995/96**. Rio de Janeiro: IBGE, 1998. 1 CD-ROM.

_____. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 10 jan. 2009a.

_____. **Produção Agrícola Municipal**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/>>. Acesso em: 10 jan. 2009b.

KRÜGER, N. **Sudoeste do Paraná: história de bravura, trabalho e fé**. Impressão: Gráfica Posigraf, 2004. 300p.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1996.

LIMA, A. J. P. et al. **Administração da unidade de produção familiar**: modalidades de trabalho com agricultores. Ijuí: Unijuí, 1995.

LONG, N.; PLOEG, J. D. Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure. In: BOOTH, D. **Rethinking Social Development theory, research and practice**. England: Longman Scientific & Technical, 1994. p. 62-90.

MARTINEZ, A. E. T.; SILVERIO, K. G.; ROSSA JUNIOR, C. Efeito da nicotina na viabilidade e morfologia de fibroblastos: estudo *in vitro*. **Pesquisa Odontológica Brasileira**, v. 16, n. 3, p. 234-238, 2002.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista de Estudos Avançados**, São Paulo, v. 16, n. 43, set./dez. 2001.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. **Decisión FCTC/COP1 (17), de 9 de mayo de 2007**. Asuntos señalados en decisiones adoptadas por la Conferencia de las partes que requieren la adopción de medidas en el intervalo entre sus reuniones primera y segunda: establecimiento de un grupo de estudio sobre cultivos alternativos.

PARANÁ. Secretaria da Agricultura do Paraná. Departamento de Economia Rural. **Agropecuária**: Estatísticas: Tabela dinâmica de produção por município. 2009. Disponível em: <<http://www.seab.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=137>>. Acesso em: 15 mar. 2009.

PERIN, L. et al. **Agricultura familiar na Região Sudoeste do Paraná**. Londrina: Iapar/Emater, 2001.

PERONDI, M. A. **As estratégias de reprodução de sítiantes no oeste de Minas Gerais e de colonos no sudoeste do Paraná**. 166 f. 1999. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, MG, 1999.

PERONDI, M. A.; SCHNLEIDER, S.; BONATO, A. A. Metodologia para avaliar a diversificação da produção em áreas cultivadas com tabaco. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA E ECONOMIA RURAL, XXXVIII, 2008, Rio Branco. **Anais...** Rio Branco: Abepro, 2008. 1 CD-ROM.

PLOEG, J. D. **Labor, markets, and agricultural production**. Boulder: Westview Press, 1990.

- RETRATO do controle do tabagismo no Brasil. **Rede Câncer**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 14-20, set. 2008.
- RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- SACHS, I. Environment and styles of development. In: MATTHEWS, B. (Org.). **Outer limits and human needs**. Uppsala: Dag-Hammarskjöld Foundation, 1976.
- SAMS, J. **As cartas do cachimbo sagrado: a descoberta do ser através dos ensinamentos dos índios norte-americanos**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, nº11. P 88-125. jan./jun. 2004.
- SCHOENHALS, M.; FOLLADOR, A. C.; SILVA, C. Análise dos impactos da fumicultura sobre o meio ambiente, à saúde dos fumicultores e iniciativas de gestão ambiental na indústria do tabaco. **Engenharia Ambiental**, Espírito Santo do Pinhal, v. 6, n. 2, p. 16-37, maio/ago. 2009.
- SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- _____. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SINDICATO DA INDÚSTRIA DO TABACO. **Sobre o setor**. 2008. Disponível em: <www.sindifumo.com.br/>. Acesso em: 10 mar. 2009.
- VARGAS, M. A.; BONATO, A. Cultivo do tabaco, agricultura familiar e estratégias de diversificação no Brasil. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Cultivo do Tabaco**. 2007. Estudo contratado pelo governo federal e encaminhado como Nota Técnica à segunda seção da conferência das partes (COP2) da Convenção, Quadro da Bangkok.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Tobacco & health in the developing world: a background paper for the high level round table on tobacco control and development policy**. Brussels: European Commission; World Health Organization; World Bank, Feb. 2002.

APENDICE A – Instrumento de coleta de dados

(Formulário utilizado nas entrevistas)

I – IDENTIFICAÇÃO
 1.1) Comunidade: _____ Capanema () Planalto () Nº Questionário _____
 1.2) Nome do responsável pelo estabelecimento _____ Data entrevista: ____/____/____
 1.3) Tem outros domicílios no estabelecimento: sim () não () Quem () [(1) Filho, (2) Filha, (3) Pais/Sogro, (4) Genro/nora, (5) Irmãos, (6) Empregados/Casos, (7) Outros]
 1.4) Quanto tempo a família reside nessa propriedade: _____ Telefone: _____
 1.5) Título da propriedade é: do responsável () dos pais do responsável () dos pais do cônjuge () não têm título ()

II - CARACTERIZAÇÃO DA FAMÍLIA

Membros/Idade	Grau Parentesco	3) Idade	4) Escolaridade	5) Residência	6) Tempo de trabalho	7) Atividades agrícolas dentro da propriedade		8) Em atividades fora da UP**		9) Atividades para-agrícolas*		10) Nas Demais atividades			11) Remuneração reais (R\$)ês	8) Atividades agrícolas: envolvem a participação direta na produção animal e vegetal. 9) Envolvem a transformação, beneficiamento e processamento de produtos de origem animal ou vegetal, visando a agregação de valor. Sector (A): (1) indústria; (2) comércio; (3) serviços auxiliares (veterinário, técnico, advogado); (4) construção civil; (5) transf. Artesanal; (6) serviço público; (7) serviços pessoais (jardineiro, empregada doméstica); (8) outro. Loc. B: (1) No domicílio; (2) no domicílio de vizinhos; (3) na própria unidade de processamento; (4) Na unidade de processamento coletivo; (5) Na unidade de processamento de terceiros; (6) outro local. Loc. C: (1) No domicílio ou na UP; (2) Na localidade/comunidade onde reside; (3) No centro urbano do próprio município; (4) Em outro município;
						Nº dias ou média	Nº dias	Loc. (C)	Nº dias	Loc. (B)	Nº dias	Loc. (B)	Loc. (B)	Loc. (A)		
1			/ /													
2			/ /													
3			/ /													
4			/ /													
5			/ /													
6			/ /													
7			/ /													
8			/ /													
9			/ /													
10			/ /													
11			/ /													

[2] (1) Responsável, (2) Cônjuge, (3) Filho, (4) Filha, (5) Pais/Sogro, (6) Pais, (7) Irmãos, (8) Netos, (9) outros
 [4.1] 1. Sem escolaridade; 2. Ensino fundamental da escola pública; 3. Ensino fundamental da escola privada; 4. Ensino Médio da escola pública; 5. Ensino Médio da escola privada; 6. Ensino Médio da escola privada; 7. Ensino superior público; 8. Ensino superior privado; 9. Escola Familiar Rural. 10. Alfabetização jovem e adultos;
 4.2) Situação atual [(1): não estudando]; [(2): estudando]; 4.3) Escolaridade: [(1) completo (2) incompleto].

[5] Residência: (1) no estabelecimento; (2) no meio rural; (1) da comunidade; (2) do município; (3) da região; (4) outros; (3) no meio urbano: (1) do município; (2) da região;

[6] (1) Tempo integral na UP; (2) Trabalha fora e dentro da UP; (3) Na UP + Trab. doméstico; (4) Na UP + Estuda; (5) Tempo integral fora da UP; (6) Só doméstico; (7) Só estuda; (8) Aposentado que auxilia parcialmente; (9) Aposentado que não realiza atividades produtivas; (10) Deficiente ou inválido;

2.2) Quem toma as decisões, referentes a produção: () Pai () mãe () pai e mãe () filhos () pai, mãe e filhos

2.3) Utilização da mão-de-obra (Parte 1)

- 1) Troca de dias: 1. sim () 2. não (). Quantidade de dias/ano ()
 2) Participa de mutirão 1. sim () 2. não () Número de Pessoas/ano ()

III. CONDIÇÃO DO DOMICÍLIO

3.1) Condições da moradia

- () Madeira () Alvenaria () Mista
 Ano de construção da casa _____
 - Tamanho da casa _____
 - Estado atual: () Bom () Razoável () Ruim
 - Possui forro: () Sim () Não
 - Banheiro: () Externo () Interno
 - Esgoto: () Fossa negra () Rede () Vala, sanga
 - Água: () Poço/vertente individual () Poço coletivo comunidade () Rede pública
 A água é Encanada sim () não ()
 - Luz elétrica () Sim () Não
 - Destino lixo orgânico:
 () Enterra () Céu aberto/vala () Compostagem/adubo () Coleta pública
 - Destino lixo não orgânico doméstico:
 () Enterra () Queima () Coleta pública () Leva para a cidade

3.2) Veículos e equipamentos domésticos

Tipo	Quantidade
Geladeira	
Freezer	
Fogão a gás	
Forno elétrico	
Microondas	
Chuveiro elétrico	
Máq. lavar roupas	
Tanquinho	
TV	

Tipo	Quantidade
Rádio	
Linha de Tel. Fixo	
Celular	
Internet	
Microcomputador	
Bicicleta	
Moto	
Carro	

IV. ACESSO AOS SERVIÇOS

4.1 Saúde

4.1.1. Que doenças ou sintomas de doenças relacionados ao trabalho agrícola a família sofreu?

Quem?	Doença ou Sintoma	Causa / Motivo	Atitude tomada	Ano

(1) Marido (2) Esposa (3) Filho (4) Filha (5) sogro(a)

4.1.2. Quando precisa de assistência tem sido atendido no (a):

1. Posto público: sim () não (); na comunidade: sim () não (); na cidade: sim () não (); da região: sim () não ();
 2. Clínicas médicas particulares: sim () não (); do município: sim () não (); da região: sim () não ();
 3. Hospital pelo SUS: sim (), não (); do município: sim () não ()
 4. Hospital particular: sim (), não (); do município: sim () não (); da região/estado: sim () não ();
 5. Plano de Saúde: sim () não ()
 6. Dentistas na saúde pública: sim () não ()
 11. Dentistas particulares sim () não ()
 12. Assistência à saúde pelo sindicato: sim () não ()
 13. Farmácia: sim () não ()
 14. Outros _____

4.1.3. Têm fumantes na família? () sim () não. Se sim, quem? _____
 (1) Marido (2) Esposa (3) Filho (4) Filha (5) sogro(a)

4.1.4. Alguém da família utiliza medicamento de uso contínuo? Sim () Não ().

Se sim, quem?	Qual medicamento

(1) Marido (2) Esposa (3) Filho (4) Filha (5) sogro(a)

4.2 Assistência social

- 1. Cesta básica: 1. sim () 2. não ()
- 1. Bolsa família: 1. sim () 2. não ()
- 2. Outros benefícios: 1. sim () 2. não () _____

4.3 Participação na vida da comunidade e do município

1. Entidades/Instituições na comunidade	2. Entidade/Instituições no município
1. Igreja: sim () não (); Diretoria () sim () não	1. S.T Rurais: filiado: sim () não (); diretoria: sim () não ()
2. Associação de agricultores: sim () não () Diretoria () sim () não	2. S. Rural : filiado: sim () não (); diretoria: sim () não ()
3. Clube de mães: Tem na comunidade? sim () não () ; Participa () sim () não; Diretoria () sim () não	3. Conselhos: sim () não (); diretoria () sim () não
4. ONG's: sim () não (); Diretoria () sim () não	4. Cooperativas: sim () não (); diretoria () sim () não
5. APM's: sim () não (); Diretoria () sim () não	5. ONG's 1. sim () não (); Diretoria () sim () não
6. Festas na comunidade: sim () não ().	6. Assoc. de agricultores sim () não (); diretoria () sim () não
7. Outros:	7. Alguma atividade de lazer na cidade: sim () não ()
8. Outros:	8. Partido político: é filiado: Sim () Não () Diretoria S () N ()

4.4 Acesso à informação:

Pergunta dirigida à todos os membros. Geralmente a família.....

- 1. Escuta rádio sim () não (). Qual o programa que mais gosta _____
- 2. Assiste televisão sim () não (). Qual o programa que mais gosta _____
- 3. Lê jornal sim () não () raramente () Qual notícia mais lhe interessa _____
- 4. Tem acesso à internet sim () não (). O que mais lhe interessa _____
- 5. Participa de cursos de formação profissional sim () não (). Cite dois mais importantes _____

V. UTILIZAÇÃO DA ÁREA E PRODUÇÃO

5.1) A propriedade é: Convencional (); Orgânica (); Agroecológica (); Em transição C-O; () Transição O-A ();

5.2) Questão fundiária da propriedade

Estabelecimento	1. Própria	2. Arrendatário		3. Parceiro		4. Meeiro	5. Ocupante
		De 3º	Para 3º	De 3º	Para 3º		
Área total: (alq ou ha)							

- 5.2.1) Quanto paga pelo arrendamento [informar em dinheiro ou produto]? _____
- 5.2.2) Quanto ganha com arrendamento [informar em dinheiro ou produto]? _____
- 5.2.3) Quanto paga na parceria [informar em dinheiro ou produto]? _____
- 5.2.4) Quanto ganha na parceria [informar em dinheiro ou produto]? _____

5.3) Utilização da área

Tipo de uso	1.Área (alq. ou ha)
1. Lavoura Temporária	
2. Lavoura Permanente	
3. Horta, e Pomar doméstico	
4. Mata Plantada. Espécies:	
5. Mata Natural	
6. Pastagem plantada. Espécies:	
7. Pastagem natural	
8. Pousio	
9. Benfeitorias	
10. Outros usos	
11. Sem uso** Obs:	
TOTAL	

**Observar se há terras que foram definitivamente deixadas de cultivar nos últimos 5 anos e os motivos (falta de m-d-o, pedregosidade, fertilidade, etc.)

5.4) Manejo e conservação do solo

1. Curva de nível () ; Terraceamento () ; Plantio no nível () ; Base larga () ;
2. Cultiva em áreas quebradas: sim () não ()
3. Rotação de culturas sim () não ()
4. Queimadas sim () não ()
3. Adubação verde sim () não ()
4. Adubação orgânica sim () não ()
7. Plantio Direto sim () não ()
8. Sistemas Agroflorestais e ou Agrossilvopastoril sim () não ()

5.5) Problemas com os recursos naturais do estabelecimento

1. Existem tipos diferentes de solos: sim () não () ; Obs: _____
2. Existem erosões de solos: sim () não ()
3. Existem nascentes, sangas, córregos? sim () não () Quantas? _____
4. Existe proteção artificial nas nascentes sim () não ()
5. Existe mata ciliar nestas áreas de nascentes e córregos sim () não ()
6. Se utiliza água da propriedade para que finalidade: Irrigação () ; Abastecimento de pulverizadores () ; Limpeza de maquinas e equipamentos () ; Criação () ; Outros () _____
7. Utiliza madeira da propriedade: sim () não ()

5.6) Destino das embalagens de agrotóxicos e produtos veterinários

1. Recolhido pela SEAB ou empresas : 1. sim () 2. não ()
2. Queima na propriedade : 1. sim () 2. não ()
3. Enterra na propriedade : 1. sim () 2. não ()
4. Reutiliza : 1. sim () 2. não ()
5. Deixa a céu aberto : 1. sim () 2. não ()
6. Armazena na propriedade: 1. sim () 2. não ()

5.7) Assistência Técnica:

5.7.1). sim () 2. não ()

5.7.2) Quem?

1. Secretaria Municipal ()
2. Emater ()
3. Privada () Nome: _____
4. SENAR ()
5. SEBRAE ()
6. ONG's () Qual: _____
7. Universidade ()
8. Cooperativa ()
9. Outros () _____

5.8) Integração: 1. sim () 2. não () . Tipo () (1) fumageira; (2) aves; suíno (3) ; outros (4)

5.9. Veículos e equipamentos para PRODUÇÃO

5.9.2) Houve despesa com mão-de-obra e maquinário contratada no último ano agrícola? [junho/08 a maio/09]

1 () Sim 2 () Não

Formas de contratação	Nº de pessoas ou máquinas	Nº de dias trabalhados no ano	Valor total pago (R\$) (*)
01 Assalariado permanente agrícola (**)			
02 Trabalho agrícola temporário (**)			
03 Empreitada agrícola (**)			
04 Contratação de Serviços de Plantio			
05 Contratação de Serviços de Cultivo e Pulverizações			
06 Contratação de Serviços de Colheita			

(*) Incluir as despesas com transporte e alimentação, quando houver.

(**) Atividades Agrícolas: considera-se todas aquelas que envolvem a participação direta na produção animal e vegetal.

5.10 Construções existentes

Tipo	Silos	Galinheiros	Estrebaria	Chiqueiros	Estufa horta	Galpões	Tanques	Estufa Fumo
Área (m ²)								
Ano de construção								
(1) Alvenaria								
(2) Madeira								
(3) Mista								

5.11. Atividades de produção vegetal nos últimos 12 meses [junho/08 a maio/09]

Especificação	Superfície plantada (ha)	Quantidade Total Colhida	Destino da Produção (quantidades e preço obtido)			
			Venda e/ou Comércio		Para o Consumo Familiar	Para o Consumo Animal
			Quantidade	Valor/Unidade (R\$)		
Batata – Doce						
Cana Açúcar						
Feijão						
Fumo Burley						
Fumo comum						
Mandioca						
Milho						
Milho safrinha						
Soja						
Soja safrinha						
Trigo						
Arroz						

Legumes e Verduras [Para comercialização]

Frutas [Para comercialização]

Pêssego						

Pastagem

Semeada

Milho silagem						
Milheto						
Aveia						

Azevém						

Pastagem Permanente

Gramma Jesuíta						
Pasto melhorado						

Reflorestamento e extração de madeira

Eucalipto						
Pinus						
Araucária						

5.12 Aquisição de insumos para a produção vegetal nos últimos 12 meses [junho/08 a maio/09]

Especificação	Quantidade/unidade	Valor Pago/Unidade	Totais
Sementes			
Mudas			

Adubos

Adubo químico (NPK)			
Adubo químico menos solúvel (agricultura orgânica)			
Adubo orgânico (esterco, estrume, etc.)			
Uréia			
Calcário (dividir pelo número de anos sem aplicar)			
Salitre			
Substrato da piscina			
Adubo para piscina			
Adubo para o fumo			

Agrotóxicos (inseticidas, fungicidas e herbicidas)

Outros

Lona para piscina de fumo			
Barbante para fumo			

Combustíveis

Óleo diesel na unidade de produção			
Gasolina para interesses de produção			
Gasolina para motosserra			

5.13) Possui HORTA doméstica? Sim () 2 Não ()

5.13.1) A Horta é suficiente para atender as necessidades da família? 1 Sim () 2 Não () 3 Não se aplica ()

5.13.2) Na sua avaliação quanto valem os produtos que são retirados da horta (por semana ou mês) em R\$?.....

5.13.3) Assinale os principais produtos/variedades que possui na horta

- () alface () beterraba () cebola () cenoura () couve
 () salsa () repolho () tomate () alho () radite
 () rúcula () couve-flor () pimentão () moranga () brócoli ()
 Pepino () () () ()

5.14) Possui POMAR doméstico? 1 Sim () 2 Não ()

5.14.1) O pomar é suficiente para atender as necessidades da família? 1 Sim () 2 Não () 3 Não se aplica ()

5.13.2) Na sua avaliação quanto valem os produtos que são retirados do pomar (por semana ou mês) em R\$?.....

5.13.3) Assinale os principais produtos/variedades que possui no pomar

- () manga () pêssego () abacaxi () laranja () bergamota
 () abacate () pêra () goiaba () caqui () figo
 () limão () tangerina () maracujá () ()
 () () () ()

5.15) Produção animal dos últimos 12 meses [junho/08 a maio/09].

Inventário das Criações Raças – categorias	Número atual de animais	Valor/ Unidade	N. de animais Vendidos	Preço Animais Vendidos	Consumo Familiar	Totais
Bovinos						
Touros						
Vacas						
Novilhas						
Novilhos						
Terneiros						
Bois para trabalho						
Aves						
Frango de corte						
Galinha caipira						
Gansos, Marrecos e/ou Patos						
Suínos (ciclo completo)						
Matrizes (ciclo completo)						
Suínos (produtor de leitão)						
Matrizes (produtor de leitão)						
Ovinos						
Equinos / Muares						

5.16) Insumos das atividades de produção animal dos últimos 12 meses [junho/08 a maio/09].

Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Pago por Unidade	Totais
Sal mineral				
Sal comum				

Rações

Gado				
Frango				
Suíno				
Peixe				

Componentes para rações

Milho/Sorgo				
Farelos				
Vitaminas				

Produtos veterinários

Antibióticos				
Vacinas				
Carrapaticidas				
Vermífugo				
Desinfetante				
Outros insumos animais (_____)				
Inseminação				

5.17) Principais derivados da produção animal nos últimos 12 meses [junho/08 a maio/09].

Produto	Unidade	Quant. total produzida	Quantidade vendida	Preço de venda	Consumo familiar	Totais
Leite						
Ovos						
Mel						
Peixes						

5.18) Produtos processados ou beneficiados nos últimos 12 meses [junho/08 a maio/09].

Produto produzido	Quantidade Produzida	Unidade	Preço Médio de Venda por Unidade	Quantidade Vendida	Quantidade Consumida p/Família	Totais
Queijo						
Salame						
Vinho						
Banha						
Schmier						
Conservas						
Derivado da Cana (_____)						
Manteiga						
Massa caseira						
Pão						
Sabão						

5.19) Matéria-prima utilizada no processamento ou beneficiamento dos produtos caseiros [junho/08 a maio/09]

Especificação	Quantidade	Unidade	Valor Pago por Unidade	Observações sobre quantidades, etc	Totais
Açúcar					
Coalho					
Tripas					
Soda					
Lenha					
Embalagem					
Farinha de trigo					

5.20) Outros gastos referentes aos últimos 12 meses [junho/08 a maio/09]. Para fins produtivos

Discriminação	Valor R\$ (indicar se é por mês ou por ano)
ITR - Imposto da Terra	
Contribuição Sindical (mensalidade/anuidade)	
Luz elétrica	
Gás (GLP) somente para propriedade	

Água encanada (taxa, etc)	
Telefone para fins produtivos	
Óleo diesel p/prestar serviço externo	
Gasolina p/prestar serviço externo	
Consertos de equipamentos em serviço externo	

5.21) Outras fontes de renda que a família obteve no último ano agrícola [junho/08 a maio/09]

Tipos de rendas	Valor (R\$) total recebido
() Aluguéis recebidos de imóveis residenciais/comerciais	
() Aluguéis recebidos de máquinas e equipamentos	
() Remessas em dinheiro recebido de familiares de forma periódica	
() Pensões judiciais	
() Juros recebidos de empréstimos para terceiros	
() Juros de aplicações financeiras ou poupança	
() Outras rendas:	

VI. FINANCIAMENTO.

6. Histórico do uso de financiamento

6.1) Obteve financiamentos nos últimos 12 meses [junho/08 a maio/09].

1 Sim ()

2 Não ()

3 () Não sabe/não respondeu

6.2) Em caso afirmativo, informar:

Finalidade (A)	Fonte (B)	Indicar produto ou finalidade do financiamento	Valor financiado (R\$)	Taxa de juros (mês/ano)	Valor da prestação (R\$) [Indicar se por mês/ano]

(A)	(B)		
1 Custeio	1 Bancos	4 Emp. Integradora/Agroind.	7. Pronaf
2 Comercialização	2 Cooperativas	5 Vizinhos	8. Programa do estado
3 Investimento	3 Fundo Municipal	6 Parentes	9 Outros

6.2) Quais são as estratégias da família para evitar frustrações na produção? (seca, geada, granizo, pragas, etc)

- () Nenhuma () Diversificação de produção () Seguro agrícola da produção
 () Seg. Agric. do preço () Poupança bancária () Poupança familiar () Outros

VII. QUESTÕES ESPECÍFICAS RELACIONADAS AO CULTIVO DO TABACO

7.1 Para o Sr. (a) o que é ter qualidade de vida?

7.2 Na sua opinião a sua família tem qualidade de vida?

7.3 Na sua opinião o tabaco contribui para consolidar essa qualidade de vida?

7.4 Na sua análise quais são os pontos positivos de cultivar o tabaco?

7.5 E quais são os pontos negativos de cultivar o tabaco?

7.6 Houve algum caso de doença na família, provocado pelo cultivo do tabaco?

7.7 Já ouviu falar em convenção quadro para o controle do Tabaco? Sim (); Não ()

7.8 O Sr. (a) e sua família estão satisfeitos em relação as atividades agrícolas que realizam?

7.9 Quais são os projetos/perspectivas com relação ao futuro da família no estabelecimento?

VIII. QUESTÕES ESPECÍFICAS PARA OS AGRICULTORES EX-PRODUTORES DE TABACO

8.1 Descreva como era a sua propriedade quando a família cultivava tabaco? (rotina da família, demais atividades que realizava, questão financeira, assistência técnica...).

8.2 Descreva como é sua propriedade atualmente, sem o cultivo do tabaco? (idem...)

8.3 Quais fatores auxiliaram o Sr. (a) e sua família parar de cultivar o tabaco?

8.4 Houve alguma ação em nível municipal ou local que auxiliou o Sr. (a) e sua família a abandonar a produção de fumo?

8.5 Quais foram as principais mudanças ocorridas na propriedade e na família após a família parar de plantar tabaco?

8.6 Há possibilidade do Sr. (a) voltar a plantar tabaco? () sim () não

Por quê?

APENDICE B – Parâmetros e pontuação utilizada para a composição dos capitais

CAPITAL HUMANO		
Saúde		
<u>Presença de doença na família</u> Não tem doença = 2 Tem uma doença = 1 Tem mais que uma doença = 0	<u>Acesso ao posto de saúde (público)</u> Tem acesso = 1 Não tem acesso = 0	<u>Acesso à clínicas particulares</u> Tem acesso = 1 Não tem acesso = 0
<u>Acesso a hospital do SUS</u> Tem acesso = 1 Não tem acesso = 0	<u>Acesso a hospital particular</u> Tem acesso = 1 Não tem acesso = 0	<u>Possui plano de saúde</u> Sim = 1 Não = 0
<u>Acesso a odontologia pelo SUS</u> Tem acesso = 1 Não tem acesso = 0	<u>Acesso a odontologia particular</u> Tem acesso = 1 Não tem acesso = 0	<u>Acesso a Assistência médica pelo STR</u> Tem acesso = 1 Não tem acesso = 0
<u>Acesso à medicamentos da Farmácia</u> Tem acesso = 1 Não tem acesso = 0	<u>Têm fumantes na família</u> Não = 1 Sim = 0	<u>Necessita de medicamentos de uso contínuo</u> Sim = 1 Não = 0
Acesso a informação		
<u>Ouve rádio</u> Sim = 1 Não = 0	<u>O que ouve no rádio</u> Info gerais e agricultura = 2 Só para lazer ou sempre ligado = 1	<u>Tem acesso a internet</u> Sim = 1 Não = 0
<u>Assiste TV</u> Sim = 1 Não = 0	<u>O que assiste na TV</u> Agricultura = 2 Informações gerais = 1 Só para lazer = 0	<u>Para que utiliza a internet</u> Para fins agrícolas = 2 Para trabalho ou estudo = 1
<u>Lê jornal</u> Sim = 1 Não = 0	<u>O que lê no jornal</u> Agricultura = 2 Informações gerais = 1	<u>Realiza cursos de formação profissional</u> Sim = 1 Não = 0
Acesso a transporte e comunicação		
<u>Meio de locomoção próprio utilizado</u> Carro ou carro e moto = 2 Só moto ou bicicleta = 1 Nenhum veículo próprio = 0		<u>Possui telefone</u> Sim = 1 Não = 0
Escolaridade		
<u>Nível de escolaridade de cada membro da família</u> Ensino médio completo ou graduação incompleta = 2 Ensino fundamental (completo ou incompleto) ou educação de jovens e adultos incompleto = 1		

(continua...)

(continuação...)

Situação de vida		
<u>Condição de moradia</u> Alvenaria = 2 Mista = 1 Madeira = 0	<u>Ano de construção da casa</u> De madeira até 1980 = 2 De madeira antes de 1980 = 0 Mista até 1970 = 2 Mista antes de 1970 = 1 Alvenaria até 1970 = 2 Alvenaria de 1969-59 = 1 Alvenaria antes de 1959 = 0	<u>Tamanho da casa</u> 26 m ² e acima = 2 Abaixo de 26 m ² = 1 ** 26m ² é o valor correspondente a média encontrada entre os entrevistados para cada membro residente na UP
<u>Estado atual</u> Bom = 2 Razoável = 1 Ruim = 0	<u>A casa possui forro</u> Sim = 1 Não = 0	<u>Localização do banheiro</u> Interno e externo = 2 Interno = 1 Externo = 0
<u>Destino do Esgoto</u> Fossa com pedras = 2 Fossa Negra = 1 Vala/Sanga = 0	<u>Possui Luz</u> Sim = 1 Não = 0	<u>Itens domésticos</u> Mais que 8 itens = 2 8 ou menos que 8 = 1
<u>Possui microcomputador</u> Sim = 1 Não = 0	<u>Benefícios Governamentais</u> Não recebe = 2 Recebe = 1	<u>A horta é suficiente</u> Sim = 2 Não = 1 Não possui horta = 0
<u>O pomar é suficiente</u> Sim = 2 Não = 1 Não possui pomar = 0	<u>Número de espécies do Pomar</u> Acima de 13 = 2 Entre 4 e 12 = 1 3 ou abaixo de 3 = 0 *13 é a média de espécies encontrada nos pomares dos entrevistados	<u>Número de espécies da horta</u> Acima de 13 = 2 Entre 5 e 12 = 1 4 e abaixo de 4 = 0 *13 é a média de espécies encontrada nas hortas dos entrevistados
<u>Número de residentes em idade de trabalho</u>		
Para membros com idade entre 18 e 59 anos = 2 Para membros com idade entre 8 e 17 anos e idosos com 60 anos ou mais, que auxiliam nas atividades produtivas = 1 Crianças com 7 ou menos e idosos que não auxiliam nas atividades produtivas = 0		
CAPITAL NATURAL		
<u>Água</u>		
<u>Origem da água que abastece a propriedade</u> Poço, vertente individual ou rede pública = 2 Poço coletivo da comunidade = 1	<u>Existência de nascente, córrego ou rio na UP</u> Nascentes ou fonte = 2 Rio Sanga ou córrego = 1 Nada = 0	<u>Há proteção artificial onde há água</u> Sim = 2 Não se aplica = 1 Não = 0
<u>Há proteção natural onde há água</u> Sim = 2 +/- ou não se aplica = 1 Nada = 0	<u>Para que finalidade utiliza a água</u> Animais, aviários ou irrigação, se tiver proteção = 2 Animais, aviários ou irrigação, sem proteção = 1 Lavar máquinas e equipamentos ou abastecer pulverizador = 0	

(continua...)

(continuação...)

Solo		
<u>Tipo de conservação do solo</u> Curva de nível ou base larga = 2 Terraceamento, enleiramento de pedra e plantio de linhas de vegetação = 1 Nenhum tipo de conservação = 0		<u>Faz rotação de culturas</u> Sim = 2 Não se aplica = 1 Não realiza = 0
<u>Cultiva em áreas declivosas</u> Se não cultiva = 2 Se cultiva, mas faz PD = 1 Se cultiva e não faz PD = 0	<u>Realiza queimadas</u> Não = 2 Sim = 0	<u>Faz adubação verde</u> Sim = 2 Não se aplica = 1 Não = 0
<u>Faz adubação orgânica</u> Sim = 2 Não se aplica = 1 Não = 0	<u>Faz Plantio Direto</u> Sim = 2 Não se aplica = 1 Não = 0	<u>O solo apresenta erosão</u> Se não = 2 Se sim, mas faz PD = 1 Se sim e não faz PD = 0
Mata		
<u>Reflorestamento</u> Se fez com nativas = 2 Se fez com exóticas em menos de 20% da área da UP = 2 Se fez com exótica em mais de 20% da área da UP = 1 Se não fez, mas possui 20% da área da UP com mata = 1 Se não fez e tem menos de 20% da área da UP com mata = 0		<u>Possui agrofloresta</u> Sim = 2 Não = 0
<u>Usa madeira da UP</u> Sim, mas possui mais de 20% da área da UP com mata = 2 Sim, mas tem menos de 20% da área da UP com mata = 1 Não usa mas tem área de mata = 1 Não usa e não tem área de mata = 0		<u>% mata na UP</u> > 20% = 2 Entre 10 2 19,9% = 1 Menos de 9,9% = 0 **Os 20% baseia-se na legislação ambiental atual.
<u>Destino lixo orgânico</u> Compostagem, adubo e/ou animais = 2 Coleta pública ou enterra = 1 Céu aberto ou vala = 0	<u>Destino lixo não orgânico</u> Coleta pública ou leva p/ cidade = 2 Parte queima ou enterra e parte leva p/ cidade = 1 Só queima ou enterra = 0	<u>Tipo da propriedade</u> Orgânica/agroecológica ou transição = 2 Convencional = 1
CAPITAL FINANCEIRO		
<u>Acesso a financiamento</u> Sim = 2 Não = 1	<u>Estratégias de frustração de safra</u> Diversificação, poupança bancária, ou outros = 2 Seguro agrícola ou outros = 1 Nenhuma estratégia = 0	
<u>Finalidade do financiamento</u> Só investimento ou investimento e custeio = 2 Só custeio = 1 Não tem acesso = 0		<u>Índice de diversificação</u> 3,3 ou acima = 3 De 1,8 a 3,2 = 2 1,7 ou menos = 1
** As variáveis Taxa de lucro total; VAB/UTH; RT/UTHf e KD/SAU também foram utilizadas para compor esse capital e a maneira como foram incorporadas encontra-se descrito no item 3.5 desse estudo.		
CAPITAL FÍSICO		
**Para a composição desse capital utilizou-se a variável capital imobilizado total/SAU, tendo sido atribuído um ponto para cada fração de 10% do maior valor encontrado que corresponde a R\$79.756,46.		

(continua...)

(conclusão)

CAPITAL SOCIAL		
Participação na comunidade		
<u>Participa da igreja</u> Sim = 1 Não = 0	<u>Participa da diretoria da igreja</u> Sim = 1 Não = 0	<u>Participa de associação</u> Sim = 1 Não = 0
<u>Participa do Clube de Mães</u> Sim = 1 Não = 0	<u>É da diretoria do Clube de Mães</u> Sim = 1 Não = 0	<u>É da diretoria da associação</u> Sim = 1 Não = 0
<u>Participa de ONG</u> Sim = 1 Não = 0	<u>É da diretoria da ONG</u> Sim = 1 Não = 0	<u>Participa de festas</u> Sim = 1 Não = 0
<u>Participa de APM's</u> Sim = 1 Não = 0	<u>É da diretoria da APM</u> Sim = 1 Não = 0	<u>Participa de outra organização</u> Sim = 1 (um ponto pra cada) Não = 0
Participação no município		
<u>Participa do STR</u> Sim = 1 Não = 0	<u>É da diretoria do STR</u> Sim = 1 Não = 0	<u>Participa do Sindicato Rural</u> Sim = 1 Não = 0
<u>Participa de Conselho Municipal</u> Sim = 1 Não = 0	<u>Participa de Cooperativa</u> Sim = 1 Não = 0	<u>É da diretoria da Cooperativa</u> Sim = 1 Não = 0
<u>Participa de ONG</u> Sim = 1 Não = 0	<u>É da diretoria da ONG</u> Sim = 1 Não = 0	<u>Realiza atividade de lazer</u> Sim = 1 Não = 0
<u>Participa de associação</u> Sim = 1 Não = 0	<u>É da diretoria da associação</u> Sim = 1 Não = 0	<u>É filiado a partido político</u> Sim = 1 Não = 0

APENDICE C – Identificação das famílias entrevistadas

<p> Chefe do estabelecimento: Édio Morguenstain; Comunidade/Município: São Pedro, Capanema. Data da entrevista: 25/06/2009 Tamanho da propriedade: 7,2 ha Principais atividades: Agroindústria e autoconsumo </p>
<p> Chefe do estabelecimento: Neri Philips Comunidade/Município: Cristo Rei, Capanema Data da entrevista: 25/06/2009 Tamanho da propriedade: 40,0 ha Principais atividades: Produção de frango de corte e corte de lenha para terceiros </p>
<p> Chefe do estabelecimento: Dalmir Trento Comunidade/Município: Linha Curitibano, Capanema Data da entrevista: 26/06/2009 Tamanho da propriedade: 16,8 ha Principais atividades: Agroindústria </p>
<p> Chefe do estabelecimento: Paulo Quinecht Comunidade/Município: Cristo Rei, Capanema Data da entrevista: 26/06/2009 Tamanho da propriedade: 7,3 ha Principais atividades: Autoconsumo e atividade agrícola fora da UP </p>
<p> Chefe do estabelecimento: Ausir Gava Comunidade/Município: Santa Clara, Capanema Data da entrevista: 27/06/2009 Tamanho da propriedade: 15,0 ha Principais atividades: Tabaco </p>
<p> Chefe do estabelecimento: Ildo Hech Comunidade/Município: Santa Cecília, Planalto Data da entrevista: 29/06/2009 Tamanho da propriedade: 12,0 ha Principais atividades: Tabaco </p>
<p> Chefe do estabelecimento: Plínio Kamports Comunidade/Município: Santa Cecília, Planalto Data da entrevista: 29/06/2009 Tamanho da propriedade: 17,0 ha Principais atividades: Bovinocultura de leite e Tabaco </p>
<p> Chefe do estabelecimento: Osmar Macedo Comunidade/Município: Santa Cecília, Planalto Data da entrevista: 29/06/2009 Tamanho da propriedade: 6,0 ha Principais atividades: Tabaco e Bovinocultura de leite </p>
<p> Chefe do estabelecimento: Cidinei Simon Comunidade/Município: Santa Cecília, Planalto Data da entrevista: 30/06/2009 Tamanho da propriedade: 10,0 ha Principais atividades: Bovinocultura de leite e Tabaco </p>

<p> Chefe do estabelecimento: José Porne Comunidade/Município: Santa Cecília, Planalto Data da entrevista: 30/06/2009 Tamanho da propriedade: 9,6 ha Principais atividades: Bovinocultura de leite e Tabaco </p>
<p> Chefe do estabelecimento: Leomar Paifer Comunidade/Município: Santa Cecília, Planalto Data da entrevista: 30/06/2009 Tamanho da propriedade: 8,0 ha Principais atividades: Tabaco </p>
<p> Chefe do estabelecimento: Alceno Wasmuth Comunidade/Município: Santa Clara, Capanema Data da entrevista: 01/07/2009 Tamanho da propriedade: 0,0 ha Principais atividades: Tabaco </p>
<p> Chefe do estabelecimento: Wilmar Eichth Comunidade/Município: Santa Clara, Capanema Data da entrevista: 01/07/2009 Tamanho da propriedade: 18,4 ha Principais atividades: Tabaco e bovinocultura de leite </p>
<p> Chefe do estabelecimento: Ivanir de Labona Comunidade/Município: Engenheiro Pinto, Capanema Data da entrevista: 01/07/2009 Tamanho da propriedade: 8,4 ha Principais atividades: Bovinocultura de leite e atividade não agrícola </p>
<p> Chefe do estabelecimento: Moacir Klein Comunidade/Município: Santa Clara, Capanema Data da entrevista: 02/07/2009 Tamanho da propriedade: 7,0 ha Principais atividades: Bovinocultura de leite </p>
<p> Chefe do estabelecimento: Luiz Gatsteter Comunidade/Município: Barra do Cambuí, Capanema Data da entrevista: 02/07/2009 Tamanho da propriedade: 18,6 ha Principais atividades: Bovinocultura de leite </p>
<p> Chefe do estabelecimento: Arnaldo Soares Comunidade/Município: Km 54, Planalto Data da entrevista: 03/07/2009 Tamanho da propriedade: 30,0 ha Principais atividades: Grãos e produção de frango de corte </p>
<p> Chefe do estabelecimento: Itacir Rataiz Comunidade/Município: Bico da Anta, Planalto Data da entrevista: 03/07/2009 Tamanho da propriedade: 15,4 ha Principais atividades: Bovinocultura de leite </p>
<p> Chefe do estabelecimento: José Silva Comunidade/Município: Esquina São Francisco, Capanema Data da entrevista: 04/07/2009 Tamanho da propriedade: 7,8 ha Principais atividades: Tabaco, autoconsumo e transformação caseira para venda </p>

<p> Chefe do estabelecimento: Adelar Guebauer Comunidade/Município: Santa Clara, Capanema Data da entrevista: 04/07/2009 Tamanho da propriedade: 5,8 ha Principais atividades: Frango de corte, Bovinocultura de leite e Autoconsumo </p>
<p> Chefe do estabelecimento: Ivo Martinez Comunidade/Município: Esquina São Francisco, Capanema Data da entrevista: 07/07/2009 Tamanho da propriedade: 9,6 ha Principais atividades: Autoconsumo, Atividade não agrícola e Bovinocultura de leite </p>
<p> Chefe do estabelecimento: Gilberto Hass Comunidade/Município: Cristo Rei, Capanema Data da entrevista: 07/07/2009 Tamanho da propriedade: 14,0 ha Principais atividades: Tabaco, Agroindústria e Bovinocultura de leite </p>
<p> Chefe do estabelecimento: Elio Shunk Comunidade/Município: Linha Curitibano, Capanema Data da entrevista: 07/07/2009 Tamanho da propriedade: 12,0 ha Principais atividades: Frango de corte e Bovinocultura de leite </p>
<p> Chefe do estabelecimento: Edgar Munch Comunidade/Município: Linha Curitibano, Capanema Data da entrevista: 07/07/2009 Tamanho da propriedade: 5,0 ha Principais atividades: Frango de corte </p>
<p> Chefe do estabelecimento: Wilson Pereti Comunidade/Município: Santa Maria, Capanema Data da entrevista: 08/07/2009 Tamanho da propriedade: 16,9 ha Principais atividades: Turismo rural, Mandioca e Autoconsumo </p>
<p> Chefe do estabelecimento: Sadi Marron Comunidade/Município: Santa Terezinha, Capanema Data da entrevista: 08/07/2009 Tamanho da propriedade: 6,0 ha Principais atividades: Suínos, Autoconsumo e Tabaco </p>
<p> Chefe do estabelecimento: Neri Sott Comunidade/Município: Cambuí, Capanema Data da entrevista: 09/07/2009 Tamanho da propriedade: 9,6 ha Principais atividades: Bovinocultura de leite e Autoconsumo </p>
<p> Chefe do estabelecimento: Oracir Paranhos Comunidade/Município: São João, Planalto Data da entrevista: 09/07/2009 Tamanho da propriedade: 14,7 ha Principais atividades: Autoconsumo, Bovinocultura de leite e Atividade Não Agrícola </p>
<p> Chefe do estabelecimento: Mário Silva Comunidade/Município: Linha Ramada, Planalto Data da entrevista: 09/07/2009 Tamanho da propriedade: 10,5 ha Principais atividades: Horticultura, Transformação caseira para venda e Autoconsumo </p>

<p> Chefe do estabelecimento: Conrado Kleihman Comunidade/Município: Santo Antônio, Planalto Data da entrevista: 10/07/2009 Tamanho da propriedade: 2,25 ha Principais atividades: Atividade não agrícola e Bovinocultura de leite </p>
<p> Chefe do estabelecimento: Guerino Spect Comunidade/Município: Santos Dumont, Planalto Data da entrevista: 10/07/2009 Tamanho da propriedade: 1,2 ha Principais atividades: Bovinocultura de leite </p>
<p> Chefe do estabelecimento: Otacílio Silva Comunidade/Município: São Vicente, Planalto Data da entrevista: 10/07/2009 Tamanho da propriedade: 72 ha Principais atividades: Bovinocultura de leite e Autoconsumo </p>
<p> Chefe do estabelecimento: Pedro Lauer Comunidade/Município: Santos Dumont, Planalto Data da entrevista: 11/07/2009 Tamanho da propriedade: 11 ha Principais atividades: Atividade não agrícola e Bovinocultura de leite e Autoconsumo </p>
<p> Chefe do estabelecimento: Orlando Werle Comunidade/Município: Santos Dumont, Planalto Data da entrevista: 11/07/2009 Tamanho da propriedade: 2,4 ha Principais atividades: Grãos e Bovinocultura de leite </p>
<p> Chefe do estabelecimento: Rudimar Silva Comunidade/Município: São Valério, Planalto Data da entrevista: 11/07/2009 Tamanho da propriedade: 12,0 ha Principais atividades: Atividade não agrícola, Grãos e Autoconsumo </p>
<p> Chefe do estabelecimento: Wilfrid Till Comunidade/Município: Cristo Rei, Capanema Data da entrevista: 13/07/2009 Tamanho da propriedade: 25,2 ha Principais atividades: Bovinocultura de leite e Frango de Corte </p>
<p> Chefe do estabelecimento: João Gut Comunidade/Município: Rio Grandense, Capanema Data da entrevista: 13/07/2009 Tamanho da propriedade: 10,0 ha Principais atividades: Autoconsumo </p>
<p> Chefe do estabelecimento: Gilmar de Marque Comunidade/Município: Esquina São Francisco, Capanema Data da entrevista: 13/07/2009 Tamanho da propriedade: 10,4 ha Principais atividades: Bovinocultura de leite e Engorda de suínos </p>
<p> Chefe do estabelecimento: Gentil Bonquevich Comunidade/Município: São Valério, Planalto Data da entrevista: 14/07/2009 Tamanho da propriedade: 7,2 ha Principais atividades: Bovinocultura de leite, Atividade não agrícola e Autoconsumo </p>

<p>Chefe do estabelecimento: Ilton Guezel Comunidade/Município: Bairro Esperança Data da entrevista: 15/07/2009 Tamanho da propriedade: 9,6 ha Principais atividades: Bovinocultura de leite e Transformação caseira para venda</p>
<p>Chefe do estabelecimento: Ademir Gava Comunidade/Município: Santa Clara, Capanema Data da entrevista: 15/07/2009 Tamanho da propriedade: 9,6 ha Principais atividades: Tabaco, Atividade não agrícola e Autoconsumo</p>
<p>Chefe do estabelecimento: Mariza Grauwn Comunidade/Município: São Pedro, Capanema Data da entrevista: 15/07/2009 Tamanho da propriedade: 4,7 ha Principais atividades: Agroindústria</p>

APÊNDICE D - Cronograma de atividades inerentes ao cultivo do fumo de galpão

Atividades	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Plantio das mudas nas bandejas												
Tratos culturais e uniformização das mudas												
Plantio e replantio das mudas no campo												
Tratos culturais no campo												
Desponte (capação)												
Colheita e secagem nos galpões												
Classificação e enfardamento												

Fonte: Elaborado pela autora.

ANEXO A - Volume de tabaco produzido na Região Sul (toneladas)

Estado	1984/85	1985/86	1986/87	1987/88	1988/89	1989/90	1990/91	1991/92	1992/93	1993/94	1994/95	1995/96	1996/97	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09*
RS	144.715	129.099	135.311	161.981	172.343	171.740	167.141	242.941	260.103	172.808	164.780	190.718	257.854	196.554	290.815	269.396	263.026	322.822	285.825	435.324	421.601	386.346	378.750	360.800	363.900
SC	136.091	154.174	153.667	148.037	169.005	152.640	154.295	201.817	232.227	170.842	136.433	158.104	214.123	165.109	189.580	193.572	174.878	219.634	210.326	276.320	278.796	248.233	251.750	237.000	239.400
PR	31.297	31.350	37.513	38.639	41.293	36.100	40.366	69.774	77.182	54.785	40.091	53.337	71.226	41.683	68.365	64.382	66.824	94.415	104.172	138.844	138.729	140.168	129.500	121.400	128.620
TOTAL	312.183	314.623	326.511	348.657	382.641	360.480	361.802	514.532	569.512	396.915	341.304	402.159	543.203	403.346	548.760	527.750	504.728	636.871	600.325	852.488	839.126	774.767	760.000	720.000	715.000

* Estimativa Jan/09

Fonte: Sindicato da Indústria do Tabaco (2008).